



**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2023**

Carta da Administração

Em 2023 prosseguimos em nossa jornada de consolidação como uma das empresas de referência em geração renovável e comercialização de energia no Brasil. Este ano marcou uma série de conquistas significativas para a Auren, evidenciando a consistência de nossa estratégia, a robustez de nossos ativos, nossa sólida governança corporativa e o compromisso contínuo com resultados sustentáveis.

Ao longo do ano, o cenário hidrológico refletiu os efeitos climáticos do fenômeno El Niño. No 4T23, o nível dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional - SIN manteve-se, em média, 15 p.p. acima do nível observado em 2022. O crescimento econômico e as altas temperaturas observadas ao longo do ano, influenciaram no consumo de energia resultando em um aumento de 5,5%, ou 4 GW médios, em relação ao valor verificado em 2022, com reflexos também no PLD, cujo valor médio foi R\$ 72/MWh no ano versus R\$ 59/MWh em 2022.

Como resultado da maior disponibilidade hídrica, a geração de energia da UHE Porto Primavera, em 2023, foi 19,6% superior ao ano anterior. Em relação aos ativos eólicos, a produção de energia totalizou 442,1 MW médios, superior em 2,8% à certificação no percentil 90 (P90), representando um crescimento de 31,5% em relação ao ano de 2022, explicado pela entrada em operação dos parques eólicos Ventos do Piauí II e III ao longo do ano anterior.

Ainda em relação ao portfólio de geração, celebramos, em novembro de 2023, o início das operações do projeto solar Sol do Piauí, que adicionou 58 MWp à capacidade instalada do portfólio da Auren. Este é o primeiro projeto solar autorizado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) a operar de forma associada compartilhando a infraestrutura do sistema de transmissão com um complexo eólico, neste caso, Ventos do Piauí I. A complementaridade da energia gerada pelas fontes solar e eólica garantem sinergia na operação e maior estabilidade na produção de energia beneficiando também o sistema elétrico nacional.

Seguimos avançando no desenvolvimento do projeto solar Sol de Jaíba, conforme cronograma e planejamento inicialmente estabelecidos, com a energização dos primeiros conjuntos de módulos fotovoltaicos iniciada em janeiro de 2024 somando 101 MWp à capacidade instalada já em operação. No total, o projeto agregará 630 MWp de capacidade instalada e 154 MW médios de garantia física à Companhia. A conclusão de Sol do Piauí e a evolução do projeto Sol de Jaíba reforçam o compromisso da Companhia com a expansão de uma matriz de geração renovável e diversificada.

Auren Energia S.A.
Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2023

Na frente de Comercialização, por sua vez, mantivemos a nossa posição de liderança em comercialização de energia ao longo de 2023, com 4,2 GW médios comercializados e uma carteira crescente de clientes. Fortalecemos também o nosso posicionamento sustentável com a evolução do segmento de comercialização de créditos de carbono, somando mais de 1,6 milhão de créditos vendidos, provenientes dos complexos eólicos Ventos do Piauí I e Ventos do Araripe III, contribuímos com o mercado global através do mecanismo de compensação voluntária de emissão de gases de efeito estufa.

Adicionalmente, anunciamos, em dezembro, a assinatura de acordo com a Vivo (Telefônica Brasil) para a criação de uma joint-venture focada em comercialização varejista de energia, um importante avanço em nossa estratégia de expansão e preparação para a abertura do mercado livre de energia. Acreditamos que a expertise da Auren em geração e comercialização de energia, unida à capilaridade e à capacidade de distribuição em escala da Vivo alavancarão a joint-venture, cujo foco será o mercado varejista que abrange um potencial de cerca de 72 mil empresas entre fábricas, escritórios e estabelecimentos comerciais ligados à rede de média e alta tensão com demanda inferior a 500 kW.

Em relação ao desempenho financeiro, encerramos 2023 de forma exitosa, com crescimento de 12,1% na receita líquida, que totalizou R\$ 6,2 bilhões, e EBITDA Ajustado de R\$1,8 bilhão, um aumento de 9,6% em relação a 2022. Os bons resultados são explicados principalmente pela performance do segmento de Comercialização, com aumento significativo no volume de energia comercializada e melhora nas margens das operações de trading, e do segmento de Geração Eólica, com a entrada em operação dos parques Ventos do Piauí II e III ao final de 2022.

Nossa disciplina na condução dos negócios possibilitou a distribuição de R\$ 3,0 bilhões em dividendos aos nossos acionistas neste ano, mantendo, ainda, uma sólida posição de caixa de R\$ 3,2 bilhões e uma alavancagem financeira de 1,8x dívida líquida/EBITDA Ajustado ao final do ano. Dessa forma, encerramos 2023 com uma posição financeira confortável para a continuidade da avaliação de novas oportunidades de investimento, em linha com a nossa estratégia de crescimento e expansão nos segmentos de geração e comercialização de energia.

Prosseguimos na evolução de nossa agenda ESG (Environmental, Social and Governance), e passamos a integrar, em 2024, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da bolsa de valores brasileira B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), adicionalmente aos índices Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e Índice de Diversidade (IDIVERSA), o que representa mais um importante reconhecimento das boas práticas da Auren nos pilares Pessoas, Planeta e Prosperidade.

Auren Energia S.A.
Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2023

Iniciamos o ano de 2024 com a mesma dedicação para inovar, com diligência e disciplina para novos investimentos. Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, parceiros de negócios e demais stakeholders por apoiarem nossa jornada de crescimento em direção a um futuro mais limpo e sustentável.

Fabio Zanflice
Diretor-Presidente

Mario Bertoncini
Vice-Presidente de Finanças e
Diretor de Relações com Investidores

Perfil da Companhia

A Auren nasce para construir um mundo mais positivo. A Companhia foi criada a partir da integração dos ativos de energia da Votorantim S.A e do CPP Investments, com o objetivo de se posicionar como uma das maiores plataformas de geração renovável e de comercialização de energia do Brasil. A Auren possui carteira de mais de 1.000 clientes, movimentando 4,2 GW médios de energia comercializada em 2023, com um portfólio diversificado de produtos e soluções focadas nas necessidades dos clientes e baseadas no investimento contínuo em inteligência de mercado e digitalização. Com mais de 100 anos de história e vasto conhecimento do setor elétrico, a Auren é liderada por um time de especialistas prontos para inovar e gerar valor compartilhado para clientes, parceiros, acionistas e para a sociedade.

Governança Corporativa

Desde a fundação da Companhia e início da negociação das ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), em 28 de março de 2022, a Auren integrou ao segmento Novo Mercado, o segmento de listagem com os mais elevados padrões de governança da Bolsa brasileira. Nesse contexto, a estruturação e implementação dos processos, juntamente com a maturidade do ambiente de controles e políticas advindas dos padrões elevados do Novo Mercado, fortalecem a transparência, a divulgação de informações e o processo de tomada de decisão da gestão e dos órgãos de governança da Companhia.

Ainda, a Auren adota as principais práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), utilizando como base o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, tendo a sua atuação guiada pelos princípios de integridade, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, de forma a inspirar nossas relações com seus colaboradores, clientes, fornecedores, investidores e demais *stakeholders*.

Adicionalmente, a Auren é signatária da iniciativa de sustentabilidade corporativa promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e está comprometida com os dez Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ética, integridade e transparência são a base da Auren e, a alteridade, a sua energia propulsora. Movida por tal espírito, a Auren também aderiu ao Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU, que tem o objetivo de encorajar empresas brasileiras no combate à corrupção e engajá-las no cumprimento da meta de se tornarem totalmente transparentes até 2030.

Compliance

O ano de 2023 marcou a consolidação do novo Programa de Compliance da Companhia. O Programa de Compliance da Auren foi desenvolvido de acordo com os parâmetros da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013, conforme alterada), e atua nas seguintes frentes de trabalho: (i) orientação e treinamento dos colaboradores; (ii) monitoramento do relacionamento com poder público; (iii) elaboração e revisão dos normativos internos; (iv) monitoramento de conflito de interesses; (v) gerenciamento dos canais de denúncia e investigações internas; e (vi) *due diligences* de integridade de parceiros de negócios.

O Programa de Compliance da Auren em 2023 contou com diversas iniciativas. Entre elas, destaca-se:

- Visita e treinamento de Compliance em projetos de implantação (*greenfield*) nos estados do Piauí e Minas Gerais, abrangendo um público de cerca de 1.300 colaboradores e terceiros;
- Apoio à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) conforme a nova Lei nº 14.457/22, com treinamentos sobre assédio moral e sexual, além de suporte durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho e Meio Ambiente (SIPATMA);
- Treinamentos e comunicações internas sobre normas e melhores práticas de Compliance;
- Realização da segunda edição do Compliance Day, evento de participação obrigatória e que envolve toda a Companhia, incluindo a participação do nível mais alto da administração, com a realização de palestras e debates com foco em ética, integridade e ESG;
- Lançamento do treinamento anual obrigatório sobre o Código de Conduta da Auren, que visa orientar a todos os colaboradores sobre as diretrizes anticorrupção e de conduta da Companhia;
- Ao longo do ano, a área de Compliance avaliou aproximadamente 550 parceiros de negócios com base em critérios de integridade, além de fornecer suporte consultivo na elaboração e avaliação de contratos, projetos e parcerias comerciais.

A Auren celebrou ainda, em 2023, o primeiro ano de seu novo Código de Conduta, aplicável a colaboradores, administradores, fornecedores e demais partes envolvidas nos nossos negócios. O documento aborda, entre outras questões, o combate ao

assédio e à discriminação, responsabilidade social, diversidade e inclusão, práticas antissuborno e anticorrupção, relacionamento com o poder público, saúde e segurança do trabalho, relacionamentos comerciais e com investidores, confidencialidade e conflito de interesses. O Código de Conduta reforça rigor da Companhia em relação à ética e integridade no cotidiano, reafirmando seu compromisso com os valores de justiça e integridade em todas as relações.

Mais informações sobre a evolução e as iniciativas de Governança Corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores (<https://ri.aurenenergia.com.br/>).

1. Desempenho Operacional

Em dezembro de 2023, a capacidade instalada operacional da Auren totalizou 3.087 MW. Desse total, 2.057 MW correspondem à fonte hidrelétrica, incluindo 517 MW em ativos nos quais a Companhia possui participação minoritária relevante, 982 MW correspondem à fonte eólica e 48 MW correspondem à fonte solar, dada a entrada em operação de Sol do Piauí em novembro de 2023.

1.1 Geração Hidrelétrica

A Companhia detém participação integral na UHE Porto Primavera e possui participação minoritária em outros sete ativos hidrelétricos – UHE Machadinho, UHE Campos Novos, UHE Barra Grande, UHE Amador Aguiar I e II, UHE Igarapava e UHE Picada.

A produção de energia da UHE Porto Primavera atingiu 982,3 MW médios no 4T23, 19,4% superior ao 4T22 (822,6 MW médios), devido a priorização do despacho hidrelétrico em virtude do cenário hidrológico favorável e do elevado nível dos reservatórios do SIN. Além disso, cabe destacar a contribuição adicional para o aumento da geração hidrelétrica relacionada ao aumento do consumo de energia elétrica, no último trimestre do ano, associado às elevadas temperaturas.

Em relação à produção em 2023, a UHE Porto Primavera gerou 922,4 MW médios, que representa um valor 19,6% superior ao ano de 2022 (771,0 MW médios), devido à melhor disponibilidade hídrica registrada, em especial ao longo do primeiro semestre de 2023, que apresentou vazões acima das médias históricas em razão dos elevados níveis de precipitação observados.

Tabela 01 – Produção dos ativos hidrelétricos em que a Companhia possui 100% de participação

| Usina | Capacidade Instalada (MW) | Garantia Física (MW médio) | Geração de Energia (MW médio) | | | | | |
|---------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|-------|----------|-------|-------|----------|
| | | | 4T23 | 4T22 | Var. (%) | 2023 | 2022 | Var. (%) |
| UHE Porto Primavera | 1.540,0 | 886,8 | 982,3 | 822,6 | 19,4% | 922,4 | 771,0 | 19,6% |

Tabela 02 – Evolução da vazão defluente da UHE Porto Primavera

| Vazões Médias (m³/s) | 4T23 | 4T22 | Var. (%) | 2023 | 2022 | Var. (%) |
|------------------------------------|-------|-------|-------------------|-------|-------|-------------------|
| Vazão Turbinada ¹ | 5.607 | 4.587 | 22,2% | 5.325 | 4.267 | 24,8% |
| Vazão Vertida ² | 6 | 4 | N.M. ³ | 1.036 | 4 | N.M. ³ |
| Vazão Defluente Total ⁴ | 5.613 | 4.591 | 22,3% | 6.361 | 4.271 | 48,9% |

No 4T23, a vazão afluyente aos reservatórios do SIN, particularmente no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, foi inferior em 16 p.p. ao valor observado no 4T22, devido a menor incidência de chuvas no período. Apesar disso, o valor acumulado do ano de 2023 apresenta-se próximo à média histórica (93%) e superior em 11 p.p. ao valor verificado no mesmo período de 2022, conforme demonstrado na Tabela 03.

Tabela 03 – Evolução da Energia Natural Afluyente (ENA) do Subsistema Sudeste/Centro-Oeste

| Período | ENA (MW médio) | | | ENA (% MLT) ⁵ | | |
|------------|----------------|---------------|-------------|--------------------------|------------|------------|
| | 2023 | 2022 | Var. (%) | 2023 | 2022 | Var. (pp) |
| Janeiro | 77.841 | 71.611 | 9% | 119% | 109% | 10 |
| Fevereiro | 73.925 | 77.964 | -5% | 105% | 110% | -5 |
| Março | 71.117 | 52.859 | 34% | 103% | 77% | 26 |
| Abril | 55.160 | 40.929 | 35% | 101% | 75% | 26 |
| Maio | 36.569 | 26.928 | 36% | 92% | 68% | 24 |
| Junho | 30.862 | 24.273 | 27% | 95% | 75% | 20 |
| Julho | 22.870 | 16.847 | 36% | 89% | 66% | 23 |
| Agosto | 18.510 | 16.060 | 15% | 90% | 78% | 12 |
| Setembro | 17.296 | 16.134 | 7% | 88% | 82% | 6 |
| Outubro | 22.523 | 24.480 | -8% | 95% | 104% | -9 |
| Novembro | 26.427 | 24.425 | 8% | 84% | 78% | 6 |
| Dezembro | 28.086 | 42.977 | -35% | 59% | 90% | -31 |
| 1T | 74.307 | 66.464 | 12% | 109% | 97% | 12 |
| 2T | 40.817 | 30.541 | 34% | 96% | 72% | 24 |
| 3T | 19.587 | 16.262 | 20% | 89% | 75% | 14 |
| 4T | 25.671 | 30.695 | -16% | 79% | 91% | -12 |
| 12M | 39.905 | 36.056 | 11% | 93% | 84% | 9 |

¹ Vazão turbinada: vazão que passa pelas turbinas da usina gerando energia elétrica;

² Vazão vertida: vazão que passa pelos órgãos extravasores da usina hidrelétrica não gerando energia, incluindo a vazão da escada de peixes;

³ N.M.: Não mensurável

⁴ Vazão defluente: é a vazão total que passa pela usina, sendo o somatório da vazão turbinada e vazão vertida.

⁵ Média de Longo Termo (MLT). Informações disponíveis em http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_aflyuyente_subsistema.aspx.

O índice de disponibilidade médio das usinas operadas pela Auren manteve-se acima dos valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). No 4T23, o índice de disponibilidade médio da UHE Porto Primavera foi de 96,9%, superior em 0,7 p.p. ao valor verificado no 4T22 (96,2%). Com relação ao ano de 2023, a disponibilidade verificada foi 4,6 p.p. superior à referência ANEEL.

Tabela 04 – Valores de disponibilidade das usinas operadas pela Auren e valores de referência adotados pela ANEEL

| Usina | Capacidade Instalada (MW) | Número de Unidades Geradoras (UG) | Capacidade Unitária da UG (MW) | Disponibilidade Verificada | Índice Referência ANEEL |
|---------------------|---------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|----------------------------|-------------------------|
| UHE Porto Primavera | 1.540,0 | 14 | 110,0 | 96,9% | 92,3% |
| UHE Picada | 50,0 | 2 | 25,0 | 96,2% | 94,6% |

1.2 Geração Eólica

A produção de energia elétrica nos parques eólicos da Auren atingiu 404,5 MW médios no 4T23, 16,1% superior à produção do 4T22 (348,3 MW médios), principalmente devido à entrada integral de Ventos do Piauí II e III e ao maior recurso eólico superior em 5,8% ao último trimestre de 2022, especialmente no mês de dezembro. No ano de 2023, a produção de energia elétrica nos parques eólicos da Auren atingiu 442,1 MW médios, 31,5% superior à produção do ano de 2022 (336,1 MW médios).

Tabela 05 – Características técnicas dos complexos eólicos

| Complexo eólico | Capacidade Instalada (MW) | Número de Aeroogeradores | Fabricante | Modelo | Tipo de Contrato de Operação e Manutenção |
|-----------------------|---------------------------|--------------------------|----------------|------------------|-------------------------------------------|
| Ventos do Araripe III | 357,9 | 156 | GE | 2X (2,3 e 2,4MW) | Full Scope Agreement |
| Ventos do Piauí I | 205,8 | 98 | Siemens Gamesa | G114 (2,1 MW) | Full Scope Agreement |
| Ventos do Piauí II | 211,5 ⁶ | 47 | Vestas | V150 (4,5 MW) | Full Scope Agreement |
| Ventos do Piauí III | 207,0 ⁷ | 46 | Vestas | V150 (4,5 MW) | Full Scope Agreement |
| Total | 982,2 | 347 | | | |

6 Potência instalada atualizada em 21 de agosto de 2023, após alteração das características técnicas dos aerogeradores de 4,4 MW para 4,5 MW.

7 Potência instalada atualizada em 21 de agosto de 2023, após alteração das características técnicas dos aerogeradores de 4,4 MW para 4,5 MW.

Tabela 06 – Produção dos complexos eólicos

| Complexo eólico | Garantia Física (MW médio) | Certificação (MW médio) Out – Dez | | Geração de Energia (MW médio) | | | | | |
|-------------------------|----------------------------|-----------------------------------|--------------|-------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | P50 | P90 | 4T23 | 4T22 | Var. (%) | 2023 | 2022 | Var. (%) |
| Ventos do Araripe III | 178,5 | 152,7 | 144,2 | 142,6 | 130,9 | 9,0% | 155,7 | 158,6 | -1,8% |
| Ventos do Piauí I | 106,3 | 89,6 | 84,7 | 81,1 | 74,3 | 9,1% | 90,0 | 96,5 | -6,7% |
| Ventos do Piauí II (*) | 105,7 | 91,6 | 79,5 | 95,2 | 69,4 | 37,1% | 101,9 | 22,8 | 347,7% |
| Ventos do Piauí III(**) | 100,6 | 87,0 | 75,2 | 85,7 | 73,7 | 16,2% | 94,5 | 58,0 | 62,8% |
| Total | 491,1 | 420,8 | 383,7 | 404,5 | 348,3 | 16,1% | 442,1 | 336,1 | 31,5% |

(*) O projeto Ventos do Piauí II iniciou o processo de entrada em operação em agosto de 2022.

(**) O projeto Ventos do Piauí III iniciou o processo de entrada em operação em maio de 2022.

Para o cálculo de geração de 2022, em MW médios, foi considerada a geração anual dos Parques Ventos do Piauí II e III, em MWh, dividida pelo número de horas do ano.

Conforme apresentado na Tabela 07, a geração agregada no 4T23 foi inferior em 3,9% à certificação no percentil 50 (P50) e superior em 5,4% à certificação no percentil 90 (P90).

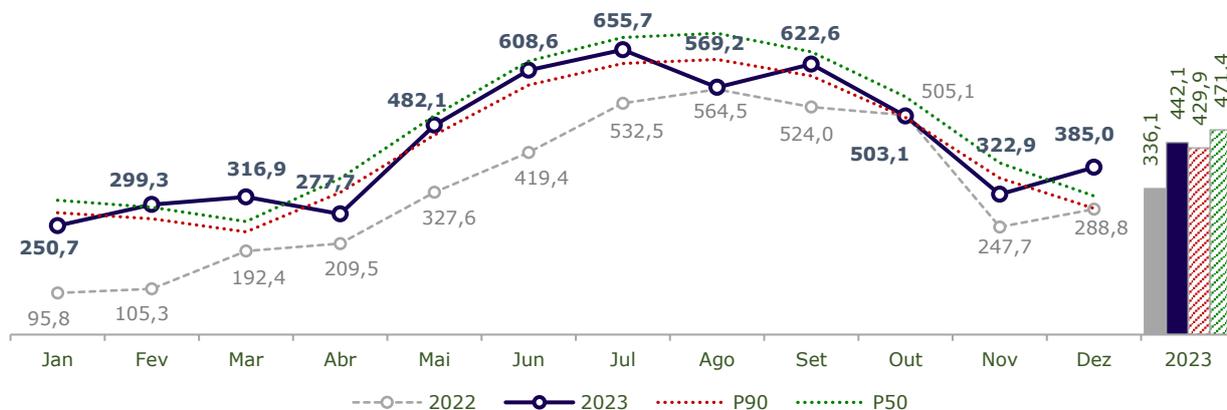
Considerando o ano de 2023, a geração agregada foi 6,2% inferior à certificação no percentil 50 (P50) e 2,8% superior à certificação no percentil 90 (P90).

Tabela 07 – Performance da produção dos complexos eólicos em relação à certificação

| Complexo eólico | Garantia Física (MWm) | Certificação (MWm) | | | | Geração (MWm) | | Variação (%) | | | |
|-----------------------|-----------------------|--------------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|-------------|--------------|-------------|
| | | Out – Dez | | Jan - Dez | | | | 4T23 | | 2023 | |
| | | P50 | P90 | P50 | P90 | 4T23 | 2023 | P50 | P90 | P50 | P90 |
| Ventos do Araripe III | 178,5 ⁸ | 152,7 | 144,2 | 171,8 | 162,3 | 142,6 | 155,7 | -6,6% | -1,1% | -9,4% | -4,1% |
| Ventos do Piauí I | 106,3 | 89,6 | 84,7 | 99,9 | 94,5 | 81,1 | 90,0 | -9,5% | -4,3% | -9,9% | -4,8% |
| Ventos do Piauí II | 105,7 | 91,6 | 79,5 | 102,0 | 88,6 | 95,2 | 101,9 | 3,9% | 19,6% | 0,0% | 15,1% |
| Ventos do Piauí III | 100,6 | 87,0 | 75,2 | 97,7 | 84,5 | 85,7 | 94,5 | -1,6% | 13,9% | -3,3% | 11,9% |
| Total | 491,1 | 420,8 | 383,7 | 471,4 | 429,9 | 404,5 | 442,1 | -3,9% | 5,4% | -6,2% | 2,8% |

⁸ Garantia Física após revogação da revisão ordinária realizada em 2022, através da Portaria no 2.634 SNTep/MME publicada em 19 de outubro de 2023 da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento do Ministério de Minas e Energia

Gráfico 01 – Parques Eólicos: Geração de energia e valores certificados para o percentil 50 (P50) e percentil 90 (P90) (MW médio)



Avaliando os resultados agregados dos ativos eólicos quanto aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico no 4T23 ficou 4,2% abaixo da média de longo prazo para o horizonte de 20 anos (horizonte estimado de produção de energia com base no P50).

Os aerogeradores, por sua vez, performaram 0,5% acima do esperado, assim como a performance do sistema elétrico⁹ (+0,6%). A redução da produção causada por restrição de geração (*curtailment*) representou 0,8%, sendo 0,3% passível de compensação via ressarcimento.

Gráfico 02 – Performance dos parques eólicos no 4T23 quando comparado aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



⁹ Sistema elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), pela subestação coletora (34,5/230kV) e pela linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV).

Auren Energia S.A.
Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2023

Com relação ao ano de 2023, avaliando os resultados agregados dos ativos eólicos quanto aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico ficou 5,6% abaixo da média de longo prazo para o horizonte de 20 anos (horizonte estimado de produção de energia com base no P50).

Os aerogeradores, por sua vez, performaram 0,4% acima do esperado, assim como a performance do sistema elétrico¹⁰, com desempenho superior em 0,5%. A redução da produção causada por restrição de geração (*curtailment*) do SIN representou 1,5%, sendo que 1,1% são passíveis de compensação via ressarcimento.

Gráfico 03 – Performance dos parques eólicos no ano de 2023 quando comparado aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



Ventos do Araripe III

No 4T23, a geração de Ventos do Araripe III atingiu o valor de 142,6 MW médios, superior em 9,0% ao observado no 4T22 (130,9 MW médios). Com relação à geração esperada no percentil 90 (P90), a produção foi inferior em 1,1% e, em relação à geração média esperada (P50), foi inferior em 6,6%, devido ao recurso eólico abaixo do esperado para o período.

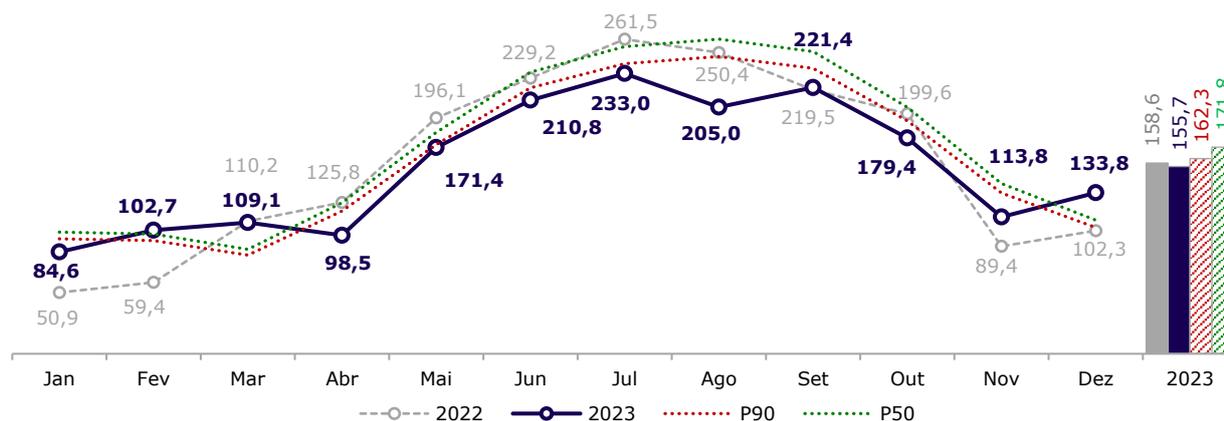
No ano de 2023, a geração total do parque atingiu 155,7MW médios, sendo 4,1% abaixo do P90 e 9,4% inferior ao P50.

¹⁰ Sistema elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), pela subestação coletora (34,5/230kV) e pela linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV).

Tabela 08 – Produção do complexo eólico Ventos do Araripe III

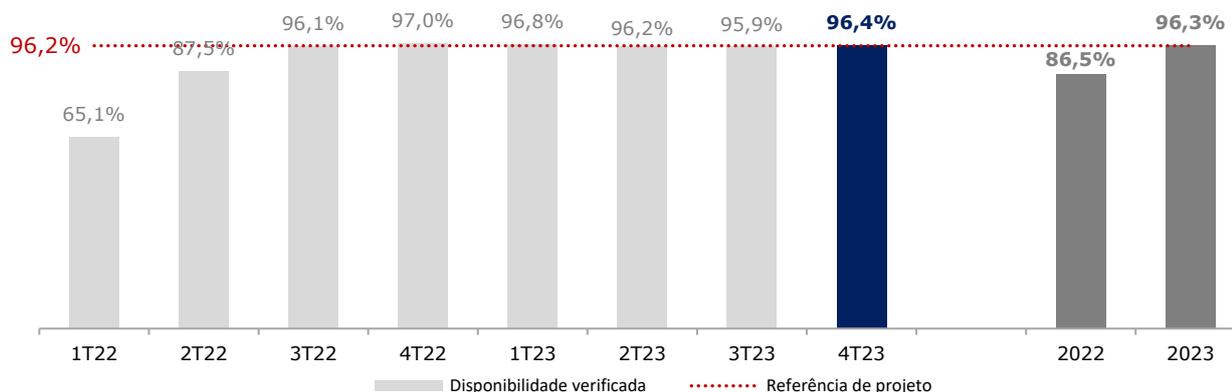
| Período | Geração (MW médio) | Geração Esperada (P90) (MW médio) | Var. (P90) | Geração Esperada (P50) (MW médio) | Var. (P50) |
|---------|--------------------|-----------------------------------|------------|-----------------------------------|------------|
| 1T22 | 73,9 | 90,4 | -18,2% | 95,7 | -22,8% |
| 1T23 | 98,7 | | 9,1% | | 3,1% |
| 2T22 | 183,8 | 171,3 | 7,3% | 181,3 | 1,4% |
| 2T23 | 160,4 | | -6,4% | | -11,5% |
| 3T22 | 244,1 | 242,0 | 0,9% | 256,1 | -4,7% |
| 3T23 | 219,8 | | -9,2% | | -14,2% |
| 4T22 | 130,9 | 144,2 | -9,2% | 152,7 | -14,3% |
| 4T23 | 142,6 | | -1,1% | | -6,6% |
| 2022 | 158,6 | 162,3 | -2,3% | 171,8 | -7,7% |
| 2023 | 155,7 | | -4,1% | | -9,4% |

Gráfico 04 - Ventos do Araripe III: Geração de energia e valores certificados para o percentil 50 (P50) e percentil 90 (P90) (MW médio)



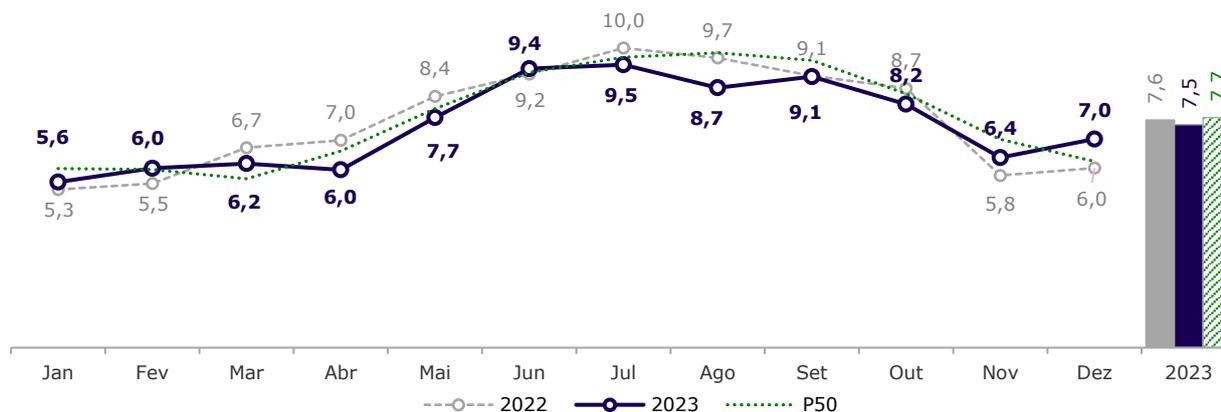
O índice de disponibilidade temporal médio do complexo atingiu 96,4% no 4T23, uma redução de 0,6 p.p. em comparação à disponibilidade verificada no 4T22 (97,0%), porém, desempenhando acima da referência do projeto.

Gráfico 05 – Ventos do Araripe III: Disponibilidade Temporal Média (%)



No 4T23, observou-se uma velocidade média de vento de 7,2 m/s, 5,9% acima do valor de 6,8 m/s verificado no 4T22. Com relação ao ano de 2023, observou-se uma velocidade média de vento de 7,5 m/s, 1,3% abaixo do valor de 7,6 m/s verificado em 2022.

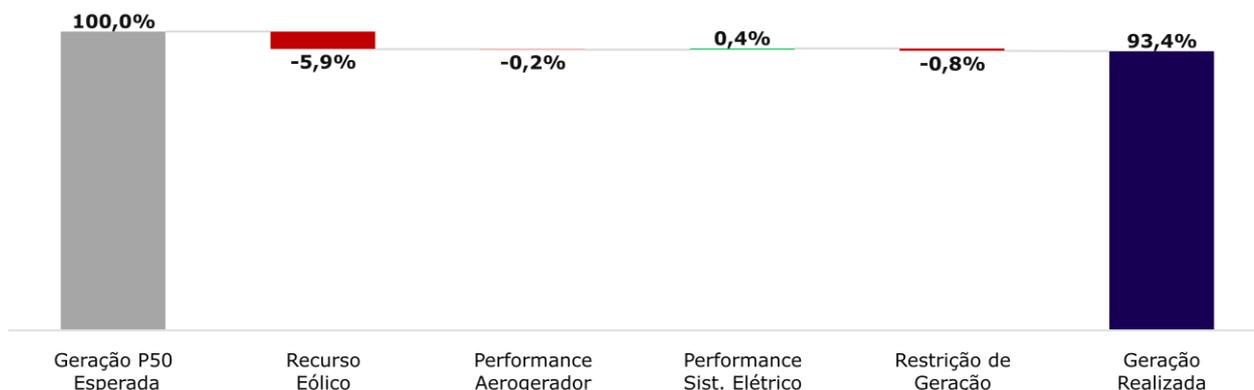
Gráfico 06 – Ventos do Araripe III: Velocidade Média Mensal do Vento (m/s)



Avaliando os resultados quanto aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico no 4T23 ficou 5,9% abaixo da média de longo prazo para o horizonte de 20 anos (horizonte estimado de produção de energia com base no P50). Dois efeitos contribuíram para uma maior perda de energia fornecida pelos aerogeradores, apesar do vento ocorrido ser próximo da média esperada: (i) apesar da diferença entre o vento esperado e realizado ser pequena, a transformação do recurso em energia é função da terceira potência, o que amplifica a diferença; (ii) neste trimestre, o vento permaneceu por mais tempo nas extremidades operativas do que o esperado em projeto. Desta forma, houve um maior impacto na geração pois os aerogeradores não operam abaixo do vento de 3,5m/s e não agregaram mais potência quando o vento está acima de 11,5m/s. A disponibilidade dos

aerogeradores foi 0,2% abaixo da referência. A performance do sistema elétrico¹¹ ficou 0,4% acima do esperado, compensando o desempenho dos aerogeradores. No entanto, limitações de escoamento de produção por restrição na subestação seccionadora da Rede Básica (CNP-II) e demais restrições de geração impactaram o resultado deste trimestre em 0,8%, sendo 0,3% passível de compensação via ressarcimento. Avaliando os resultados quanto aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico no 4T23 ficou 5,9% abaixo da média de longo prazo para o horizonte de 20 anos (horizonte estimado de produção de energia com base no P50). A disponibilidade dos aerogeradores foi 0,2% abaixo da referência. A performance do sistema elétrico¹² ficou 0,4% acima do esperado, compensando o desempenho dos aerogeradores. No entanto, limitações de escoamento de produção por restrição na subestação seccionadora da Rede Básica (CNP-II) e demais restrições de geração impactaram o resultado deste trimestre em 0,8%, sendo 0,3% passível de compensação via ressarcimento.

Gráfico 07 – Ventos do Araripe III: Performance do parque eólico no 4T23 quando comparada aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



Com relação ao ano de 2023, avaliando os resultados quanto aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico ficou 7,6% abaixo da média de longo prazo para o horizonte de 20 anos (horizonte estimado de produção de energia com base no P50). A disponibilidade dos aerogeradores foi 0,2% abaixo da referência, devido manutenção de grandes componentes concluída em outubro. A performance do sistema elétrico¹³ ficou 0,3% acima do esperado. No entanto, limitações de escoamento de produção por restrição do SIN, impactaram o resultado deste ano em 1,9%, sendo 1,4% passível de compensação via ressarcimento.

¹¹ Sistema elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), pela subestação coletora (34,5/230kV) e pela linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV).

¹³ Sistema elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), pela subestação coletora (34,5/230kV) e pela linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV).

Gráfico 08 – Ventos do Araripe III: Performance do parque eólico no ano 2023 quando comparada aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



Ventos do Piauí I

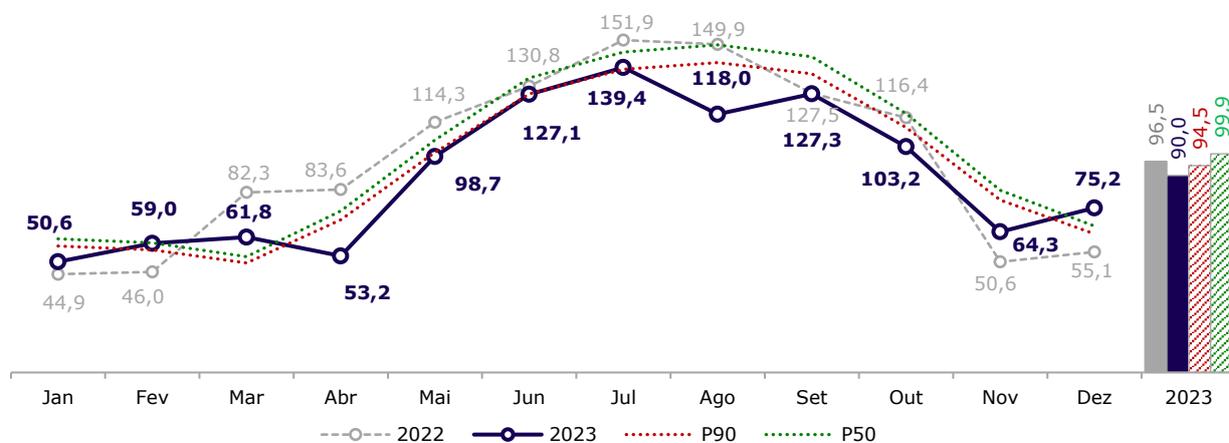
No 4T23, a geração de Ventos do Piauí I atingiu o valor de 81,1 MW médios, superior em 9,1% ao observado no 4T22 (74,3 MW). Com relação à geração esperada no percentil 90 (P90), a produção foi inferior em 4,3% e, em relação à geração média esperada (P50), foi inferior em 9,5%, devido ao recurso eólico abaixo do esperado para o período.

No ano de 2023, a geração total do parque atingiu 90,0 MW médios, sendo 4,8% abaixo do P90 e 9,9% inferior ao P50.

Tabela 09 – Produção do complexo eólico Ventos do Piauí I

| Período | Geração (MW médio) | Geração Esperada (P90) (MW médio) | Var. (P90) | Geração Esperada (P50) (MW médio) | Var. (P50) |
|---------|--------------------|-----------------------------------|------------|-----------------------------------|------------|
| 1T22 | 58,1 | 54,6 | 6,5% | 57,7 | 0,8% |
| 1T23 | 57,1 | | 4,6% | | -1,0% |
| 2T22 | 109,6 | 99,2 | 10,5% | 104,9 | 4,5% |
| 2T23 | 93,1 | | -6,1% | | -11,2% |
| 3T22 | 143,3 | 138,9 | 3,2% | 146,8 | -2,4% |
| 3T23 | 128,2 | | -7,7% | | -12,7% |
| 4T22 | 74,3 | 84,7 | -12,3% | 89,6 | -17,1% |
| 4T23 | 81,1 | | -4,3% | | -9,5% |
| 2022 | 96,5 | 94,5 | 2,1% | 99,9 | -3,4% |
| 2023 | 90,0 | | -4,8% | | -9,9% |

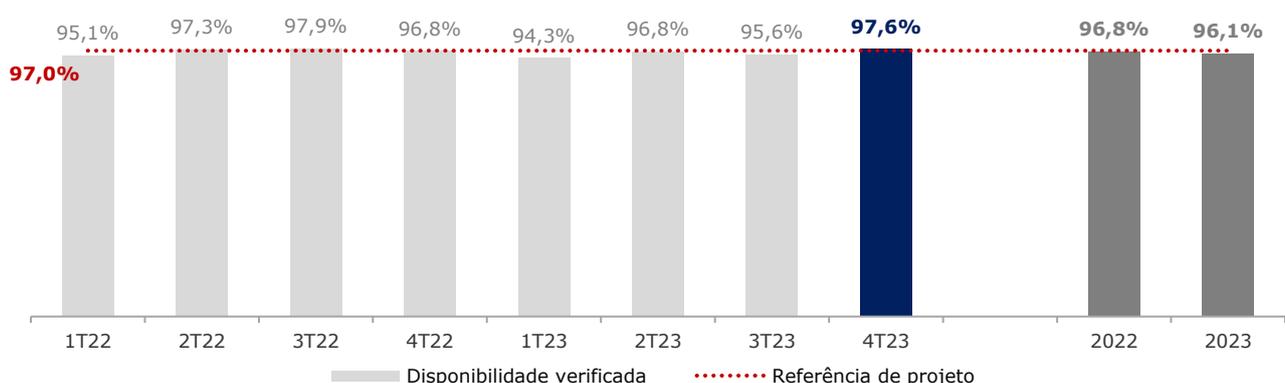
Gráfico 09 – Ventos do Piauí I: Geração de energia e valores certificados para o percentil 50 (P50) e o percentil 90 (P90) (MW médio)



O índice de disponibilidade temporal médio do complexo Ventos do Piauí I atingiu 97,6% no 4T23, acima da referência do projeto de 97,0%.

No ano de 2023, a disponibilidade ficou abaixo da esperada devido à troca de componentes, iniciada em fevereiro e finalizada em setembro, e à manutenção preventiva geral da subestação ocorrida em março. Esses efeitos impactaram a disponibilidade em 1,5%.

Gráfico 10 - Ventos do Piauí I: Disponibilidade Temporal Média (%)



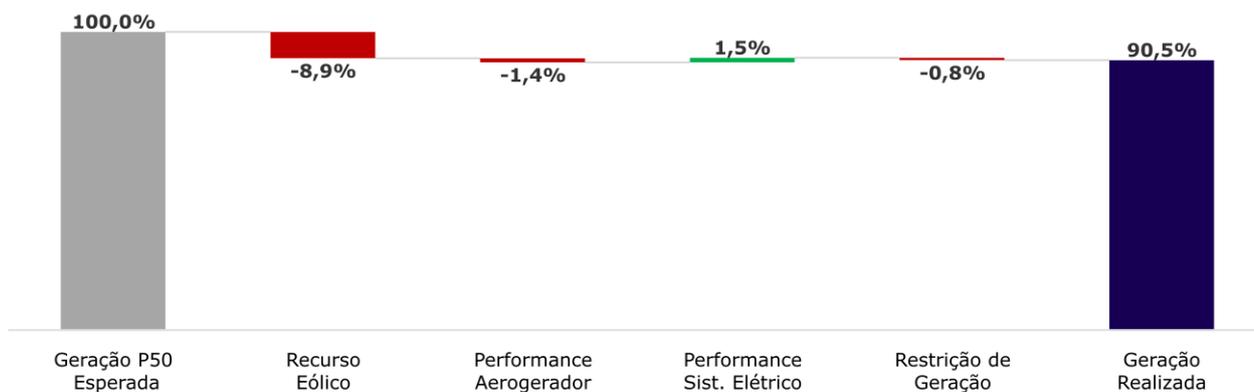
No 4T23, observou-se uma velocidade média de vento de 6,9 m/s, 6,1% acima do valor de 6,5 m/s verificado no 4T22. Com relação ao ano de 2023, observou-se uma velocidade média de vento de 7,2 m/s, 2,7% abaixo do valor de 7,4 m/s verificado em 2022.

Gráfico 11 - Ventos do Piauí I: Velocidade Média Mensal do Vento (m/s)



Avaliando os resultados quanto aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico observado no 4T23 foi 8,9% inferior à média de longo prazo para o horizonte de 20 anos (horizonte estimado de produção de energia com base no P50). A disponibilidade dos aerogeradores, por sua vez, foi 1,4% abaixo do esperado, principalmente devido às interferências do comissionamento da UFV Sol do Piauí I (complexo híbrido). A performance do sistema elétrico¹⁴ do parque foi 1,5% acima da esperada. As restrições de geração, impactaram negativamente o resultado desse trimestre em 0,8%, sendo 0,3% passível de compensação.

Gráfico 12 - Ventos do Piauí I: Performance do parque eólico no 4T23 quando comparada aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



Com relação ao ano de 2023, verificando os resultados quanto aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico ficou 8,8% abaixo da média de longo prazo para o horizonte de 20 anos (horizonte estimado de produção de energia com base no P50). A disponibilidade dos aerogeradores foi 0,8% abaixo da referência, devido manutenção de grandes componentes concluída em setembro. A performance do

¹⁴ Sistema elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), pela subestação coletora (34,5/230kV) e pela linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV).

sistema elétrico¹⁵ ficou 0,9% acima do esperado, no entanto, limitações de escoamento por restrição do SIN impactaram o resultado deste ano em 1,2%, sendo 0,9% passível de compensação via ressarcimento.

Gráfico 13 – Ventos do Piauí I: Performance do parque eólico no ano 2023 quando comparada aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



Ventos do Piauí II

No 4T23, a geração de Ventos do Piauí II atingiu o valor de 95,2 MW médios, 37% superior a geração anualizada no 4T22¹⁶, de 69,4 MW médios. Com relação à geração esperada no percentil 90 (P90), a produção foi superior em 19,6% e, em relação à geração média esperada (P50), foi superior em 3,9%.

No ano de 2023, a geração total do parque atingiu 101,9 MW médios, sendo 15,1% acima do P90 e em linha com o P50.

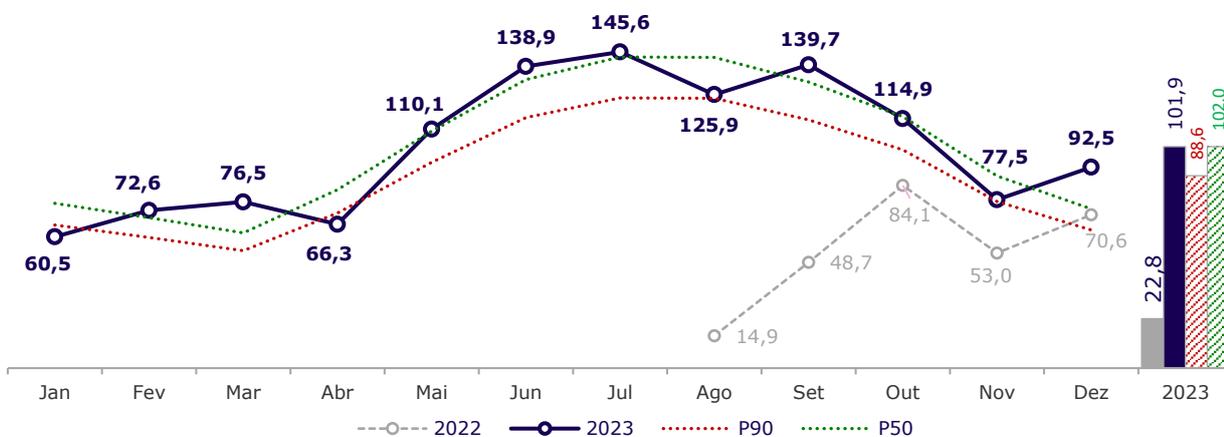
Tabela 10 – Produção trimestral do complexo eólico Ventos do Piauí II

| Período | Geração (MW médio) | Geração Esperada (P90) (MW médio) | Var. (P90) | Geração Esperada (P50) (MW médio) | Var. (P50) |
|---------|--------------------|-----------------------------------|------------|-----------------------------------|------------|
| 1T23 | 69,8 | 60,1 | 16,2% | 69,1 | 0,9% |
| 2T23 | 105,1 | 93,8 | 12,0% | 108,0 | -2,7% |
| 3T22 | 20,9 | 121,1 | -72,6% | 139,4 | -85% |
| 3T23 | 137,0 | | 13,2% | | -1,7% |
| 4T22 | 69,4 | 79,5 | -12,7% | 91,6 | -24,1% |
| 4T23 | 95,2 | | 19,6% | | 3,9% |
| 2022 | 22,8 | 88,6 | -74,3% | 102,0 | -77,6% |
| 2023 | 101,9 | | 15,1% | | 0,0% |

¹⁵ Sistema elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), pela subestação coletora (34,5/230kV) e pela linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV).

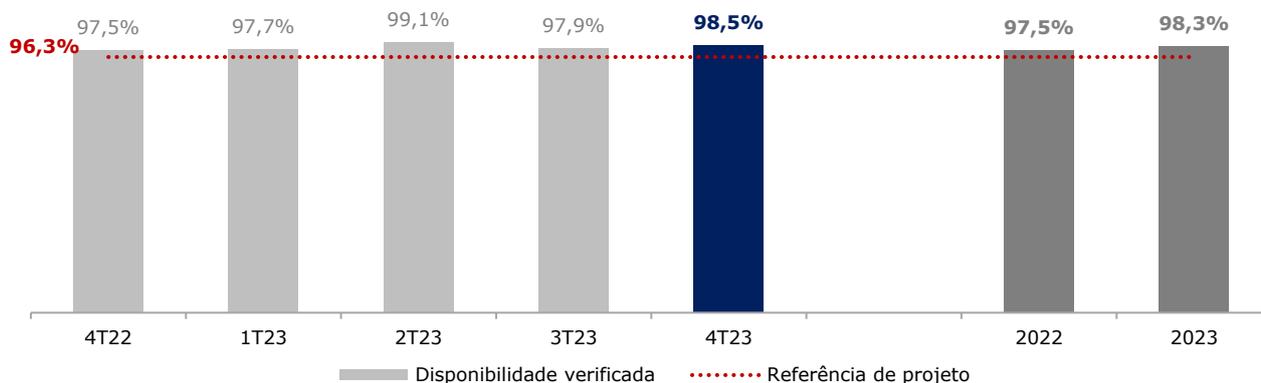
¹⁶ Para o cálculo de geração em MW médios no 4T22 foi considerada a geração anual em MWh dividida pelo número de horas apurado a partir da data de entrada em operação dos complexos até 31 de dezembro.

Gráfico 14 - Ventos do Piauí II: Geração de energia e valores certificados para o percentil 50 (P50) e percentil 90 (P90) (MW médio)



O índice de disponibilidade temporal médio do complexo atingiu 98,5% no 4T23 e 98,3% no ano de 2023, acima da referência de projeto.

Gráfico 15 - Ventos do Piauí II: Disponibilidade Temporal Média (%)



No 4T23, observou-se uma velocidade média de vento de 7,9 m/s, acima do valor de 7,3 m/s verificado no 4T22.

Gráfico 16 – Ventos do Piauí II: Velocidade Média Mensal do Vento (m/s)



Avaliando os resultados quanto aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico no 4T23 ficou 1,0% abaixo da média de longo prazo para o horizonte de 20 anos (horizonte estimado de produção de energia com base no P50). A disponibilidade dos aerogeradores, por sua vez, foi 3,0% acima do esperado, enquanto a performance do sistema elétrico¹⁷ do parque foi 0,5% acima da esperada. As restrições de geração impactaram negativamente o resultado desse trimestre em 0,6%, sendo 0,2% passível de compensação via ressarcimento.

Gráfico 17 – Ventos do Piauí II: Performance do parque eólico no 4T23 quando comparada aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100

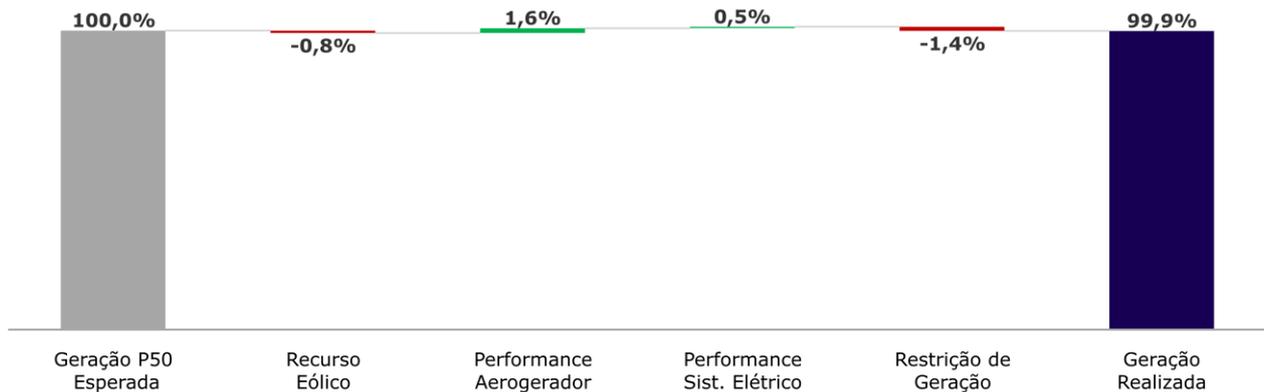


Com relação ao ano de 2023, avaliando os resultados quanto aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico ficou 0,8% abaixo da média de longo prazo para o horizonte de 20 anos (horizonte estimado de produção de energia com base no P50). A disponibilidade dos aerogeradores foi 1,6% acima da referência. A performance do

¹⁷ Sistema elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), pela subestação coletora (34,5/230kV) e pela linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV).

sistema elétrico¹⁸ ficou 0,5% acima do esperado. No entanto, limitações de escoamento por restrição do SIN, impactaram negativamente o resultado deste ano em 1,4%, sendo 1,0% passível de compensação via ressarcimento.

Gráfico 18 – Ventos do Piauí II: Performance do parque eólico no ano 2023 quando comparada aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



Ventos do Piauí III

No 4T23, a geração de Ventos do Piauí III atingiu o valor de 85,7 MW médios, 16% acima da geração anualizada do 4T22¹⁹. Com relação à geração esperada no percentil 90 (P90), a produção foi superior em 13,9% e, em relação à geração média esperada (P50), foi inferior em 1,6%, devido ao recurso eólico abaixo do esperado para o período.

No ano de 2023, a geração total do parque atingiu 94,5 MW médios, sendo 11,9% acima do P90 e 3,3% inferior ao P50.

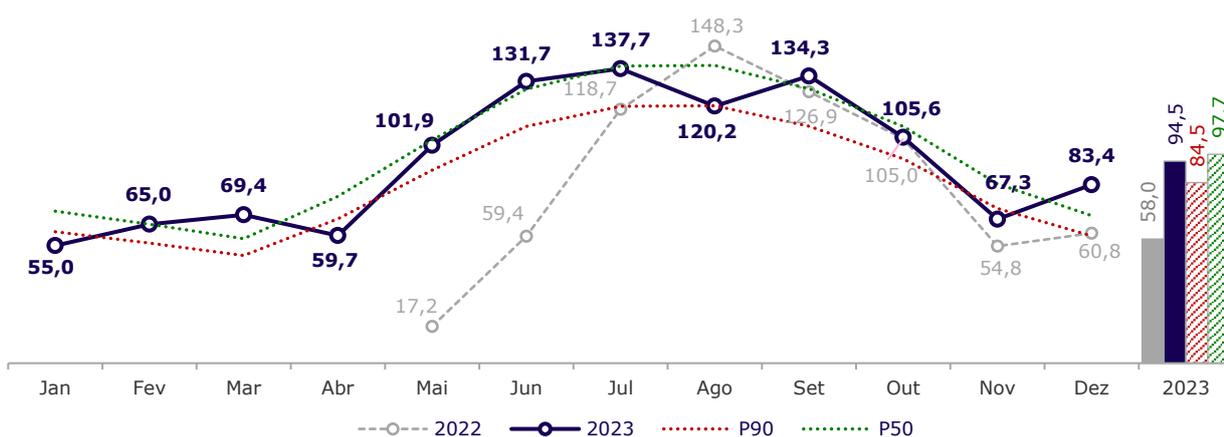
¹⁸ Sistema elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), pela subestação coletora (34,5/230kV) e pela linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV).

¹⁹ Para o cálculo de geração em MW médios no 4T22 foi considerada a geração anual em MWh dividida pelo número de horas apurado a partir da data de entrada em operação dos complexos até 31 de dezembro

Tabela 11 – Produção trimestral do complexo eólico Ventos do Piauí III

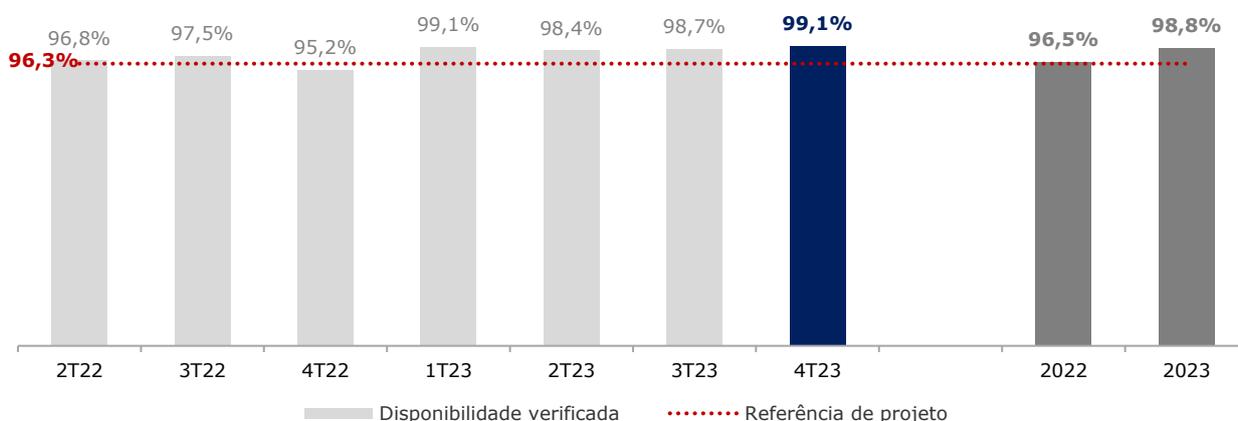
| Período | Geração (MW médio) | Geração Esperada (P90) (MW médio) | Var. (P90) | Geração Esperada (P50) (MW médio) | Var. (P50) |
|---------|--------------------|-----------------------------------|------------|-----------------------------------|------------|
| 1T23 | 63,1 | 56,0 | 12,6% | 64,7 | -2,6% |
| 2T22 | 25,4 | 89,5 | -71,6% | 103,5 | -75,5% |
| 2T23 | 97,8 | | 9,3% | | -5,5% |
| 3T22 | 131,4 | 116,6 | 12,7% | 134,9 | -2,6% |
| 3T23 | 130,7 | | 12,9% | | -3,1% |
| 4T22 | 73,7 | 75,2 | -2,0% | 87,0 | -15,3% |
| 4T23 | 85,7 | | 13,9% | | -1,6% |
| 2022 | 58,0 | 84,5 | -31,3% | 97,7 | -40,6% |
| 2023 | 94,5 | | 11,9% | | -3,3% |

Gráfico 19 - Ventos do Piauí III: Geração de energia e valores certificados para o percentil 50 (P50) e percentil 90 (P90) (MW médio)



O índice de disponibilidade temporal médio do complexo atingiu 99,1% no 4T23 e 98,8% no ano de 2023, mantendo-se acima da referência do projeto.

Gráfico 20 – Ventos do Piauí III: Disponibilidade Temporal Média (%)



No 4T23, observou-se uma velocidade média de vento de 7,5 m/s, valor 5,3% superior à média de 7,1% de 2022.

Gráfico 21 – Ventos do Piauí III: Velocidade Média Mensal do Vento (m/s)



Avaliando os resultados quanto aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico no 4T23 ficou 1,9% abaixo da média de longo prazo para o horizonte de 20 anos (horizonte estimado de produção de energia com base no P50). A disponibilidade dos aerogeradores, por sua vez, foi 0,9% acima do esperado, enquanto a performance do sistema elétrico²⁰ do parque foi 0,3% acima da esperada. As restrições de geração impactaram negativamente o resultado desse trimestre em 0,9%, sendo 0,4% passível de compensação via ressarcimento.

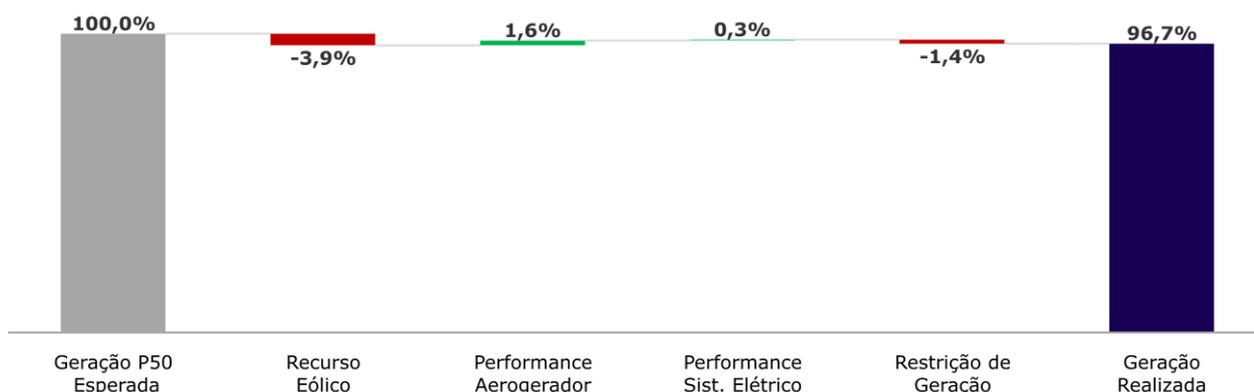
²⁰ Sistema elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), pela subestação coletora (34,5/230kV) e pela linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV).

Gráfico 22 – Ventos do Piauí III: Performance do parque eólico no 4T23 quando comparada aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



Com relação ao ano de 2023, os resultados quanto aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico ficou 3,9% abaixo da média de longo prazo para o horizonte de 20 anos (horizonte estimado de produção de energia com base no P50). A performance dos aerogeradores foi 1,6% acima da referência. A performance do sistema elétrico²¹ ficou 0,3% acima do esperado. As restrições de geração, impactaram negativamente o resultado deste ano em 1,4%, sendo 1,0% passível de compensação via ressarcimento.

Gráfico 23 – Ventos do Piauí III: Performance do parque eólico no ano 2023 quando comparada aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



²¹ Sistema elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), pela subestação coletora (34,5/230kV) e pela linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV).

1.3 Geração Solar

Usina Fotovoltaica Sol do Piauí

Em 1º de novembro de 2023, a ANEEL autorizou o início da operação em teste da usina fotovoltaica Sol do Piauí. Com 48 MW de capacidade instalada, Sol do Piauí é o primeiro projeto solar autorizado²² pela ANEEL para operar de forma associada a um projeto eólico - o Complexo Eólico Ventos do Piauí I, compartilhando a infraestrutura de transmissão já existente (linhas, subestação e contrato de uso do sistema de transmissão). A usina está em operação comercial desde 03 de janeiro de 2024.

A construção e a operação de empreendimentos associados trazem benefícios também ao sistema elétrico nacional, ao possibilitar a utilização da capacidade ociosa da rede de transmissão existente para injetar volumes adicionais de energia, sem a necessidade de realizar investimentos adicionais em reforços no sistema de transmissão.

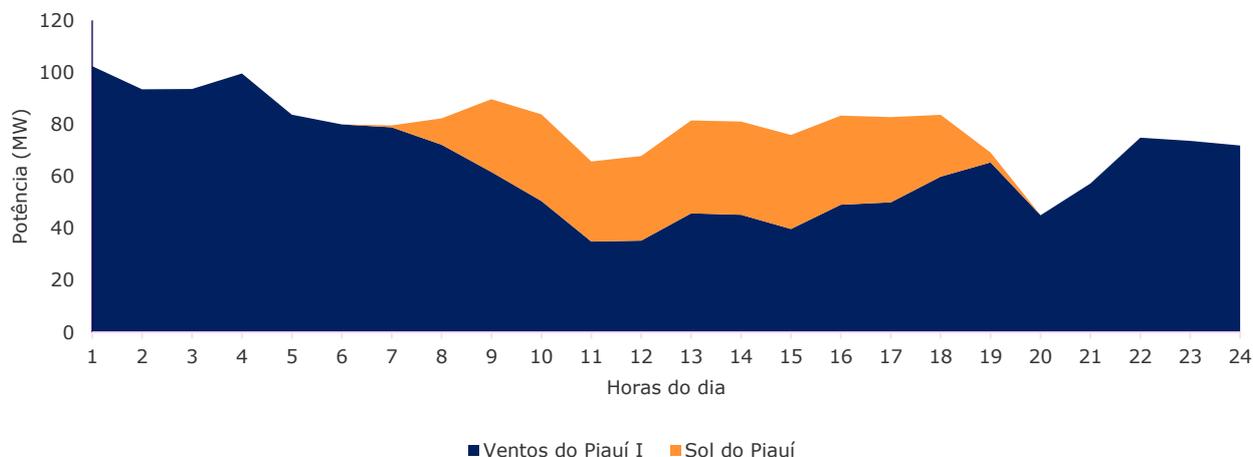
Tabela 12 – Características técnicas do parque solar

| Parque Solar | Capacidade Instalada (MW) | Fabricante dos Inversores | Fabricante dos Módulos | Número de Módulos | Operação e Manutenção |
|---------------------|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|--------------------------|------------------------------|
| Sol do Piauí | 48,1 | Sungrow | Canadian | 107.184 | Própria |

A usina solar Sol do Piauí apresenta um perfil de geração complementar ao perfil de geração eólica de Ventos do Piauí I, cuja produção é primordialmente noturna, trazendo sinergia na operação das usinas e na composição de um portfólio diverso de geração de energia, com produção diária mais estável e constante, como pode ser observado no Gráfico 24.

²² Resolução Normativa da ANEEL nº 9.995 de 18 de maio de 2021.

Gráfico 24 – Perfil diário da geração de Ventos do Piauí I e Sol do Piauí (MWm)²³



Considerando sua característica de projeto, no qual considera sua operação em conjunto com o parque eólico, a usina Sol do Piauí possui uma expectativa de geração P90 de 11,2 MW médios e P50 de 12,3 MW médios ao ano, sazonalizada conforme tabela abaixo:

Tabela 13 – Expectativa de geração certificada para o percentil 50 (P50) e percentil 90 (P90) (MW médio)

| Geração Certificada (MW médios) | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Percentil | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | ago | Set | Out | Nov | Dez | Ano |
| P50 | 11,8 | 11,4 | 11,5 | 11,3 | 11,2 | 11,0 | 12,1 | 13,9 | 14,4 | 14,3 | 12,9 | 12,2 | 12,3 |
| P90 | 10,6 | 10,3 | 10,4 | 10,2 | 10,1 | 9,9 | 10,9 | 12,6 | 13,0 | 12,9 | 11,6 | 11,0 | 11,2 |

A partir de 22 de dezembro, o parque solar estava em funcionamento em sua totalidade, e desta forma, a geração de Sol do Piauí atingiu o valor de 3,0 MW médios no 4T23. Apesar de estar em período de teste, a geração alcançou 25,7% do percentil 90 (P90) e 23,2% em relação ao percentil (P50). Anualizando a produção, tem-se 0,8 MW.

Em 03 de janeiro de 2024, a usina solar entrou em operação comercial.

Tabela 14 – Produção trimestral do complexo solar Sol do Piauí

| Período | Geração (MW médio) | Geração Esperada (P90) (MW médio) | Var. (P90) | Geração Esperada (P50) (MW médio) | Var. (P50) |
|--------------------|--------------------|-----------------------------------|------------|-----------------------------------|------------|
| 4T23 ²⁴ | 14,0 | 11,0 | 27,3 % | 12,2 | 14,8% |

²³ Média de geração dos últimos 10 dias de dezembro de 2023 (de 22 a 31 de dezembro de 2023).

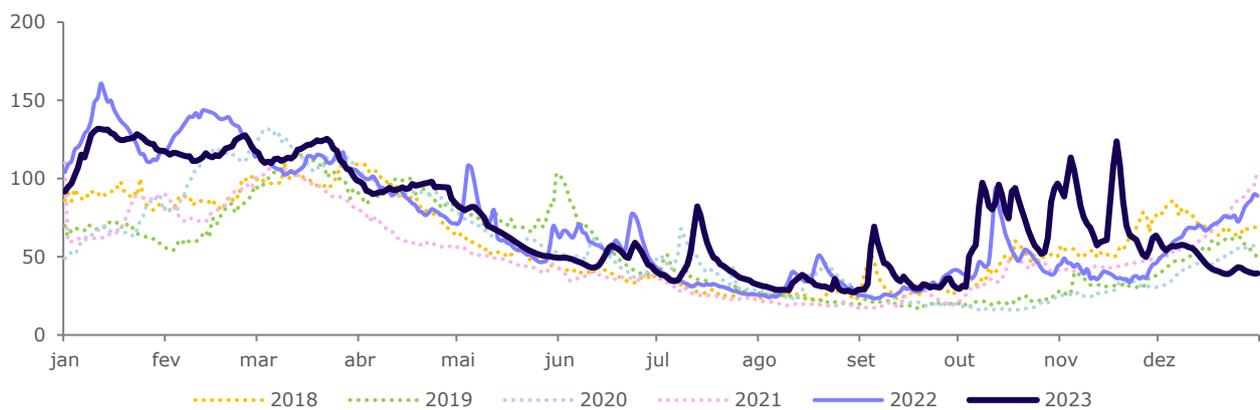
²⁴ Valores relativos à operação em performance iniciada no dia 22 de dezembro de 2023.

2. Desempenho Comercial

2.1 Mercado de Energia

Com os efeitos do fenômeno climático El Niño mais evidentes, o cenário hidrológico de 2023 foi marcado por uma maior volatilidade quando comparado ao ano de 2022, especialmente caracterizado pelas fortes precipitações na região Sul nos meses de outubro e novembro, porém, em dezembro, houve redução da precipitação no Sul e foram observadas chuvas fracas e esparsas no Centro-Norte do país, levando a Energia Natural Afluyente (ENA) a registrar valor abaixo do histórico em grande parte do SIN. Devido principalmente às precipitações pluviométricas ocorridas nos meses de outubro e novembro, a ENA bruta do 4T23 foi 21% maior do que a registrada no 4T22 (117% e 96%, respectivamente), e a ENA de 2023 foi superior à Média de Longo Termo (MLT) e 4 p.p. superior a 2022.

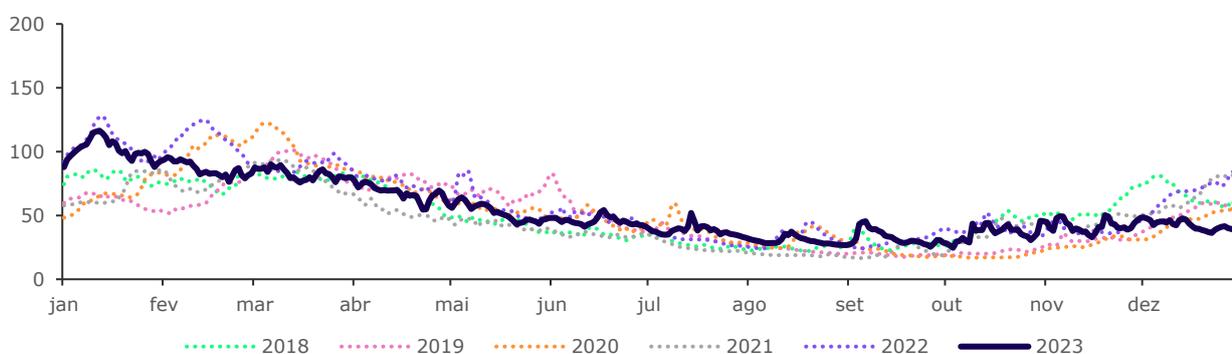
Gráfico 24 - Energia Natural Afluyente Bruta para todo o Sistema Interligado Nacional (GW médio)



| Ano | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | 4T | 9M | Ano |
|------|------|------|-----|-----|-----|------|-----|-----|------|------|------|-----|------|-----|------|
| 2018 | 86% | 76% | 85% | 87% | 67% | 64% | 63% | 67% | 82% | 102% | 114% | 94% | 102% | 80% | 85% |
| 2019 | 64% | 61% | 89% | 92% | 98% | 100% | 76% | 62% | 53% | 51% | 65% | 72% | 64% | 80% | 77% |
| 2020 | 66% | 91% | 99% | 92% | 84% | 82% | 91% | 86% | 59% | 44% | 59% | 64% | 57% | 85% | 80% |
| 2021 | 69% | 71% | 82% | 64% | 63% | 63% | 57% | 53% | 60% | 89% | 89% | 96% | 92% | 67% | 72% |
| 2022 | 125% | 113% | 93% | 86% | 86% | 103% | 70% | 90% | 81% | 116% | 80% | 96% | 96% | 98% | 98% |
| 2023 | 117% | 101% | 98% | 94% | 85% | 85% | 99% | 84% | 101% | 168% | 151% | 65% | 117% | 98% | 102% |

Do ponto de vista da ENA armazenável, grandeza que considera as vazões naturais descontadas das vazões vertidas nos reservatórios, observamos um desempenho inferior, causado principalmente pela vazão vertida no subsistema Sul dado que os reservatórios daquela região são menores e possuem capacidade de armazenamento bastante inferior quando comparada à do subsistema Sudeste/Centro-Oeste. Para o 4T23, a diferença entre a ENA Bruta e a ENA Armazenável foi de 45 p.p. e, ao considerar o ano de 2023, a diferença foi de 15 p.p.

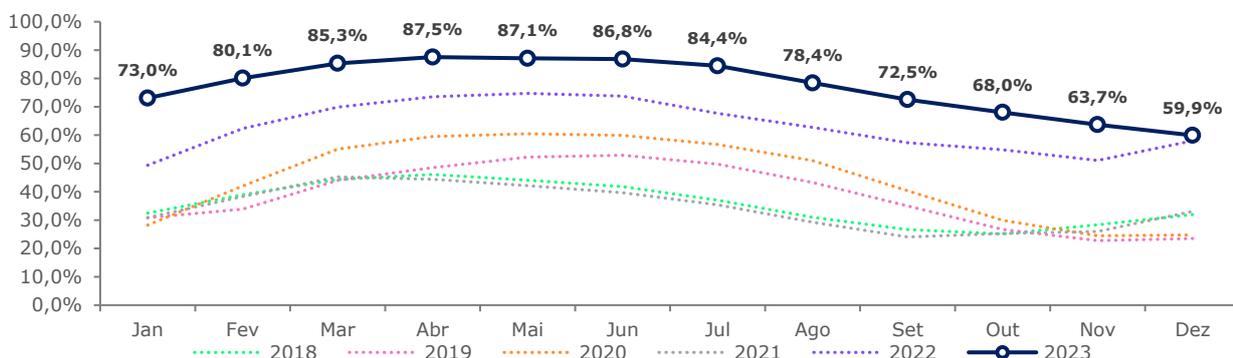
Gráfico 25 - Energia Natural Afluente Armazenável para todo o Sistema Interligado Nacional (GW médio)



| Ano | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | 4T | Ano |
|------|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|------|-----|------|-----|
| 2018 | 84% | 71% | 70% | 67% | 59% | 61% | 61% | 66% | 78% | 100% | 111% | 91% | 100% | 85% |
| 2019 | 60% | 57% | 79% | 77% | 89% | 88% | 74% | 62% | 53% | 50% | 62% | 70% | 62% | 79% |
| 2020 | 64% | 88% | 86% | 73% | 72% | 79% | 86% | 85% | 58% | 43% | 57% | 63% | 56% | 83% |
| 2021 | 67% | 67% | 71% | 53% | 56% | 60% | 55% | 51% | 58% | 87% | 88% | 90% | 89% | 76% |
| 2022 | 103% | 95% | 76% | 75% | 77% | 83% | 69% | 89% | 82% | 93% | 78% | 94% | 89% | 97% |
| 2023 | 99% | 74% | 70% | 68% | 69% | 78% | 83% | 81% | 89% | 85% | 84% | 57% | 72% | 87% |

Ao longo de 2023, o nível dos reservatórios manteve-se, em média, 15 p.p. acima do ano anterior. Desde meados de setembro, com os recordes de consumo e uma ENA Armazenável abaixo da média histórica, principalmente em dezembro, quando houve deplecionamento mais acelerado dos reservatórios em relação à 2022, o que levou o nível de armazenamento do SIN a encerrar o ano em 59,9%, versus 58,0% no ano anterior.

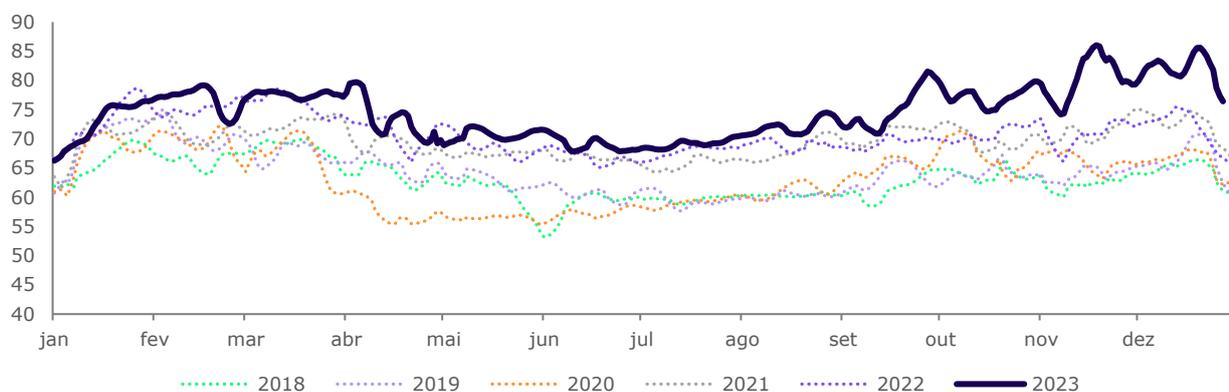
Gráfico 26 - Nível dos reservatórios de todo o Sistema Interligado Nacional (% Energia Armazenada Máxima)



Nos últimos quatro meses do ano, registrou-se recorde de demanda associada máxima instantânea do SIN, dentre outros fatores, aos desvios positivos da temperatura máxima do ar. No estado de São Paulo, por exemplo, os registros de temperatura máxima superaram a média histórica em 2,3°C no 4T23, sendo que no segundo semestre a anomalia positiva chegou a 2,7°C na capital do estado.

Neste sentido, sob o aspecto de evolução da carga de energia²⁵, observou-se um aumento expressivo a partir da segunda quinzena de setembro, com impactos relevantes para o 4T23, resultando em um aumento de 4 GW médios ou 5,5% em 2023 em comparação ao consumo registrado em 2022.

Gráfico 27 - Consumo de energia do SIN (GW médio)¹¹



| Ano | Jan | Feb | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | 4T | Ano |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 2018 | 66,4 | 66,4 | 68,1 | 63,8 | 59,9 | 59,4 | 59,5 | 60,5 | 61,5 | 63,8 | 64,0 | 65,3 | 64,4 | 63,2 |
| 2019 | 71,2 | 70,0 | 66,8 | 65,6 | 62,9 | 60,1 | 59,5 | 60,4 | 63,3 | 65,4 | 65,6 | 65,6 | 65,5 | 64,7 |
| 2020 | 68,6 | 68,8 | 66,4 | 57,3 | 56,0 | 57,6 | 59,5 | 61,0 | 66,0 | 68,1 | 67,0 | 68,9 | 68,0 | 63,8 |
| 2021 | 70,6 | 71,1 | 73,0 | 68,8 | 67,2 | 66,6 | 65,8 | 68,2 | 71,3 | 69,5 | 71,7 | 71,6 | 70,9 | 69,6 |
| 2022 | 73,3 | 75,4 | 76,1 | 71,0 | 68,2 | 66,7 | 67,7 | 68,8 | 69,5 | 70,9 | 70,8 | 71,0 | 70,9 | 70,8 |
| 2023 | 73,6 | 76,7 | 77,6 | 70,2 | 70,9 | 68,9 | 69,0 | 72,5 | 75,7 | 77,3 | 80,6 | 80,6 | 79,5 | 74,7 |

²⁵ Consumo de energia do SIN considera a estimativa de consumo atendido pelos sistemas de Micro e Minigeração Distribuída.

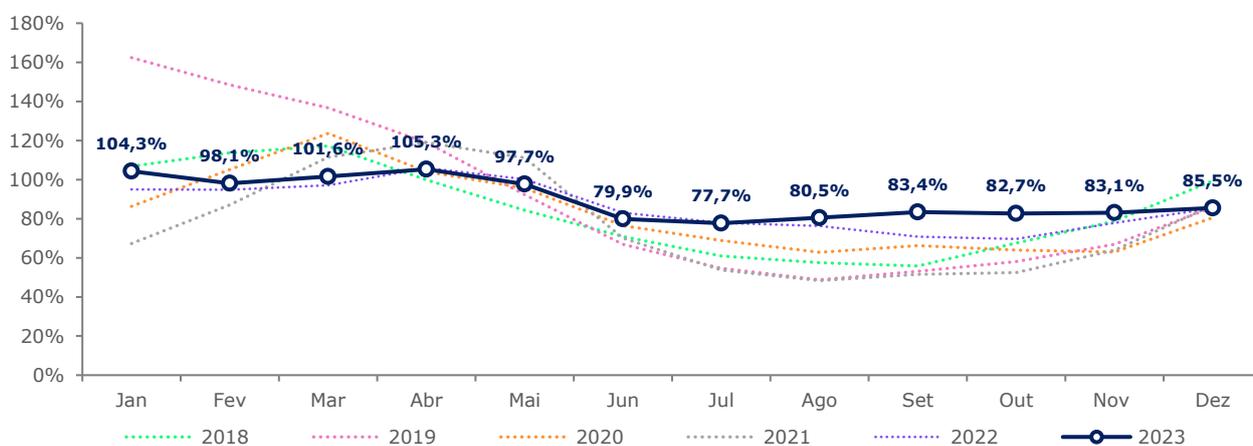
Auren Energia S.A.
Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2023

Com relação ao padrão atmosférico, enquanto 2022 foi influenciado pelo fenômeno La Niña, em 2023 o fenômeno El Niño atuou mais destacadamente a partir de meados do ano e ocasionou maiores níveis de chuva acumulada no submercado Sul e temperaturas acima da média e chuvas menos expressivas no Centro-Norte do país. Este padrão resultou, como já mencionado, na alta do consumo de energia no último trimestre e em ENAs elevadas no submercado Sul, acarretando um maior nível de produção hidrelétrica.

Assim como observado em setembro de 2023, no 4T23 o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) dos quatro submercados (Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte) foi superior ao piso regulatório em alguns dias, devido, principalmente, ao aumento considerável da temperatura atmosférica no período, que elevou a demanda total de energia elétrica do sistema. O PLD médio do 4T23 foi de R\$ 77,71/MWh, versus o valor de R\$ 56/MWh observado no 4T22. Em 2023, o PLD médio foi de R\$ 72,16, versus R\$ 59/MWh em 2022.

Com relação ao deslocamento hidrelétrico (GSF), de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o valor médio observado no 4T23 foi de 83,8% (versus 77,5% no 4T22), enquanto o valor anual de 2023 atingiu em 89,7% (versus 85,4% em 2022). O melhor aproveitamento hidrelétrico está associado diretamente ao armazenamento superior em relação aos anos anteriores.

Gráfico 28 – Deslocamento hidrelétrico (GSF %)



| Ano | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | 4T | Ano |
|------|------|------|------|------|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 2018 | 107% | 114% | 117% | 100% | 84% | 71% | 61% | 57% | 56% | 68% | 79% | 99% | 81% | 82% |
| 2019 | 162% | 148% | 137% | 119% | 92% | 67% | 55% | 49% | 53% | 58% | 67% | 86% | 69% | 81% |
| 2020 | 86% | 105% | 124% | 104% | 96% | 76% | 69% | 63% | 66% | 64% | 63% | 81% | 69% | 80% |
| 2021 | 67% | 87% | 111% | 119% | 111% | 70% | 54% | 48% | 52% | 52% | 64% | 87% | 66% | 73% |
| 2022 | 95% | 95% | 97% | 106% | 100% | 83% | 78% | 76% | 71% | 70% | 78% | 85% | 78% | 85% |
| 2023 | 104% | 98% | 102% | 105% | 98% | 80% | 78% | 80% | 83% | 83% | 83% | 86% | 84% | 90% |

2.2 Balanço Energético

O portfólio de ativos de geração da Auren em operação da Auren é composto por empreendimentos que somam 1.391 MW médios²⁶ de garantia física em dezembro 2023.

A venda da energia dos ativos de geração da Auren está distribuída em contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Atualmente, os ativos que apresentam contratos no ACR são a UHE Porto Primavera e os complexos Ventos do Piauí I e Ventos do Araripe III.

Todos os preços dos contratos no mercado regulado são corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em suas respectivas datas de reajuste.

Na Tabela 12 é apresentado o Balanço Energético da Companhia, bem como informações de preços de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Tabela 15 – Balanço Energético dos ativos próprios da Auren

| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028-2032 |
|--------------------------------------------------------|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Garantia Física ⁽¹⁾ dos ativos próprios (a) | (MWm) | 1.249 | 1.443 | 1.498 | 1.498 | 1.498 | 1.498 |
| Compras para Revenda (b) | (MWm) | 2.688 | 1.611 | 1.530 | 1.069 | 728 | 253 |
| Preço ⁽²⁾ Compras para Revenda | (R\$/MWh) | 158 | 192 | | | | |
| Recursos Próprios © = (a) + (b) | (MWm) | 3.937 | 3.054 | 3.028 | 2.567 | 2.226 | 1.751 |
| Vendas no ACR (d) | (MWm) | 493 | 493 | 493 | 493 | 493 | 514 |
| Vendas no ACL (e) | (MWm) | 3.412 | 2.335 | 2.157 | 1.586 | 984 | 495 |
| Requisitos Próprios (f) = (d) + (e) | (MWm) | 3.905 | 2.828 | 2.651 | 2.079 | 1.477 | 1.009 |
| Preço ⁽³⁾ Requisitos Próprios | (R\$/MWh) | 181 | 205 | | | | |
| Balanço Energético (g) = (c) – (f) | (MWm) | 32 | 226 | 378 | 488 | 749 | 742 |
| Margem Contratada (h)(4) | (R\$/MWh) | - | 96 | | 99 | | 173 |

⁽¹⁾ Os valores consideram:

- (i) a garantia física dos ativos próprios (UHE Porto Primavera e complexos eólicos) líquida do fator de ajuste MRE (GSF) realizado;
- (ii) o montante de 167 MW médios referente aos projetos Sol do Piauí e Sol de Jaíba, previstos para entrada em operação ao longo de 2024;
- (iii) as garantias físicas estão líquidas de perdas da rede básica (adotou-se premissa de 3%);
- (iv) a garantia física sujeita ao risco hidrológico (GSF) é de 630 MW médios, devido à repactuação do risco hidrológico para o montante de 230 MW médios comercializado no ACR pela UHE Porto Primavera;
- (v) não considera recursos da UHE Paraibuna.

⁽²⁾ Os valores considerados são líquidos de PIS, COFINS e P&D;

⁽³⁾ Os valores considerados são líquidos de PIS, COFINS e P&D e incluem a totalidade das vendas no ACR e no ACL;

⁽⁴⁾ A margem contratada está apresentada para o ano de 2024, a média do triênio 2025-2027 e média do quinquênio 2028-2032.

²⁶ Considera os ativos próprios e as participações da Auren em ativos hidrelétricos, excluindo UHE Paraibuna.

Auren Energia S.A.
Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2023

No 4T23, houve aumento da garantia física, comparado ao trimestre anterior, por conta da Portaria Nº 2.634/SNTEP/MME publicada em 09 de outubro de 2023, que revogou a revisão de garantia física de Ventos do Araripe III.

Tabela 16 – Detalhamento dos contratos de vendas no ambiente regulado (ACR)

| Vendas no ACR | Volume (MWm) | Preço do Leilão (R\$/MWh) | Data de Referência | Preço Bruto Reajustado (R\$/MWh) ⁽¹⁾ | Preço Líquido PIS /COFINS / P&D (R\$/MWh) |
|------------------------------------|--------------|---------------------------|--------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| 1º L-N - UHE Porto Primavera | 148 | 116 | 01/12/2005 | 304,7 | 273,5 |
| 2º L-N - UHE Porto Primavera | 82 | 125 | 01/06/2006 | 323,2 | 290,1 |
| 22º L-N - Ventos do Piauí I | 93 | 190 | 21/08/2015 | 283,0 | 272,7 |
| 20º L-N - Ventos do Araripe III | 15 | 145 | 01/11/2014 | 232,9 | 224,4 |
| 18º L-N - Ventos do Araripe III | 103 | 127 | 01/12/2013 | 215,1 | 207,2 |
| 6º L-R - Ventos do Araripe III | 52 | 143 | 01/10/2014 | 239,1 | 230,3 |
| Preços Médios ACR (R\$/MWh) | | | | 275,9 | 256,2 |

⁽¹⁾ Data-base dos preços: 01 de janeiro de 2024.

O montante da garantia física de energia da UHE Porto Primavera contratada no ACR (230 MW médios) conta com proteção contra a exposição ao risco hidrológico. Como contrapartida, a Companhia paga, mensalmente, um prêmio de R\$ 15,15/MWh, conforme valor estabelecido pela Resolução Normativa da ANEEL nº 684/2015.

Em janeiro de 2023, iniciou-se o procedimento competitivo de exportação de energia para Argentina e Uruguai relacionado ao excedente de produção de usinas hidrelétricas. O montante de energia exportado até o fim de dezembro pelas hidrelétricas do país foi de 4.466 GWh, dos quais 3.975 no primeiro semestre, 489 GWh no terceiro trimestre e apenas 2 GWh no quarto trimestre, devido a uma menor necessidade dos países vizinhos e da necessidade da disponibilidade hidrelétrica para atendimento do SIN. A UHE Porto Primavera recebeu R\$ 12,6 milhões associados à exportação de energia em 2023, dos quais R\$ 10,7 milhões no primeiro semestre, R\$ 1,9 milhões no 3T23 e o valor imaterial no 4T23.

Tabela 17 – Balanço Energético das Participações

| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028-2032 |
|------------------------------------------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Garantia Física dos ativos (a) ¹⁾ | (MWm) | 218 | 256 | 256 | 256 | 256 | 256 |
| Compras (b) | (MWm) | 86 | 163 | 149 | 149 | 119 | 119 |
| Recurso (c) = (a) + (b) | (MWm) | 303 | 418 | 404 | 404 | 375 | 375 |
| Vendas no ACL (d) | (MWm) | 283 | 379 | 375 | 375 | 375 | 375 |
| Requisitos (e) | (MWm) | 283 | 379 | 375 | 375 | 375 | 375 |
| Balanço Energético © = (c) – (e) | (MWm) | 20 | 40 | 29 | 29 | 0 | 0 |
| Margem Contratada das Participações (g) | (R\$/MWh) | - | 195 | | 204 | | 160 |

Tabela 18 – Balanço Energético do Portfólio Consolidado da Auren (MW médio)

| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028-2032 |
|--------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Recursos Próprios ⁽¹⁾ | 3.937 | 3.054 | 3.028 | 2.567 | 2.226 | 1.751 |
| Recursos Participações ⁽²⁾ | 303 | 418 | 404 | 404 | 375 | 375 |
| Recursos Totais (a) | 4.240 | 3.472 | 3.433 | 2.971 | 2.601 | 2.126 |
| Requisitos Próprios | 3.905 | 2.828 | 2.651 | 2.079 | 1.477 | 1.009 |
| Requisitos Participações ⁽²⁾ | 283 | 379 | 375 | 375 | 375 | 375 |
| Requisitos Totais (b) | 4.188 | 3.207 | 3.026 | 2.454 | 1.852 | 1.384 |
| Balanço Consolidado (c) = (a) – (b) | 52 | 266 | 407 | 517 | 749 | 742 |

⁽¹⁾ Os valores consideram:

(i) a garantia física dos ativos próprios (UHE Porto Primavera e complexos eólicos) líquida do fator de ajuste MRE (GSF) realizado;
(ii) o montante de 167 MW médios referente aos projetos Sol do Piauí e Sol de Jaíba, previstos para entrada em operação ao longo de 2024;

(iii) as garantias físicas estão líquidas de perdas da rede básica (adotou-se premissa de 3%);

(iv) a garantia física sujeita ao risco hidrológico (GSF) é de 630 MW médios, devido à repactuação do risco hidrológico para o montante de 230 MW médios comercializado no ACR pela UHE Porto Primavera;

(v) não considera recursos da UHE Paraibuna.

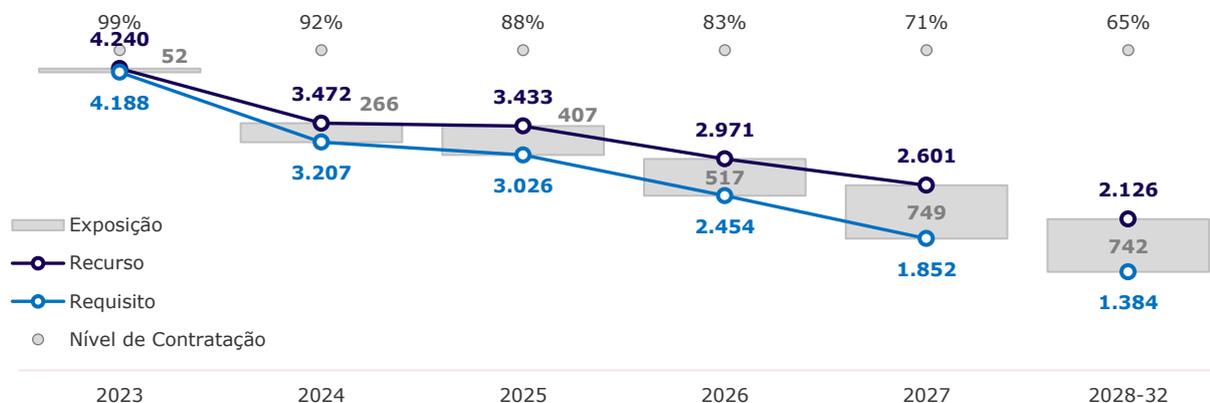
⁽²⁾ Consideram os recursos (garantia física e contratos de compra) e requisitos (vendas) equivalente à participação econômica da Auren nos ativos onde a Auren detém participação minoritária (Pollarix, CBA Energia Participações e Pinheiro Machado Participações).

O portfólio total, considerando os segmentos de Geração dos ativos próprios, das participações e de Comercialização, apresentou um volume de vendas próximo de 4,2 GW médios para o ano de 2023, quantidade mais de duas vezes superior à garantia física da Auren para o mesmo período.

A Auren permanece com a estratégia de elevado nível de contratação nos próximos anos, onde para o período de 2023 a 2025, o nível médio de contratação do portfólio é de, aproximadamente, 93% do seu recurso, composto pela totalidade da garantia física de seus ativos e contratos de compra de energia já firmados. Cabe destacar que esse nível de contratação não considera o montante de energia necessário para fazer frente ao eventual impacto sobre a garantia física das hidrelétricas relacionado ao deslocamento hidrelétrico (GSF), portanto, líquido do GSF, o nível de contratação seria ainda maior.

Em relação ao 3T23, a principal alteração está relacionada ao aumento da exposição comprada (*long*) em aproximadamente 120 MW médios para o ano de 2025, em decorrência de compras de energia a preços médios entre R\$ 100/MWh e 105/MWh. As compras foram realizadas antecedendo à uma potencial elevação da curva de preços futuros, de forma a suportar a estratégia de vendas para clientes finais. Além disso, houve incremento nos volumes de recurso e requisito nas participações, fruto de um rearranjo de contratos entre ativos e comercializadoras, mas que não alteraram substancialmente as exposições energéticas.

Gráfico 29 – Balanço Energético do portfólio consolidado da Auren (Geração, Comercialização e Participações)²⁷ (MW médio)



O nível de contratação demonstrado no Gráfico 30, acima, incorpora a garantia física referente ao projeto Sol de Jaíba, que está com sua implementação em curso. Cabe destacar que, para o horizonte 2028-2032, o nível médio de contratação do portfólio consolidado é de 65%.

3. Desempenho Financeiro

A sólida performance da Auren no ano de 2023 resultou em um desempenho financeiro igualmente significativo. O maior volume transacionado em energia gerou um aumento da receita líquida de 12,1% no ano de 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 2023, o EBITDA Ajustado cresceu 9,6% em relação ao ano anterior.

A Companhia encerrou 2023 com um prejuízo líquido de R\$ 317,7 milhões, em virtude da contabilização de despesas relativas ao IR/CSLL de R\$ 912,4 milhões e ao PIS/COFINS de R\$ 124,8 milhões sobre o ganho com a indenização dos ativos da UHE Três Irmãos, cuja receita vinculada à atualização monetária destes ativos indenizados foram contabilizadas ao final do exercício de 2022.

²⁷ Consideram-se: (i) as garantias físicas líquidas de perdas da rede básica, adotou-se premissa de 3%; (ii) a expectativa de garantia física nos projetos Sol do Piauí e Sol de Jaíba; e (iii) o volume de 2024 considera a entrada de Sol de Jaíba e Sol do Piauí; (iv) a quantidade de garantia física equivalente à participação da Auren nos ativos que detém participação minoritária.

Tabela 19 – Demonstração do Resultado do Exercício Consolidada

| R\$ milhões | 2023 | 2022 | Var. (%) |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|-----------------|
| Receita líquida | 6.181,9 | 5.515,7 | 12,1% |
| Custo com energia elétrica | -4.020,5 | -3.640,6 | 10,4% |
| Custo com operação | -828,5 | -732,0 | 13,2% |
| Lucro Bruto | 1.332,9 | 1.143,1 | 16,6% |
| Despesas gerais e administrativas | -419,8 | -370,4 | 13,3% |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 87,5 | 487,7 | -82,1% |
| Equivalência patrimonial | 73,3 | 130,7 | -43,9% |
| Resultado financeiro líquido | -238,0 | 1.662,3 | -114,3% |
| Imposto de renda e contribuição social | -1.153,6 | -374,7 | 207,9% |
| Lucro líquido | -317,7 | 2.678,7 | -111,9% |
| Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro | 1.000,6 | 1.260,4 | -20,6% |
| Depreciação e amortização | 677,3 | 615,6 | 10,0% |
| EBITDA | 1.677,9 | 1.876,0 | -10,6% |
| Provisão (reversão) de litígios e baixa de depósitos judiciais | -139,7 | -57,1 | 144,7% |
| Dividendos recebidos | 229,6 | 235,0 | -2,3% |
| Ganho pela migração de benefícios pós-emprego | - | -20,1 | -100,0% |
| Contratos futuros de energia | 13,4 | -167,1 | -108,0% |
| Baixa de ativos por ajuste de inventário | 12,3 | - | 100,0% |
| Reversão de <i>impairment</i> de Ativo Imobilizado | - | -230,9 | -100,0% |
| EBITDA Ajustado | 1.793,5 | 1.635,8 | 9,6% |

Maiores informações podem ser consultadas nas notas explicativas 4 – Apresentação de informações por segmento de negócio e 6 – Custos e Despesas, destas Demonstrações Financeiras.

3.1 Receita Líquida

A receita líquida de 2023 totalizou R\$ 6.181,9 milhões, um aumento de 12,1% em relação aos R\$ 5.515,7 milhões de 2022. Os efeitos entre os segmentos de negócio da Auren são explicados a seguir:

- (a) Comercialização:** aumento de R\$ 467,4 milhões ou 11,5%, majoritariamente em função do aumento de 79,6% no volume de *trading* de energia (2.151,5 MW médios em 2023 versus 1.197,7 MW médios em 2022);
- (b) Geração Hidrelétrica:** redução de R\$ 433,9 milhões ou 25,4%, principalmente em virtude da cessão dos contratos de compra e venda de energia para consolidá-los sob o segmento de Comercialização, realizada ao final de 2022 e ao encerramento de contratos *wholesale*, efeitos parcialmente compensados pela entrada de novos contratos e por reajustes de inflação, que resultou em um aumento no preço médio de contratos do ACR. A cessão de contratos tem sua contrapartida

refletida no segmento de Comercialização e, portanto, não impacta o resultado consolidado da Auren;

- (c) Geração Eólica:** crescimento de R\$ 320,7 milhões ou 58,2%, explicado principalmente pela geração dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III, que entraram em operação ao final de 2022, além de reajuste dos contratos por inflação e pelo melhor resultado na comercialização de créditos de carbono;
- (d) Eliminações:** menor efeito de eliminações de R\$ 311,6 milhões, explicado, principalmente, pelos menores preços de energia observados nas operações *intercompany*, definidos com base na curva de preços de mercado para os anos futuros no momento da cessão.

Gráfico 30 - Receita Líquida e Volume de Energia Comercializada no ano



3.2 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais²⁸totalizaram R\$ 5.181,3 milhões em 2023, um aumento de R\$ 926,0 milhões em relação aos R\$ 4.255,3 milhões, principalmente em função do maior custo com compra de energia de R\$ 349,4 milhões, dado o maior volume de energia negociado, e do menor resultado de outras receitas operacionais de R\$ 400,0 milhões no período, dada a variação da marcação a mercado de contratos de energia na comparação 2023 versus 2022, combinado aos efeitos positivos ocorridos em 2022 da reversão de provisão para *impairment* de ativos imobilizados.

Vale ressaltar que o aumento de PMSO no valor de R\$ 88,5 milhões em 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior, principal item de eficiência em Custos e Despesas Operacionais, deveu-se sobretudo aos reajustes inflacionários, à entrada em operação integral de Ventos do Piauí II e III e às receitas (reduzoras de despesas)

²⁸ O total de custos e despesas operacionais inclui: Custo com Compra de Energia, Encargos de Uso da Rede Elétrica, Custos com Operação, Despesas Gerais e Administrativas, Depreciação e Amortização e Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas.

one-off ocorridas em 2022, nenhum destes efeitos relacionados à redução de eficiência.

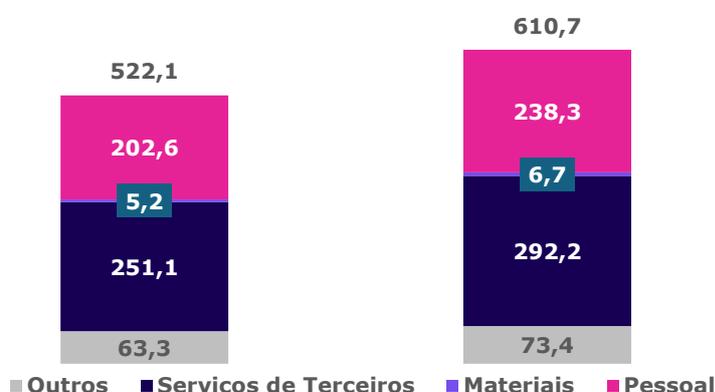
Os principais efeitos nos segmentos de negócio e maiores detalhes estão explicados a seguir:

- (a) Custos com Compra de Energia:** aumento de R\$ 349,4 milhões ou 10,3% em relação a 2022 (R\$ 3.743,5 milhões em 2023 versus R\$ 3.394,1 milhões em 2022), explicado por:
- **Geração Hidrelétrica:** redução de R\$ 242,9 milhões em energia comprada em relação à 2022, devido ao encerramento de contratos de compra de energia para cobertura de exposição *short* do segmento;
 - **Geração Eólica:** aumento de R\$ 14,9 milhões em relação à 2022, principalmente para equalização do balanço de lastro das eólicas, em função da revisão de garantia física de Ventos do Araripe III;
 - **Comercialização:** aumento de R\$ 265,8 milhões ou 3,5%, majoritariamente explicado pelo maior volume das operações de *trading* de energia, embora a preços menores do que os praticados no mesmo período do ano anterior, parcialmente compensado pelo efeito do encerramento de contratos *wholesale*;
 - **Eliminações Intercompany:** menor efeito de eliminação de R\$ 311,6 milhões em 2023, pelos menores preços de energia observados nas operações *intercompany*, definidos com base na curva de preços de mercado para os anos futuros no momento da cessão.
- (b) Encargos de Uso da Rede Elétrica:** Aumento de R\$ 30,5 milhões em relação ao exercício 2022, explicado pelo aumento de geração em virtude da entrada em operação dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III;
- (c) Custos e Despesas com PMSO²⁹:** aumento de R\$ 88,5 milhões em 2023 em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 610,7 milhões em 2023 versus R\$ 522,1 milhões em 2022, explicado por:
- **Pessoal (P):** aumento de R\$ 35,7 milhões ou 17,6%, explicado principalmente por efeito de reajuste inflacionário e por maior provisão para bônus em relação à 2022. As despesas com pessoas totalizaram R\$ 238,3 milhões versus R\$ 202,6 milhões em 2022;

²⁹ A análise de despesas com PMSO inclui as rubricas de Custos com Operação, Despesas Gerais e Administrativas e Outras Receitas (Despesas Operacionais, excluindo Demais Receitas e Despesas.

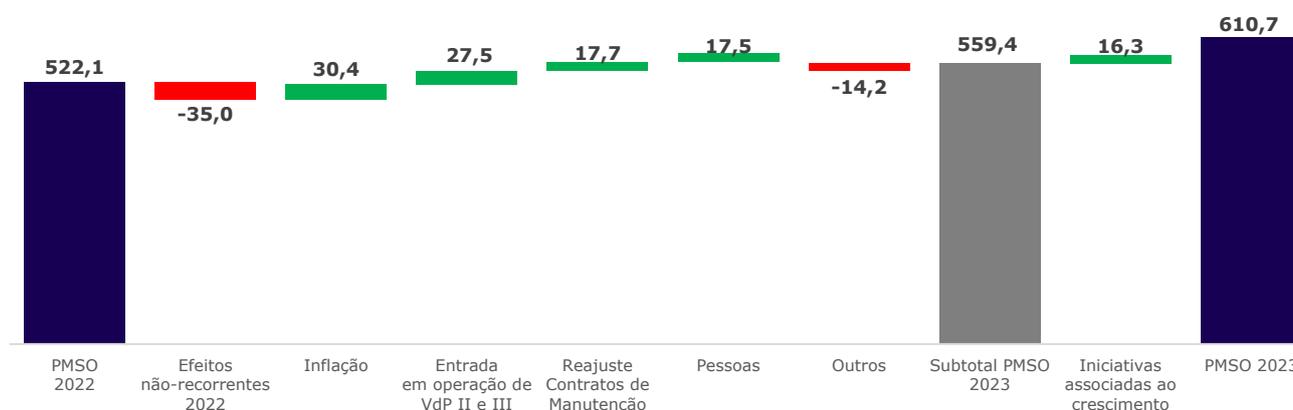
- **Materiais e Serviços de Terceiros (MS):** aumento de R\$ 42,6 milhões ou 16,6% (R\$ 298,9 milhões em 2023 versus R\$ 256,3 milhões em 2022), principalmente em virtude de maiores despesas com operação e manutenção relacionadas à entrada em operação de Ventos do Piauí II e III, além de iniciativas relacionadas ao crescimento;
- **Outros (O):** aumento de R\$ 10,1 milhões ou 16,0% na comparação entre os exercícios, explicado principalmente por maiores custos com seguros e arrendamentos no segmento de Geração Eólica, em virtude da entrada em operação de Ventos do Piauí II e III.

Gráfico 31 – Despesas com PMSO (R\$ milhões)



Em 2023, as despesas com PMSO totalizaram R\$ 610,7 milhões, um aumento de 17% em relação aos R\$ 522,1 milhões reportados em 2022, principalmente em virtude da entrada em operação dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III, além de reajustes, sobretudo inflacionários, nos contratos de manutenção dos parques que já estavam em operação nos dois períodos e de maior despesa com pessoal. Os principais efeitos estão explicados no gráfico a seguir:

Gráfico 32 – Evolução das Despesas com PMSO nos 2023³⁰ (R\$ milhões)



(d) Depreciação e Amortização: aumento de R\$ 61,7 milhões ou 10,6% (R\$ 677,3 milhões em 2023 versus R\$ 615,6 milhões em 2022), principalmente em função da entrada em operação dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III;

(e) Demais Receitas e Despesas³¹: receita de R\$ 127,1 milhões em 2023 versus receita de R\$ 522,9 milhões em 2022. A variação entre os períodos é explicada principalmente pela variação positiva de R\$ 180,5 milhões na marcação a mercado dos contratos futuros de energia e pelos efeitos ocorridos em 2022 relacionados à reversão de provisão referente à homologação de Ação Civil Pública de pescadores, à indenização dos lucros cessantes de Ventos do Araripe III de R\$ 93,4 milhões e à reversão de *impairment* de ativos imobilizados da controlada CESP de R\$ 230,9 milhões.

3.3 EBITDA Ajustado

A partir do 2023, a Companhia passou a apresentar o EBITDA Ajustado excluindo a marcação a mercado (MTM) dos contratos futuros de compra e venda de energia, em adição aos demais ajustes praticados neste exercício ou em períodos anteriores, quais sejam: (i) provisão ou reversão de litígios e baixa de depósitos judiciais; (ii) dividendos recebidos das participações minoritárias; (iii) ganho pela migração de benefícios pós-emprego; (iv) efeito da marcação a mercado (MtM) dos contratos futuros de energia (v) baixa de ativos por ajuste de inventário; e (vi) reversão de *impairment* de ativo imobilizado.

A marcação a mercado tem por objetivo incluir no EBITDA Contábil os efeitos positivos e negativos das negociações já firmadas com entrega futura de energia bem

³⁰ Iniciativas associadas ao crescimento incluem a entrada em operação comercial dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III ao final de 2022;

³¹ Demais receitas e despesas incluem principalmente marcação a mercado (MtM) dos contratos futuros de energia e provisão (reversão) de litígios.

como os efeitos da exposição a variações de preços de mercado da posição direcional do balanço energético. A apresentação do EBITDA Ajustado sem os efeitos da marcação a mercado tem por objetivo representar de maneira mais fidedigna a performance e o desempenho corrente da Companhia, no qual será possível identificar o resultado do ano em curso, sem deixar de explicitar, em rubrica contábil à parte, os efeitos futuros das negociações já realizadas bem como o efeito das variações de preços de mercado sobre a posição direcional *long* ou *short*. Para fins de comparação, os números históricos foram ajustados nesse mesmo critério, conforme demonstrado na reconciliação a seguir:

Tabela 20 – Reconciliação do EBITDA Ajustado Consolidado

| R\$ milhões | 2023 | 2022 | Var. (%) |
|----------------------------------------------------------------|----------------|----------------|------------------|
| EBITDA | 1.677,9 | 1.876,0 | -10,6% |
| Provisão (Reversão) de Litígios e Baixa de Depósitos Judiciais | (139,7) | (57,1) | 144,7% |
| Dividendos Recebidos | 229,6 | 235,0 | -2,3% |
| Ganho pela migração benefícios pós-emprego | - | (20,1) | -100,0 |
| Contratos Futuros de Energia | 13,4 | (167,1) | -108,0% |
| Baixa de ativos por ajuste de inventário | 12,3 | - | 100,0% |
| Reversão de <i>impairment</i> de Ativo Imobilizado | - | (230,9) | -100,0% |
| EBITDA Ajustado | 1.793,5 | 1.635,8 | 9,6% |
| Margem EBITDA Ajustada | 29,0% | 29,7% | -0,7 p.p. |

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 1.793,5 milhões em 2023, um aumento de 9,6% em relação aos R\$ 1.635,8 milhões reportados em 2022, com margem EBITDA ajustada de 29,0% versus 29,7% em 2022. O EBITDA Ajustado de 2023 apresenta aumento de 9,6% em relação ao ano anterior, explicado principalmente pela maior geração dos parques eólicos Ventos do Piauí II e III e pela combinação entre maior volume e melhora de margem das operações de *trading* de energia.

Os principais efeitos na variação do EBITDA Ajustado dos segmentos podem ser explicados por:

- (a) Geração Hidrelétrica:** redução de 14,3% ou R\$ 183,8 milhões no EBITDA Ajustado do exercício (R\$ 1.103,3 milhões em 2023 versus R\$ 1.287,1 milhões em 2022), principalmente em virtude da cessão dos contratos de energia *intercompany* para a Auren Comercializadora, que tem sua contrapartida refletida no segmento de Comercialização e, portanto, não impacta o resultado consolidado da Auren;
- (b) Geração Eólica:** aumento de 30,5% ou R\$ 144,9 milhões, totalizando um EBITDA Ajustado de R\$ 620,1 milhões em 2023 versus R\$ 475,2 milhões em 2022, principalmente em função da entrada em operação dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III, da melhor performance de geração nos parques e de reajustes dos contratos por inflação;

- (c) **Comercialização:** aumento de R\$ 218,1 milhões em 2023, explicado pelo aumento no volume de *trading* de energia totalizando um EBITDA Ajustado de R\$ 223,2 milhões versus R\$ 5 milhões em 2022;
- (d) **Holding e Pipeline:** aumento de R\$ 21,6 milhões nas despesas de 2023, totalizando R\$ 153,1 milhões em 2023, versus R\$ 131,5 milhões em 2022, principalmente em função de reajustes por inflação e de maiores despesas com pessoal.

3.4 Resultado Financeiro

Tabela 21 – Resultado Financeiro Consolidado

| R\$ milhões | 2023 | 2022 | Var.% |
|----------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|---------------|
| Receitas Financeiras | 945,5 | 2.840,0 | -66,7% |
| Atualização monetária de ativos indenizáveis pela União | 262,3 | 2.421,6 | -89,2% |
| Rendimento sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva | 532,5 | 367,8 | 44,8% |
| Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas | 25,0 | 32,9 | -24,0% |
| Juros sobre o capital próprio | 11,7 | - | 100,0% |
| Atualização monetária sobre depósitos judiciais | 12,8 | 13,9 | -8,2% |
| Reversão do ajuste a valor presente dos ativos indenizáveis | 218,4 | - | 100,0% |
| Reversão sobre atualização monetária sobre provisão para litígios | 4,3 | 5,2 | -18,4% |
| Outras receitas financeiras | 26,1 | 12,2 | 113,0% |
| (-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro | (147,5) | (13,7) | 973,3% |
| Despesas Financeiras | (1.183,5) | (1.177,7) | 0,5% |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | (392,4) | (315,0) | 24,6% |
| Atualização monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | (212,8) | (177,9) | 19,6% |
| Apropriação de custos de captações | (16,9) | (13,1) | 29,2% |
| Atualização monetária sobre provisão para litígios | (46,1) | (102,3) | -54,9% |
| Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União | - | (231,8) | -100,0% |
| Resilição contratual bancária | - | (28,0) | -100,0% |
| Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais | (2,9) | (2,5) | 17,3% |
| Atualização do saldo de benefícios pós-emprego | (175,2) | (159,9) | 9,6% |
| Custo financeiro da securitização | (236,6) | - | 100,0% |
| Encargos sobre operações de desconto | - | (46,0) | -100,0% |
| Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas | (12,4) | (23,5) | -47,0% |
| Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento | (15,2) | (13,3) | 14,5% |
| Outras Despesas Financeiras, líquidas | (72,8) | (64,5) | 13,0% |
| Resultado Financeiro Líquido | (238,0) | 1.662,3 | N.M. |

No exercício de 2023, o resultado financeiro líquido foi uma despesa líquida de R\$ 238,0 milhões (versus receita líquida de R\$ 1.662,3 milhões em 2022), em virtude de:

- (a) **Receitas Financeiras:** redução de R\$ 1.863,5 milhões ou 66,7%, explicada, principalmente, pelo efeito do reconhecimento, no exercício de 2022, da atualização monetária sobre o ativo sujeito à indenização da UHE Três Irmãos, na cifra de R\$ 2.421,6 milhões e do reconhecimento do PIS/COFINS sobre o resultado financeiro relativo à tributação sobre a indenização, ocorrido no exercício 2023, que totalizou R\$ 124,8 milhões;
- (b) **Despesas Financeiras:** Aumento de R\$ 5,8 milhões ou 0,5% em relação à 2022, totalizando R\$ 1.183,5 milhões (vs. 1.177,7 milhões em 2022).

3.5 Resultado Líquido

Tabela 22 – Resultado Líquido Consolidado

| R\$ milhões | 2023 | 2022 | Var. % |
|----------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| EBITDA | 1.677,9 | 1.876,0 | -10,6% |
| Depreciação e Amortização | (677,3) | (615,6) | 10,0% |
| Resultado Financeiro | (238,0) | 1.662,3 | N.M. |
| Equivalência Patrimonial | 73,3 | 130,7 | -43,9% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (1.153,6) | (374,7) | 207,9% |
| Lucro (Prejuízo) Líquido | (317,7) | 2.678,7 | -111,9% |

O prejuízo em 2023 totalizou R\$ 317,7 milhões, versus um lucro líquido de R\$ 2,7 bilhões em 2022, resultado de:

- (a) **EBITDA:** o EBITDA consolidado (pré-ajustes) de R\$ 1.667,9 milhões em 2023, representa uma redução de R\$ 198,1 milhões ou -10,6% em relação aos R\$ 1.876,0 milhões registrados em 2022, principalmente em virtude de efeitos não operacionais, notadamente a reversão do *impairment* em 2022 (R\$ 230,9 milhões);
- (b) **Resultado financeiro:** redução de R\$ 1,9 bilhões no resultado financeiro líquido em comparação com 2022, atribuída ao efeito positivo da atualização monetária relacionada à indenização da UHE Três Irmãos, que totalizou R\$ 2,4 bilhões na receita financeira em 2022, bem como o reconhecimento de PIS/COFINS sobre o resultado financeiro relativo à tributação sobre a indenização, ocorrido no exercício de 2023, que totalizou R\$ 124,8 milhões;

- (c) **Equivalência patrimonial:** redução de R\$ 57,4 milhões em relação à 2022 (R\$ 73,3 milhões em 2023 versus R\$ 130,7 milhões em 2022), em virtude do menor lucro apurado pelas empresas investidas não consolidadas.
- (d) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** aumento de R\$ 778,9 milhões em relação à 2022 (despesa de R\$ 1.153,6 milhões em 2023 versus despesa de 374,7 milhões em 2022), principalmente em função do reconhecimento da tributação de IRPJ/CSLL sobre a indenização de Três Irmãos, que totalizou R\$ 912,4 milhões, dos quais R\$ 608,7 milhões se referem a despesas correntes e R\$ 303,7 milhões pela parcela dos tributos diferidos revertidos em função da compensação da base de cálculo;

3.6 Endividamento

O endividamento bruto da Companhia ao final de 2023 totalizou R\$ 6,4 bilhões, versus R\$ 5,8 bilhões em 2022, o que corresponde a um aumento de R\$ 522 milhões entre os períodos, principalmente explicado pelas captações para os complexos eólicos Ventos do Piauí II e III e para os projetos fotovoltaicos Sol de Jaíba e Sol do Piauí, que totalizaram R\$ 488 milhões.

O saldo de caixa, equivalentes e aplicações financeiras ao final de 2023 totalizou R\$ 3.238,4 milhões, um aumento de R\$ 7,1 milhões em relação aos R\$ 3.231,3 milhões em 2022.

Ao final de 2023, a dívida líquida consolidada da Companhia totalizou R\$ 3,2 bilhões, com prazo médio de 7,2 anos e custo médio pré-fixado da carteira de 10,5% a.a. (IPCA +4,3% a.a. ou CDI +0,3% a.a.). A alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA Ajustado, de 1,8x ficou estável em relação à 2022.

Gráfico 33 – Cronograma de Amortização do Principal da Dívida Bruta (R\$ milhões)

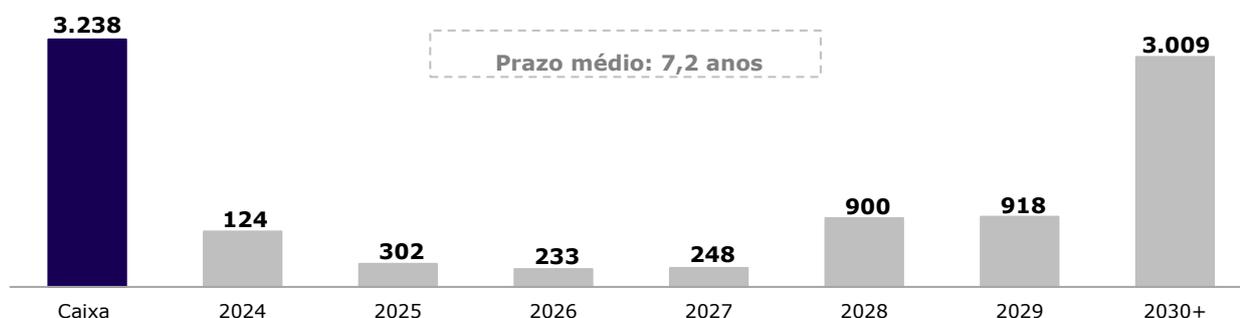
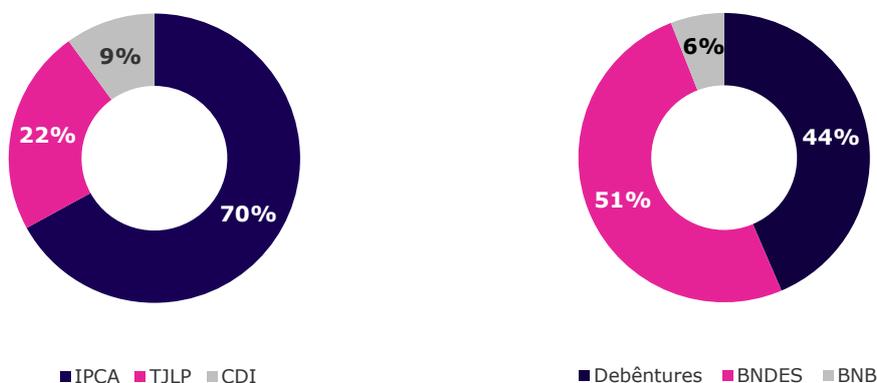


Gráfico 34 – Perfil da Dívida Bruta (%)



Mercado de Capitais

A Companhia obteve, em 25 fevereiro de 2022, o registro de companhia aberta categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM” e “Abertura de Capital”) e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado (“Listagem no Novo Mercado”).

O início da negociação das ações da Companhia aconteceu no dia 28 de março de 2022, sob o código AURE3. Em 29 de dezembro de 2023, a ação ordinária da Auren estava cotada em R\$ 13,31 e seu valor de mercado era de R\$ 13,3 bilhões.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Auren Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Auren Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Auren Energia S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e de suas controladas não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os principais assuntos de auditoria, bem como a nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ativos indenizáveis (Nota 1.2.1 (a) e (b))

Em 16 de junho de 2023, a Companhia celebrou, na qualidade de interveniente anuente, contrato de cessão de aquisição de direitos creditórios e outras avenças, por meio do qual foi cedido a totalidade dos direitos creditórios do acordo judicial firmado entre sua controlada CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP") e a União Federal. Em contrapartida à referida cessão, a CESP recebeu R\$ 4.164.648 mil e desreconheceu integralmente o ativo financeiro.

Durante o ano de 2023, como resultado da resposta formal à Solução de Consulta junto à Receita Federal do Brasil ("RFB") a CESP realizou pagamentos de R\$ 578.016 mil, à título de IRPJ/CSLL e de R\$ 124.800 mil à título de PIS/COFINS.

Os assuntos derivados do acordo judicial com a União Federal foram considerados como um dos principais assuntos de nossa auditoria, especialmente pelos montantes envolvidos e os riscos inerentes à subjetividade de certas premissas, como determinar a transferência dos riscos e benefícios do ativo financeiro, o período de reconhecimento dos impactos tributários e a aceitabilidade pela autoridade fiscal da posição da controlada CESP.

Nossa abordagem de auditoria para o assunto considerou, entre outros pontos:

- A leitura e avaliação dos termos, do contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças, base para determinar a transferência dos riscos e benefícios do ativo financeiro.
- A revisão dos pareceres jurídicos e análise dos argumentos para determinar a posição da controlada CESP em não oferecer a tributação o ganho referente a atualização monetária da verba indenizatória no reconhecimento inicial.
- A avaliação das premissas utilizadas e verificação da precisão matemática nas apurações dos valores pagos à título de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS.
- Revisão da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação do desreconhecimento do ativo financeiro, bem como para o reconhecimento dos impactos fiscais dos valores recebidos como indenização, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Porque é um PAA**Entidade de previdência a empregados
(Nota 22)**

Conforme descrito na Nota 22, a Companhia e suas controladas patrocinam planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados, assim como respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social.

Os planos classificados como "benefício definido" geraram, em 31 de dezembro de 2023, passivos líquidos no montante de R\$ 1.633.085 mil, os quais foram calculados com referência às hipóteses atuariais que incluíram taxa de desconto, taxa de inflação anual de longo prazo, mortalidade geral, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários.

Os cálculos atuariais de base para a determinação dessas obrigações foram elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram hipóteses atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde.

O processo de estimativa na determinação do valor presente com os planos requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas hipóteses.

Considerando que a utilização de diferentes estimativas e hipóteses para a determinação do valor presente dos planos poderia produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, mantivemos esse assunto como um dos Principais Assuntos de Auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria**

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Reuniões com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento sobre como a administração mensura as obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar.
- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido.
- Avaliação da independência e da expertise dos atuários contratados pela Companhia, bem como dos principais critérios utilizados para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas adotadas, como taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários, conforme aplicável.
- Revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelos atuários independentes.
- Testes, com base amostral, da consistência dos dados individuais dos participantes, utilizados na avaliação atuarial.

Nossos procedimentos foram executados com o apoio de nossos especialistas atuariais e também incluíram a avaliação da adequação das divulgações efetuadas em notas explicativas.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Provisão para litígios (Nota 21)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentavam provisões para prováveis perdas decorrentes de processos judiciais, mensuradas com base na análise de prognóstico dos respectivos processos e das causas, no valor de R\$ 984.380 mil. Adicionalmente, o Grupo possui ações tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas em andamento no montante de R\$ 1.605.518 mil, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando que as perspectivas para perda tenham sido avaliadas como possíveis pela administração, a partir do suporte dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e suas controladas.

Provisões e passivos contingentes apresentam incerteza inerente em relação ao seu prazo e ao seu valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e dos passivos contingentes requerem que a administração das controladas exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são parte envolvidas.

A determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e de passivos contingentes divulgados em notas explicativas requer julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, também consideramos:

- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração sobre a mensuração e a existência dos processos da Companhia e suas controladas.
- Avaliação da consistência dos critérios e das premissas para mensuração, reconhecimento e classificação de risco de perda dos processos, preparada pela administração a partir de avaliações realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e suas controladas.
- Obtenção de confirmações de informações diretamente com os assessores jurídicos.
- Revisão analítica das movimentações da conta de provisão para litígios e contingências, durante o exercício.
- Discussão dos assuntos mais relevantes com os Órgãos de Governança da Companhia.
- Análise da adequação das divulgações

Porque é um PAA

Esse assunto foi considerado um dos Principais Assuntos de Auditoria, considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e divulgados poderia produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados e reconhecidos contabilmente pela administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e com as demais informações obtidas.

Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 16)

A Companhia e suas controladas apresentavam, em 31 de dezembro de 2023, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de Imposto de Renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 2.698.782 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que as operações da Companhia e suas controladas gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

A administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras variáveis.

O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, da base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e também pela

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros.
- Análise das principais premissas e testes sobre os estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas demonstrações financeiras.
- Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração, assim como as divulgações, são consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porque é um PAA

magnitude dos valores em relação a posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*) (Notas 12 e 13)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 11.849.347 mil e R\$ 2.458.453 mil, referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública.

A administração realiza, no mínimo anualmente, a avaliação de indicadores de redução ao valor recuperável e, quando aplicável, teste de *impairment* desses ativos, fundamentado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Consideramos o teste de *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, conseqüentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*).
- Análise da razoabilidade das principais premissas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangíveis.
- Revisão da análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários.
- Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment*, assim como as divulgações, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.



Auren Energia S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Auren Energia S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Auren Energia S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2024

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

| | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Desempenho financeiro..... | 5 | |
| Demonstrações financeiras consolidadas e individuais | | |
| Demonstração do resultado..... | 46 | |
| Demonstração do resultado abrangente | 47 | |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 48 | |
| Balço patrimonial | 50 | |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 52 | |
| Demonstração do valor adicionado | 53 | |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais | | |
| 1 | Considerações gerais | 54 |
| 2 | Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis | 60 |
| 3 | Estimativas e julgamentos contábeis críticos | 65 |
| 4 | Apresentação de informações por segmento de negócio | 65 |
| 5 | Receita | 67 |
| 6 | Custos e despesas..... | 69 |
| 7 | Resultado financeiro líquido..... | 70 |
| 8 | Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva | 71 |
| 9 | Contas a receber de clientes..... | 72 |
| 10 | Ativos indenizáveis pela União | 73 |
| 11 | Investimentos | 74 |
| 12 | Imobilizado | 83 |
| 13 | Intangível | 86 |
| 14 | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 91 |
| 15 | Fornecedores..... | 94 |
| 16 | Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos..... | 95 |
| 17 | Contratos futuros de energia..... | 98 |
| 18 | UBP – Uso do Bem Público | 99 |
| 19 | Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos | 100 |
| 20 | Provisão de ressarcimento | 101 |
| 21 | Provisão para litígios..... | 103 |
| 22 | Benefícios pós-emprego | 105 |
| 23 | Partes relacionadas..... | 109 |
| 24 | Patrimônio líquido | 114 |
| 25 | Instrumento financeiro e gestão de risco | 117 |
| 26 | Seguros | 124 |
| 27 | Compromissos de longo prazo..... | 125 |
| 28 | Eventos subsequentes | 125 |

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receita líquida | 5 | 6.181.890 | 5.515.706 | - | - |
| Custo com energia elétrica | 6 | (4.020.503) | (3.640.607) | - | - |
| Custo com operação | 6 | (828.443) | (732.016) | - | - |
| Lucro bruto | | 1.332.944 | 1.143.083 | - | - |
| Receitas (despesas) operacionais | 6 | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | | (419.797) | (370.396) | (201.575) | (128.814) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | | 87.455 | 487.719 | 2.741 | (4.793) |
| | | (332.342) | 117.323 | (198.834) | (133.607) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro | | 1.000.602 | 1.260.406 | (198.834) | (133.607) |
| Resultado de participações societárias | | | | | |
| Equivalência patrimonial | 11 (b) | 73.312 | 130.659 | (201.585) | 2.682.972 |
| | | 73.312 | 130.659 | (201.585) | 2.682.972 |
| Resultado financeiro líquido | 7 | | | | |
| Receitas financeiras | | 945.489 | 2.840.006 | 143.388 | 196.471 |
| Despesas financeiras | | (1.183.496) | (1.177.731) | (96.317) | (97.287) |
| | | (238.007) | 1.662.275 | 47.071 | 99.184 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | 835.907 | 3.053.340 | (353.348) | 2.648.549 |
| Imposto de renda e contribuição social | 16 (a) | | | | |
| Correntes | | (753.427) | (89.684) | - | - |
| Diferidos | | (400.169) | (285.042) | 35.659 | 25.851 |
| Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas | | (317.689) | 2.678.614 | (317.689) | 2.674.400 |
| Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores | | (317.689) | 2.674.400 | (317.689) | 2.674.400 |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores | | - | 4.214 | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | (317.689) | 2.678.614 | (317.689) | 2.674.400 |
| Quantidade média ponderada de ações - milhares | | 1.000.000 | 1.098.675 | 1.000.000 | 1.098.675 |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em milhares | | (0,3177) | 2,4380 | (0,3177) | 2,4342 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Auren Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



| | Consolidado | | Controladora | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (317.689) | 2.678.614 | (317.689) | 2.674.400 |
| Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários | (516) | 507 | (516) | 507 |
| Ganho de participação de investida | 43 | - | 43 | - |
| Outros resultados abrangentes | (2.250) | 3.348 | (2.250) | 3.348 |
| Outros componentes do resultado abrangente do exercício que não serão posteriormente reclassificados para o resultado | | | | |
| Remensuração de benefícios de aposentadoria, líquido dos efeitos tributários (Nota 11.b) | (201.226) | 196.147 | (201.226) | 196.147 |
| Total do resultado abrangente do exercício | (521.638) | 2.878.616 | (521.638) | 2.874.402 |
| Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores | (521.638) | 2.874.402 | (521.638) | 2.874.402 |
| Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores | - | 4.214 | - | - |
| | (521.638) | 2.878.616 | (521.638) | 2.874.402 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Auren Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------|------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | 835.907 | 3.053.340 | (353.348) | 2.648.549 |
| Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| Depreciação e amortização | 6 | 641.809 | 580.092 | 8.282 | 8.460 |
| Amortização de mais valia | 6 | 35.466 | 35.466 | - | - |
| Baixa de imobilizado e direito de uso dos contratos de arrendamento | | 12.722 | 6.366 | 403 | - |
| Baixa de ativos disponíveis para venda | | 50 | - | - | - |
| Equivalência patrimonial | 11(b) | (73.312) | (130.659) | 201.585 | (2.682.972) |
| Juros e variações monetárias | | 612.418 | 156.366 | 57.696 | 47.730 |
| Apropriação de custos de captação | 14(c) | 16.934 | 13.108 | 1.728 | 619 |
| Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais | | 2.928 | 4.983 | - | - |
| Hedge financeiro sobre importação | | 4.199 | - | 4.154 | - |
| Contratos futuros de energia | 6 | 13.402 | (167.106) | - | - |
| Rendimentos sobre fundo de reserva | | (20.432) | (13.636) | - | - |
| Custo financeiro da securitização | 7 | 236.595 | - | - | - |
| Constituição (reversão) de provisões | | | | | |
| Reversão de provisão para litígios | | (146.999) | (59.519) | - | - |
| Provisão de ressarcimento | 5 | 40.828 | 59.266 | - | - |
| Reversão de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível | 6 | - | (230.924) | - | - |
| Provisão (reversão) de obrigações socioambientais | 6 | (2.611) | 1.593 | - | - |
| Provisão de Incentivo de longo prazo | | 12.924 | 18.714 | 28.652 | 9.251 |
| Atualizações de saldos | | | | | |
| Ativos indenizáveis pela União | 7 | (262.264) | (2.421.617) | - | - |
| Provisão para litígios | 7 | 41.840 | 97.069 | - | - |
| Benefícios pós-emprego | 7 | 175.163 | 159.869 | - | - |
| Ganho pela migração benefícios pós-emprego | | - | (20.148) | - | - |
| Custo do serviço de benefícios pós-emprego | | - | 87 | - | - |
| Depósitos judiciais | 7 | (12.770) | (13.907) | (13) | - |
| Ajuste a valor presente | | | | | |
| Ajuste a valor presente pela securitização dos ativos indenizáveis | 7 | (218.444) | - | - | - |
| Realização de ajuste a valor presente dos ativos indenizáveis | 7 | (11.518) | 229.962 | - | - |
| Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos | 7 | 21.643 | 17.615 | - | - |
| UBP - Uso do bem público | 7 | 3.754 | 5.400 | - | - |
| Operações com partes relacionadas | 7 | (12.574) | (9.443) | (13.031) | (15.868) |
| Arrendamentos | | 7.433 | 1.559 | 1.105 | 163 |
| | | <u>1.955.091</u> | <u>1.373.896</u> | <u>(62.787)</u> | <u>15.932</u> |
| Decréscimo (acrécimo) em ativos | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | | (4.199) | (2) | (4.154) | - |
| Contas a receber de clientes | | (90.376) | (16.924) | - | - |
| Ativos indenizáveis pela União | 1.2.1(a) | 4.164.648 | - | - | - |
| Tributos a recuperar | | (31.508) | (40.201) | (17.678) | (29.062) |
| Cauções e depósitos judiciais | | 15.161 | 28.793 | (345) | - |
| Partes relacionadas | | 29.678 | 349 | (22.904) | (74.683) |
| Demais créditos e outros ativos | | 30.466 | (19.612) | 31.378 | 6.887 |
| Acrécimo (decrécimo) em passivos | | | | | |
| Fornecedores | | 94.986 | (18.500) | (32.625) | (33.679) |
| Instrumentos financeiros derivativos | | (15.049) | (12.709) | (15.049) | (5) |
| Obrigações estimadas e folha de pagamento | | 15.732 | (7.081) | 28.668 | 6.686 |
| Tributos a recolher | | (45.525) | 48.637 | 1.226 | (2.111) |
| Encargos setoriais | | 1.294 | 1.665 | - | - |
| Pagamento de obrigações socioambientais | | (22.809) | (36.584) | - | - |
| Pagamento de UBP - Uso do bem público | | (44.423) | (42.773) | - | - |
| Pagamento de litígios, obrigações e acordos judiciais | | (117.617) | (182.917) | - | - |
| Pagamento de benefícios pós-emprego | 22 | (110.896) | (58.169) | - | - |
| Efeito migração benefícios pós-emprego - Contribuição Definida (CD) | | - | (306.015) | - | - |
| Demais obrigações e outros passivos | | (95.417) | 39.697 | (1.607) | 19.625 |
| | | <u>5.729.237</u> | <u>751.550</u> | <u>(95.877)</u> | <u>(90.410)</u> |
| Caixa proveniente das (aplicado nas) operações | | | | | |
| Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 14(c) | (330.422) | (266.424) | (12.362) | - |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (736.970) | (68.357) | (41) | (1.750) |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais | | <u>4.661.845</u> | <u>416.769</u> | <u>(108.280)</u> | <u>(92.160)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Auren Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------------------|--------------------|--------------------|------------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | | | |
| Resgate de aplicações financeiras | | 111.595 | 326.596 | - | - |
| Aplicação em conta reserva | | (15.878) | (34.296) | - | - |
| Aquisição de imobilizado e intangível | | (2.090.790) | (1.572.630) | (48.457) | (16.144) |
| Aumento de capital em investidas | 11(b) | - | (34.522) | (49.751) | (809.387) |
| Aquisição de investimento | | - | (16.858) | - | - |
| Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio | | 229.617 | 235.042 | 2.737.568 | 241.294 |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento | | (1.765.456) | (1.096.668) | 2.639.360 | (584.237) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | | |
| Captação de recursos | 14(c) | 990.795 | 1.032.175 | 500.000 | - |
| Liquidação de empréstimos, financiamentos e debêntures | 14(c) | (755.694) | (180.257) | (500.000) | - |
| Custo da captação de recursos | 14(c) | (7.216) | (17.264) | (1.107) | (72) |
| Aumento de capital social | | - | 1.500.000 | - | 1.500.000 |
| Liquidação de arrendamentos | | (12.213) | (5.012) | (3.598) | (2.184) |
| Pagamento de dividendos | | (2.999.626) | (99.994) | (2.999.626) | (99.987) |
| Pagamento de resgate de ações | | - | (78.537) | - | (78.537) |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos | | (2.783.954) | 2.151.111 | (3.004.331) | 1.319.220 |
| Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa | | 112.435 | 1.471.212 | (473.251) | 642.823 |
| Caixa incluído pela incorporação da Votorantim Geração de Energia S.A ("VGE") | | - | 24.994 | - | 24.994 |
| Caixa incluído por empresa incorporada incluída na consolidação Auren Comercializadora Ltda. | | - | 33.935 | - | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 3.125.959 | 1.595.818 | 1.050.966 | 383.149 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | | 3.238.394 | 3.125.959 | 577.715 | 1.050.966 |
| Principais transações que não afetaram o caixa | | | | | |
| Incorporação reversa VGE - aumento de capital e incorporação de ativos | | | | | |
| Saldos patrimoniais | | - | 42.544 | - | - |
| Investimentos e ágio incorporados | | - | 1.030.233 | - | 1.573.432 |
| Mais valia em investimento | | - | 1.540.542 | - | 1.119.573 |
| Incorporação de ações Companhia Energética de São Paulo ("CESP") | | | | | |
| Investimentos incorporados - participação dos acionistas não controladores | | - | - | - | 4.555.943 |
| Mais valia oriundo da aquisição em 2018, líquido de impostos - participação dos acionistas não controladores | | - | - | - | 56.641 |
| Aquisições de CAPEX a liquidar | | - | 20.210 | - | - |
| Aporte de capital - Hélios IV Geração de Energia Ltda. | | - | - | - | 11.920 |
| Aquisição de investimento - Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A. | | - | - | 28.876 | - |
| Aporte de capital - Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. | | - | - | (4.868) | - |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Auren Energia S.A.
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|--------------------------------------------------|--------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 3.238.394 | 3.125.959 | 577.715 | 1.050.966 |
| Aplicações financeiras | 8 | - | 105.347 | - | - |
| Fundo de liquidez - Conta reserva | 8 | 7.827 | 6.840 | - | - |
| Contas a receber de clientes | 9 | 679.476 | 617.860 | - | - |
| Ativos indenizáveis pela União | 10 | - | 161.856 | - | - |
| Tributos a recuperar | | 139.249 | 105.993 | 56.405 | 36.979 |
| Dividendos a receber | 23 | 2.027 | 46.190 | 43.489 | 1.108.723 |
| Partes relacionadas | 23 | 3.923 | 31.953 | 8.618 | 27.966 |
| Contratos futuros de energia | 17 | 1.811.433 | 1.979.160 | - | - |
| Outros ativos | | 47.154 | 78.910 | 1.331 | 34.608 |
| | | <u>5.929.483</u> | <u>6.260.068</u> | <u>687.558</u> | <u>2.259.242</u> |
| Ativos mantidos para venda | | 8.378 | 8.428 | - | - |
| | | <u>5.937.861</u> | <u>6.268.496</u> | <u>687.558</u> | <u>2.259.242</u> |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Fundo de liquidez - Conta reserva | 8 | 182.616 | 147.293 | - | - |
| Ativos indenizáveis pela União | 10 | - | 3.747.161 | - | - |
| Partes relacionadas | 23 | 110.701 | 92.972 | 227.937 | 166.443 |
| Cauções e depósitos judiciais | | 170.780 | 176.099 | 358 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 16 (b) | 2.698.782 | 3.000.824 | - | - |
| Contratos futuros de energia | 17 | 3.433.262 | 3.630.278 | - | - |
| Ativo sujeito à indenização | | 21.799 | 21.799 | - | - |
| Outros ativos | | 8.960 | 7.670 | - | - |
| | | <u>6.626.900</u> | <u>10.824.096</u> | <u>228.295</u> | <u>166.443</u> |
| Investimentos | 11 | 2.057.307 | 2.161.751 | 12.515.519 | 14.526.449 |
| Imobilizado | 12 | 11.849.347 | 10.397.035 | 47.533 | 19.927 |
| Intangível | 13 | 2.458.453 | 2.587.808 | 146.724 | 137.435 |
| Direito de uso sobre contratos de arrendamento | | 64.689 | 43.707 | 16.672 | 2.657 |
| | | <u>23.056.696</u> | <u>26.014.397</u> | <u>12.954.743</u> | <u>14.852.911</u> |
| Total do ativo | | <u>28.994.557</u> | <u>32.282.893</u> | <u>13.642.301</u> | <u>17.112.153</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Auren Energia S.A.
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|----------------------------------------------------------|--------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 14 | 851.786 | 276.615 | 393.670 | - |
| Fornecedores | 15 | 572.321 | 549.019 | 12.925 | 54.317 |
| Arrendamentos | | 6.080 | 1.911 | 2.966 | 424 |
| Contratos futuros de energia | 17 | 1.639.680 | 1.808.351 | - | - |
| Obrigações estimadas e folha de pagamento | | 98.872 | 66.359 | 66.071 | 21.295 |
| Tributos a recolher | | 76.628 | 107.461 | 2.934 | 1.749 |
| Encargos setoriais | | 23.129 | 21.835 | - | - |
| Dividendos a pagar | 23 | 659 | 635.459 | 386 | 635.181 |
| UBP - Uso do bem público | 18 | 38.549 | 43.465 | - | - |
| Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos | 19 | 45.599 | 44.298 | - | - |
| Provisão de ressarcimento | 20 | 341.142 | 362.233 | - | - |
| Provisão para litígios | 21 | 107.741 | 170.376 | - | - |
| Outros passivos | | 48.565 | 111.622 | 1.387 | 913 |
| | | 3.850.751 | 4.199.004 | 480.339 | 713.879 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 14 | 5.500.048 | 5.553.602 | - | 342.515 |
| Arrendamentos | | 60.649 | 42.393 | 14.147 | 2.226 |
| Contratos futuros de energia | 17 | 3.423.668 | 3.606.338 | - | - |
| Tributos a recolher | | 23.842 | 22.077 | - | - |
| Partes relacionadas | 23 | 116.827 | 110.024 | 98.137 | 91.926 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 16 (b) | 707.181 | 712.979 | 664.580 | 700.503 |
| UBP - Uso do bem público | 18 | 10.178 | 43.089 | - | - |
| Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos | 19 | 247.309 | 272.000 | - | - |
| Provisão de ressarcimento | 20 | 89.143 | 42.759 | - | - |
| Provisão para litígios | 21 | 876.639 | 1.015.629 | - | - |
| Benefícios pós-emprego | 22 | 1.633.085 | 1.263.931 | - | - |
| Outros passivos | | 86.284 | 145.990 | 16.145 | 8.026 |
| | | 12.774.853 | 12.830.811 | 793.009 | 1.145.196 |
| Total do passivo | | 16.625.604 | 17.029.815 | 1.273.348 | 1.859.075 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 24 | 5.940.137 | 5.940.137 | 5.940.137 | 5.940.137 |
| Reserva de capital | | 5.705.533 | 5.703.189 | 5.705.533 | 5.703.189 |
| Reservas de lucros | | 1.132.604 | 3.815.124 | 1.132.604 | 3.815.124 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | (409.321) | (205.372) | (409.321) | (205.372) |
| | | 12.368.953 | 15.253.078 | 12.368.953 | 15.253.078 |
| Total do patrimônio líquido | | 12.368.953 | 15.253.078 | 12.368.953 | 15.253.078 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 28.994.557 | 32.282.893 | 13.642.301 | 17.112.153 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Auren Energia S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



| | Reserva de lucros | | | | Lucros (prejuízos) acumulados | Ajuste de avaliação patrimonial | Total | Participação dos acionistas não controladores | Patrimônio líquido |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|--------------------|----------------|--------------------|-------------------------------|---------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------|--------------------|
| | Capital social | Reserva de capital | Legal | Retenção | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2022 | 3.000.836 | - | 63.365 | 1.798.576 | - | (405.374) | 4.457.403 | 4.589.112 | 9.046.515 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 2.674.400 | - | 2.674.400 | 4.214 | 2.678.614 |
| Resultado abrangente do exercício | - | - | - | - | - | 200.002 | 200.002 | - | 200.002 |
| Total do resultado abrangente do exercício | - | - | - | - | 2.674.400 | 200.002 | 2.874.402 | 4.214 | 2.878.616 |
| Aumento de capital | | | | | | | | | |
| Aumento de capital Incorporação reversa Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") avaliado ao valor justo | 1.131.678 | 1.260.581 | - | - | - | - | 2.392.259 | - | 2.392.259 |
| Aumento de capital Incorporação de ações CESP - valor econômico | 307.623 | 4.442.608 | - | - | - | - | 4.750.231 | (4.593.326) | 156.905 |
| Integralização de capital - CPP Investments | 1.500.000 | - | - | - | - | - | 1.500.000 | - | 1.500.000 |
| Dividendos adicionais deliberados | | | | | | | | | |
| Dividendos adicionais deliberados | - | - | - | (86.048) | - | - | (86.048) | - | (86.048) |
| Destinação do resultado do exercício | | | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | - | 133.720 | - | (133.720) | - | - | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | (635.169) | - | (635.169) | - | (635.169) |
| Retenção de lucros | - | - | - | 1.905.511 | (1.905.511) | - | - | - | - |
| Contribuições e distribuição aos acionistas | 2.939.301 | 5.703.189 | 133.720 | 1.819.463 | (2.674.400) | - | 7.921.273 | (4.593.326) | 3.327.947 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 5.940.137 | 5.703.189 | 197.085 | 3.618.039 | - | (205.372) | 15.253.078 | - | 15.253.078 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (317.689) | - | (317.689) | - | (317.689) |
| Resultado abrangente do exercício | - | - | - | - | - | (203.949) | (203.949) | - | (203.949) |
| Total do resultado abrangente do exercício | - | - | - | - | (317.689) | (203.949) | (521.638) | - | (521.638) |
| Remuneração baseada em ações (Nota 24.2 (a)) | - | 2.344 | - | - | - | - | 2.344 | - | 2.344 |
| Dividendos adicionais propostos | | | | | | | | | |
| Dividendos adicionais propostos (Nota 1.2.2a) | - | - | - | (2.364.831) | - | - | (2.364.831) | - | (2.364.831) |
| Destinação do resultado do exercício | | | | | | | | | |
| Absorção de prejuízo do exercício | - | - | - | (317.689) | 317.689 | - | - | - | - |
| Contribuições aos acionistas | - | 2.344 | - | (2.682.520) | 317.689 | - | (2.362.487) | - | (2.362.487) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 5.940.137 | 5.705.533 | 197.085 | 935.519 | - | (409.321) | 12.368.953 | - | 12.368.953 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.
52 de 125

Auren Energia S.A.
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---------------------------------------------------------------------|-------|-------------|-------------|--------------|-----------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Geração do valor adicionado | | | | | |
| Receita bruta | 5 | 6.994.483 | 6.293.733 | - | - |
| Provisão de ressarcimento | 5 | (40.828) | (59.266) | - | - |
| Outras receitas operacionais | | 64.037 | 126.581 | - | - |
| | | 7.017.692 | 6.361.048 | - | - |
| Insumos | | | | | |
| Energia comprada e encargos de uso da rede elétrica | 6 | (4.020.503) | (3.640.607) | - | - |
| Serviços de terceiros e operação e manutenção | | (292.226) | (251.080) | (38.223) | (48.942) |
| Materiais | | (6.700) | (5.184) | (867) | (1.106) |
| Outros custos operacionais | | (2.382) | (2.018) | (1.579) | (15.204) |
| | | (4.321.811) | (3.898.889) | (40.669) | (65.252) |
| Valor adicionado bruto | | | | | |
| | | 2.695.881 | 2.462.159 | (40.669) | (65.252) |
| Retenções | | | | | |
| Depreciação e amortização | 6 | (641.809) | (580.092) | (8.282) | (8.460) |
| Amortização de mais valia | | (35.466) | (35.466) | - | - |
| Contratos futuros de energia | | (13.402) | 167.106 | - | - |
| | | (690.677) | (448.452) | (8.282) | (8.460) |
| Valor adicionado líquido gerado | | | | | |
| | | 2.005.204 | 2.013.707 | (48.951) | (73.712) |
| Transferências | | | | | |
| Equivalência patrimonial | 11(b) | 73.312 | 130.659 | (201.585) | 2.682.972 |
| Receitas financeiras | 7 | 683.225 | 418.389 | 143.388 | 196.471 |
| Atualização de ativos indenizáveis pela União | 7 | 262.264 | 2.421.617 | - | - |
| Ganho pela migração benefícios pós-emprego | 7 | - | 20.148 | - | - |
| | | 1.018.801 | 2.990.813 | (58.197) | 2.879.443 |
| Outras | | | | | |
| Reversão de litígios | 6 | 137.255 | 59.519 | - | - |
| Baixa de depósitos judiciais | | 2.426 | (2.486) | - | - |
| Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis pela União | | - | 230.924 | - | - |
| Recuperação de tributos | | 2.201 | 9.962 | - | - |
| Seguros | | (20.447) | (17.948) | - | - |
| Valor de liquidação antecipada de contrato | | - | (54.000) | - | - |
| Outras despesas, operacionais líquidas | | (34.023) | (29.439) | (13.471) | - |
| | | 87.412 | 196.532 | (13.471) | - |
| Valor adicionado a distribuir | | | | | |
| | | 3.111.417 | 5.201.052 | (120.619) | 2.805.731 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | | |
| Pessoal | | | | | |
| Remuneração direta | 6 | 154.169 | 126.845 | 103.062 | 38.988 |
| Encargos sociais | | 58.343 | 55.518 | 24.111 | 14.835 |
| Benefícios | | 25.828 | 20.234 | 7.530 | 3.518 |
| | | 238.340 | 202.597 | 134.703 | 57.341 |
| Remuneração de capital de terceiros | | | | | |
| Juros e atualização monetária | 7 | 854.097 | 777.483 | 69.348 | 42.294 |
| Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União | 7 | - | 231.822 | - | - |
| Custo financeiro da securitização | 7 | 236.595 | - | - | - |
| Outras despesas financeiras | 7 | 92.804 | 168.426 | 26.969 | 54.993 |
| Aluguéis e arrendamentos | 6 | 17.872 | 15.447 | 1.709 | 2.554 |
| | | 1.201.368 | 1.193.178 | 98.026 | 99.841 |
| Intrasetoriais – Encargos regulamentares | | | | | |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – CFURH | 5 | 52.174 | 40.043 | - | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento – P&D | | 12.675 | 17.110 | - | - |
| Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE | | 10.032 | 7.368 | - | - |
| Reserva Global de Reversão – RGR | | - | 1.321 | - | - |
| | | 74.881 | 65.842 | - | - |
| Tributos e contribuições sociais | | | | | |
| Federais | | 1.748.898 | 915.093 | (35.659) | (25.851) |
| Estaduais | | 165.222 | 145.345 | - | - |
| Municipais | | 397 | 383 | - | - |
| | | 1.914.517 | 1.060.821 | (35.659) | (25.851) |
| Remuneração de capitais próprios | | | | | |
| Dividendos | | - | 635.169 | - | 635.169 |
| Lucros retidos / Prejuízo do exercício | | (317.689) | 2.039.231 | (317.689) | 2.039.231 |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores | | - | 4.214 | - | - |
| | | (317.689) | 2.678.614 | (317.689) | 2.674.400 |
| Valor adicionado distribuído | | | | | |
| | | 3.111.417 | 5.201.052 | (120.619) | 2.805.731 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Auren Energia S.A., “Companhia” ou “Auren”, com sede na cidade de São Paulo – SP, é uma *holding* que tem por objetivo ser uma plataforma de investimentos relacionados à gestão, operação, aquisição, desenvolvimento e construção de ativos de geração, transmissão e comercialização de energia no Brasil. Atualmente, suas controladas atuam nos segmentos de geração de energia eólica, solar e hidrelétrica, assim como na comercialização da energia.

A Auren é uma Companhia aberta, integra o segmento de listagem de mais alto nível de padrões de governança, o Novo Mercado, da B3, e possui como acionistas controladores a Votorantim S.A. (“Votorantim”) e o Canada Pension Plan Investment Board (“CPP Investments”), em conjunto.

As atividades de suas controladas operacionais, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). As controladas operacionais da Companhia possuem as características listadas abaixo:

| | Capacidade (Mwrm) | Localização | Início da concessão ou outorga | Término da concessão ou outorga |
|---------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| Geração hidrelétrica | | | | |
| CESP – Companhia Energética de São Paulo, por meio da UHE Porto Primavera | 1.540,0 | Rosana - SP e Bataiporã - MS | 23/01/1999 | 15/04/2056 |
| CESP – Companhia Energética de São Paulo, por meio da UHE Paraibuna (i) | 87,0 | Paraibuna - SP | 24/04/1978 | 03/06/2022 |
| Complexo Eólico Ventos do Araripe III (“Araripe III”): | | | | |
| Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A. | 18,4 | Simões - PI | 18/08/2014 | 18/08/2049 |
| Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A. | 27,6 | Simões - PI | 18/08/2014 | 18/08/2049 |
| Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A. | 29,9 | Simões - PI | 03/09/2014 | 03/09/2049 |
| Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A. | 18,4 | Simões - PI | 25/08/2014 | 25/08/2049 |
| Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A. | 18,4 | Simões - PI | 03/09/2014 | 03/09/2049 |
| Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A. | 25,3 | Araripina - PE | 02/09/2014 | 02/09/2049 |
| Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A. | 25,3 | Araripina - PE | 03/09/2014 | 03/09/2049 |
| Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A. | 29,9 | Araripina - PE | 03/09/2014 | 03/09/2049 |
| Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A. | 29,9 | Araripina - PE | 11/05/2015 | 11/05/2050 |
| Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A. | 27,6 | Araripina - PE | 02/09/2014 | 02/09/2049 |
| Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A. | 27,6 | Simões - PI | 11/05/2015 | 11/05/2050 |
| Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A. | 29,9 | Simões - PI | 08/05/2015 | 08/05/2050 |
| Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A. | 29,9 | Simões - PI | 20/08/2015 | 20/08/2050 |
| Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A. | 19,8 | Curral Novo do Piauí - PI | 08/05/2015 | 08/05/2050 |
| Complexo Eólico Ventos do Piauí I (“EOL Piauí I”): | | | | |
| Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. | 29,4 | Curral Novo do Piauí - PI | 10/03/2016 | 10/03/2051 |
| Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. | 29,4 | Curral Novo do Piauí - PI | 10/03/2016 | 10/03/2051 |
| Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A. | 29,4 | Curral Novo do Piauí - PI | 10/03/2016 | 10/03/2051 |
| Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. | 29,4 | Curral Novo do Piauí - PI | 10/03/2016 | 10/03/2051 |
| Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A. | 29,4 | Curral Novo do Piauí - PI | 10/03/2016 | 10/03/2051 |
| Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A. | 29,4 | Curral Novo do Piauí - PI | 10/03/2016 | 10/03/2051 |
| Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A. | 29,4 | Curral Novo do Piauí - PI | 10/03/2016 | 10/03/2051 |
| Complexo Solar Ventos do Piauí I (“UFV Piauí I”): | | | | |
| Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. | 48,1 | Curral Novo do Piauí - PI | 18/05/2021 | 07/03/2051 |
| Complexo Eólico Ventos do Piauí II (“Piauí II”): | | | | |
| Ventos de São Crispim Energias Renováveis S.A. | 49,5 | Curral Novo - PI | 06/10/2022 | 10/11/2055 |
| Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A. | 49,5 | Paulistana - PI | 22/10/2022 | 10/11/2055 |
| Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A. | 40,5 | Betânia do Piauí - PI | 02/09/2022 | 10/11/2055 |
| Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A. | 36,0 | Betânia do Piauí e Paulistana - PI | 28/10/2022 | 10/11/2055 |
| Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A. | 36,0 | Betânia do Piauí - PI | 15/10/2022 | 10/11/2055 |
| Complexo Eólico Ventos do Piauí III (“Piauí III”): | | | | |
| Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. | 45,0 | Curral Novo do Piauí - PI | 27/05/2022 | 10/11/2055 |
| Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A. | 45,0 | Ouricuri - PE | 19/08/2022 | 10/11/2055 |
| Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. | 49,5 | Ouricuri e Araripina - PE | 22/07/2022 | 10/11/2055 |
| Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. | 36,0 | Curral Novo do Piauí - PI | 13/05/2022 | 10/11/2055 |
| Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A. | 31,5 | Curral Novo do Piauí - PI | 24/06/2022 | 10/11/2055 |
| | <u>2.657,3</u> | | | |

- (i) Em 2022, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria 647/2022, a qual definiu a controlada CESP como operadora temporária da Usina Hidrelétrica de Paraibuna (“UHE Paraibuna”), no regime de cotas de garantia física, a partir de 04 de junho de 2022 até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União, o que não ocorreu até a data dessas demonstrações financeiras.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1.2.1 Principais eventos operacionais

(a) Securitização do saldo a receber do acordo com a União Federal referente aos ativos indenizáveis da controlada Companhia Energética de São Paulo (“CESP”)

Em 16 de junho de 2023, a Auren celebrou, na qualidade de interveniente anuente, contrato de cessão de aquisição de direitos creditórios e outras avenças, por meio do qual foi cedido, à determinada companhia de securitização True Securitizadora S.A, em caráter definitivo e sem qualquer coobrigação, a totalidade dos direitos creditórios decorrentes do acordo judicial firmado entre sua controlada CESP e a União Federal, visando a indenização pela reversão de bens não amortizados ou não depreciados da Usina Hidrelétrica Três Irmãos. Em contrapartida à referida cessão, a controlada CESP recebeu o valor de R\$ 4.164.648 no dia 27 de junho de 2023 e, com base no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o ativo financeiro que estava reconhecido no ativo circulante e não circulante, na rubrica “Ativo indenizável pela União”, foi integralmente realizado. O montante realizado foi de R\$ 4.401.243, sendo R\$ 4.164.648 pelo recebimento em caixa da referida cessão e R\$ 236.595 como custo da operação, que foi lançado como despesa financeira na rubrica “Custo financeiro da securitização”. Além disso, houve a reversão da provisão de R\$ 218.444 da parcela correspondente ao ajuste a valor presente reconhecido sobre o saldo do ativo indenizável, resultando assim efeito líquido de despesa no resultado financeiro de R\$ 18.151. (Notas 7 e 10).

(b) Tributação sobre ganho na Indenização da Usina Hidrelétrica Três Irmãos da controlada CESP

Em 07 de dezembro de 2022, a controlada CESP celebrou acordo judicial com a União Federal visando a indenização pela reversão de bens não amortizados ou não depreciados em relação à da Usina Hidrelétrica Três Irmãos.

Resultando no reconhecimento de R\$ 3.909.017 como Ativos indenizáveis pela União, mediante a reclassificação de R\$ 1.717.362 da rubrica “Ativo Sujeito à Indenização” e de R\$ 2.191.655 à título de atualização monetária, líquida de ajuste a valor presente, em contrapartida ao Resultado financeiro.

Em 10 de janeiro de 2023, foi proferida sentença de homologação judicial do referido acordo, sendo extinto o processo, com resolução de mérito. E, por fim, em 17 de janeiro de 2023, foi certificado o trânsito em julgado e o processo foi definitivamente arquivado.

Por entender, em conjunto com seus assessores jurídicos, que não há incidência de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS sobre os ganhos referentes à atualização da verba indenizatória recebida, a controlada CESP formalizou uma Solução de Consulta junto à Receita Federal do Brasil (“RFB”) a fim de confirmar tal entendimento. As Soluções de Consulta foram encaminhadas à RFB no mês de janeiro de 2023.

(i) Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)

Em 17 de agosto de 2023, a controlada CESP recebeu a resposta de Solução de Consulta, encaminhada à Receita Federal do Brasil (“RFB”), acerca da incidência ou não do IRPJ e da CSLL sobre o ganho referente a atualização da verba indenizatória decorrente do acordo judicial celebrado com a União Federal.

Na resposta à Solução de Consulta, a RFB pontuou que os juros moratórios, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (“SELIC”), incidentes sobre a verba indenizatória definida em acordo homologado judicialmente devem ser computados na apuração do lucro real tanto para fins de IRPJ quanto para CSLL.

Como consequência, em 15 de setembro de 2023 a controlada CESP realizou o pagamento no valor de R\$ 578.016 à título de IRPJ e CSLL, após a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e de créditos tributários. O total de despesa reconhecido no resultado de 2023 da controlada CESP foi de R\$ 912.430, sendo R\$ 608.660 relativo à despesa de IRPJ e CSLL correntes e R\$ 303.770 pela parcela dos tributos diferidos revertidos em razão da compensação sobre a base de cálculo.

(ii) Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)

Em 29 de setembro de 2023, a controlada CESP recebeu também a resposta da Solução de Consulta protocolada junto à RFB acerca da incidência ou não do PIS e da COFINS sobre o ganho referente a atualização dos valores decorrentes do referido acordo judicial celebrado com a União Federal.

Assim como na resposta à Solução de Consulta anterior, a RFB considerou que os juros moratórios equivalentes à taxa SELIC incidentes sobre verba indenizatória definida em acordo homologado judicialmente são receitas financeiras e devem ser computados na base de cálculo tanto para fins do PIS quanto da COFINS.

Como consequência, a controlada CESP reconheceu no resultado de 2023 o montante de R\$ 124.800 como despesa de PIS e COFINS incidente sobre os juros moratórios da verba indenizatória do acordo, em contrapartida ao passivo, que foram liquidados em 30 de outubro de 2023.

Apesar dos pagamentos dos referidos tributos, a controlada CESP, amparada por seus assessores jurídicos, mantém o entendimento da não incidência IRPJ/CSLL e PIS/COFINS sobre os ganhos referente à atualização da verba indenizatória e está se preparando para questionar judicialmente a decisão da RFB, com pleito de restituição dos valores pagos, em razão do entendimento diverso acerca da natureza dos montantes recebidos sobre a verba indenizatória decorrente do referido acordo judicial.

(c) Homologação de acordos judiciais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram homologados acordos judiciais nas esferas cível, ambiental e trabalhista na controlada CESP, que resultaram na reversão de provisão para litígios, gerando um efeito positivo no resultado, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, em contrapartida à rubrica “Provisão para litígios” no montante de R\$ 186.625 (R\$ 121.192, líquido dos efeitos tributários).

(d) Alteração do indexador dos fundos de pensão da controlada CESP administrados pela Vivest

Em 08 de maio de 2023, foi publicada a Portaria PREVIC nº 351, a qual aprovou a alteração do indexador dos fundos de pensão Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão – PSAP/CESP B1, CNPB nº 1979.0027-38, administrados pela Vivest, de forma a autorizar a mudança no índice de reajuste dos benefícios do plano do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (“IGP-DI”) para Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). A alteração aprovada pela PREVIC constituiu mais um passo da Companhia e sua controlada CESP na administração do passivo atuarial, visando um melhor equilíbrio na indexação entre os ativos e obrigações dos planos de pensão da CESP. A nova regra passou a valer a partir de 1º de junho de 2023, com um período de transição até janeiro de 2031, quando vencem as Notas do Tesouro Nacional – Sério C (“NTN-C”) do plano. A Companhia reavalia anualmente as premissas de passivo atuarial, sendo que para fins exclusivos dos efeitos da alteração do indexador aqui reportado no passivo atuarial registrado de acordo com o CPC 33, não existem impactos relevantes em 31 de dezembro de 2023 oriundos dessa alteração.

(e) Entrada em operação comercial Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

Em novembro de 2023 e janeiro de 2024, foi concluída a entrada em operação teste e comercial, respectivamente, das quatorze unidades geradoras com capacidade instalada de 48.118 kW, localizadas no município de Curral Novo do Piauí no estado do Piauí. Abaixo os despachos emitidos pela ANEEL:

| Despacho ANEEL | Data | Unidade Geradora e capacidade instalada | Fase da Operação |
|----------------|------------|-----------------------------------------|------------------|
| 4.158 | 31/10/2023 | UG1 a UG14 – 48.118 kW | Teste |
| 7 | 02/01/2024 | UG1 a UG14 – 48.118 kW | Comercial |

1.2.2 Principais eventos societários**(a) Aprovação e pagamento de dividendos adicionais**

O Conselho de Administração propôs, em 16 de fevereiro de 2023, para aprovação da Assembleia de Acionistas, a distribuição de dividendos em um montante total de R\$ 1.500.000, equivalentes a R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por ação. Tal proposta, foi deliberada e aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023, considerando: (i) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 635.169, equivalente a R\$ 0,635 centavos por ação, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício; e (ii) dividendo complementar, no montante de R\$ 864.831, correspondentes ao lucro retido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (reserva de retenção) equivalentes a R\$ 0,865 centavos por ação. Os dividendos foram pagos em 15 de maio de 2023, de acordo com as posições acionárias existentes no encerramento do pregão da B3 do dia 04 de maio de 2023 (data-base).

O Conselho de Administração, aprovou em reunião do referido órgão realizada em 21 de novembro de 2023, a distribuição de dividendos extraordinários, em um montante de R\$ 1.500.000, equivalentes a R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) por ação. Os dividendos foram pagos em 19 de dezembro de 2023, de acordo com as posições acionárias existentes no encerramento do pregão da B3 do dia 08 de dezembro de 2023 (data-base).

(b) Movimentação de dividendos a receber de investidas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram recebidos dividendos e juros sobre capital próprio conforme tabela abaixo:

| Controladas | Provisionados em2022 | Revertidos | Adicionais / JSCP deliberados | Intercalares / Intermediários deliberados | Recebidos | Obrigatórios | Provisionados em2023 |
|----------------------------------------------------|----------------------|-----------------|-------------------------------|-------------------------------------------|--------------------|---------------|----------------------|
| CESP Companhia Energética de São Paulo (i) | 970.450 | - | - | 1.529.548 | (2.499.998) | - | - |
| CBA Energia Participações S.A. (ii) | 20.308 | - | 55.256 | 17.188 | (92.752) | 2.027 | 2.027 |
| Pinheiro Machado Participações S.A. (iii) | - | - | - | 21.000 | (21.000) | - | - |
| Pollarix S.A. (iv) | 25.883 | (8.649) | 69.141 | 29.490 | (115.865) | - | - |
| Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A. (v) | 7.914 | - | - | - | (7.896) | 8.675 | 8.693 |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. (vi) | 83.347 | (76.808) | 4.388 | - | - | 20.833 | 31.760 |
| Ventos de Santo Estevão Holding S.A. | 764 | - | - | - | - | - | 764 |
| Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. | 47 | - | - | - | (47) | - | - |
| MRTV Energia S.A. | 10 | - | - | - | (10) | 245 | 245 |
| Saldo Final | 1.108.723 | (85.457) | 128.785 | 1.597.226 | (2.737.568) | 31.780 | 43.489 |

(i) CESP - Companhia Energética de São Paulo

Em 02 de junho de 2023, em Reunião do Conselho de Administração, foram deliberados dividendos intermediários, pela controlada CESP, no montante de R\$ 1.529.548, à conta de reserva de lucros, liquidados em 2023.

Do saldo de dividendos a receber após esta deliberação, R\$ 1.250.000 foram recebidos nos dias 30 de maio, 11 e 28 de julho de 2023. Em 22 de novembro de 2023, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$1.250.000, o qual aconteceu no dia 19 de dezembro de 2023.

(ii) CBA Energia Participações S.A.

Em 28 de abril e 04 de dezembro de 2023, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos adicionais, juros sobre capital próprio e dividendos intercalares, pela investida CBA Energia Participações S.A., no montante de R\$ 65.965, R\$ 16.948 e R\$ 25.000 respectivamente. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 10%, referente à participação de 66,67% das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 45.352, R\$ 11.652 e R\$ 17.188, respectivamente.

Em 05 de junho, foram recebidos juros sobre capital próprio no montante de R\$ 9.904 (líquido de efeitos tributários) e em 09 de junho, 24 de novembro e 19 de dezembro de 2023, dividendos nos montantes de R\$ 12.037, R\$ 53.623 e R\$ 17.188, respectivamente.

(iii) Pinheiro Machado Participações S.A.

Em 07 de junho e 22 de novembro de 2023, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos intermediários e intercalares pela investida Pinheiro Machado Participações S.A., no montante de R\$ 9.101 e R\$ 25.899. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 50%, referente à participação de 50% das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 5.460 e R\$ 15.540, recebidos em 07 de junho e 06 de dezembro de 2023 respectivamente.

(iv) Pollarix S.A.

Em 21 de julho de 2023, foram recebidos dividendos, no montante de R\$ 33.384, referente a dividendos mínimos obrigatórios e adicionais.

Em 02 de agosto, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos adicionais, pela investida Pollarix S.A., no montante de R\$ 96.798. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 25% até outubro de 2023, referente a participação de 66,67% das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 69.141.

Em 15 de dezembro de 2023, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos intercalares, pela investida Pollarix S.A., no montante de R\$ 37.127. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial de 93% a partir de novembro de 2023 referente a participação de 66,67% das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 29.490

Em 02 de agosto de 2023, houve reversão dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 8.649.

Do saldo de dividendos a receber após estas deliberações, o montante de R\$ 31.423 em 21 de setembro de 2023, e os montantes de R\$ 21.568 e R\$ 29.490 foram recebidos em 24 de novembro e 21 de dezembro respectivamente.

(v) Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Em 21 de julho de 2023, foram recebidos dividendos no montante de R\$ 7.896, referente aos dividendos mínimos obrigatórios destinados em 2022 e aprovados em Assembleia Geral Ordinária em 27 de abril de 2023.

(vi) Auren Comercializadora de Energia Ltda.

Em 04 de dezembro 2023, foi deliberada a reversão parcial dos dividendos destinados no exercício findo em 31 de dezembro 2022, no montante de R\$ 76.808. Como consequência o saldo remanescente a pagar à controladora Auren Energia é de R\$ 31.760.

(c) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas movimentações de capital social das controladas conforme tabela abaixo:

| | Data | Valor |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----------------|
| Controladas | | |
| Aumento (redução) de capital via transferência bancária | | |
| Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. | 2/2/2023 | 25.000 |
| Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. | 10/3/2023 | 2.500 |
| Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. | 10/3/2023 | 2.500 |
| MRTV Energia S.A. (i) | 15/3/2023 | (700) |
| Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. | 17/4/2023 | 10.000 |
| Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. | 3/5/2023 | 10.000 |
| Hélios IV Geração de Energia Ltda. | 21/7/2023 | 451 |
| | | 49.751 |
| Aumento (redução) de capital via transferência de ativos | | |
| MRTV Energia S.A. (i) | 17/5/2023 | 58.303 |
| Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. (“Ventos de São João Paulo II”) (i) | 17/5/2023 | (58.303) |
| Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. | 27/12/2023 | 4.868 |
| MRTV Energia S.A. (i) | 13/6/2023 | (28.876) |
| | | (24.008) |

- (i) Em virtude da reorganização societária envolvendo a controlada MRTV Energia S.A. (“MRTV”), em 26 de dezembro de 2022, houve a redução de capital da investida, no valor de R\$ 700, cujo efeito caixa se deu em 15 de março de 2023, após o término do prazo de oposição dos credores, sem ocorrência de manifestação. Em 17 de maio, ocorreu o aumento de capital no montante de R\$ 58.303, oriundo da cisão parcial da Ventos de São João Paulo II e consequente aporte da empresa Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A. (“Ventos de Santo Alfredo”) na MRTV. Em 13 de junho houve a segunda redução de capital da MRTV, sem efeito caixa, no montante de R\$ 28.876, após a qual a Companhia passou a deter 50% do capital da Ventos de Santo Alfredo.

(d) Constituição de joint-venture Auren e Telefônica Brasil S.A. (“Vivo”)

Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia por meio de sua controlada Auren Comercializadora firmou acordo de investimento junto à Vivo, para a constituição de uma joint-venture focada na comercialização de soluções customizadas em energia em todo o Brasil.

Ao associar o *know-how* da Auren na geração e comercialização de energia à capacidade de distribuição em escala da Vivo, a joint-venture pretende se posicionar no mercado livre de energia do Brasil, cuja abertura vem sendo implementada de forma gradativa e, a partir de janeiro de 2024, estará acessível a clientes do setor empresarial ligados à rede de alta tensão com demanda inferior a 500 kW. O potencial mercado de atuação da operação é estimado em cerca de 72 mil empresas, entre fábricas, escritórios e estabelecimentos comerciais.

A exploração deste novo potencial será o foco desta *joint-venture*, que irá atuar no segmento de empresas com demanda inferior à 500 kW, preparando-se, inclusive, para atuar no segmento de baixa tensão e residencial em um cenário de abertura total do mercado de eletricidade brasileiro.

A conclusão da operação está sujeita à obtenção das autorizações antitruste aplicáveis, sendo que apenas após tais autorizações a Auren e a Vivo constituirão a *joint-venture*, na qual cada uma deterá 50% de participação societária. Após a devida constituição, a nova empresa iniciará os procedimentos necessários para obtenção das respectivas licenças e autorizações para o desenvolvimento dos seus negócios, e contará com uma equipe própria e totalmente independente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, equivalentes às demonstrações financeiras padronizadas contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”), foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pela Comissão de valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee “IFRIC”, ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 07 de fevereiro de 2024, autorizando sua divulgação.

2.1.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Coligadas

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e incluem o ágio e a mais valia de ativos identificados na aquisição, líquido de qualquer eventual perda acumulada por *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

As controladas da Companhia integrantes dos complexos eólicos de Ventos do Piauí I, II e III possuem participação e controlam em conjunto os Consórcio Ventos do Piauí, Consórcio Ventos do Piauí II e Consórcio Ventos do Piauí III (“Consórcios”), respectivamente.

Os Consórcios têm por objeto a construção, a manutenção, a operação e o uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/elevadora, e a linha de transmissão, entre outros, que deverão servir a todas as Consorciadas.

(d) Empresas controladas incluídas na consolidação das demonstrações financeiras

| | 2023 | | 2022 | | Tipo de investimento | Local da sede | Atividade principal |
|---------------------------------------------------------------|---------------|-----------------|---------------|-----------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------------------------------------------|
| | Capital total | Capital votante | Capital total | Capital votante | | | |
| Geração eólica | | | | | | | |
| Complexo Eólico Ventos do Piauí I ("Piauí I"): | | | | | | | |
| Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Direto | São Paulo - Brasil | Holding |
| Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. (i) | 77,36% | 100% | 77,36% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. (i) | 84,96% | 100% | 84,96% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Consórcio Ventos do Piauí | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns |
| Complexo Eólico Ventos do Piauí II ("Piauí II"): | | | | | | | |
| Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (i) | 51% | 100% | 51% | 100% | Direto | Ceará - Brasil | Holding |
| Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A. | 50% | 0% | 50% | 0% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Angelo Energias Renováveis S.A. (i) | 51% | 100% | 100% | 100% | Direto | Ceará - Brasil | Holding |
| Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A. | 50% | 0% | 50% | 0% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A. | 50% | 0% | 50% | 0% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A. | 50% | 0% | 50% | 0% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de São Ciró Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (i) | 51% | 100% | 51% | 100% | Direto | Ceará - Brasil | Holding |
| Consórcio Ventos do Piauí II | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns |
| Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III"): | | | | | | | |
| Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. | 50% | 0% | 50% | 0% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. | 50% | 0% | 50% | 0% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. | 50% | 0% | 50% | 0% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Direto | Ceará - Brasil | Holding |
| Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A. | 50% | 0% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Consórcio Ventos do Piauí III | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns |
| Complexo Eólico Ventos do Araripe III ("Araripe III"): | | | | | | | |
| Ventos de Santo Estevão Holding S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Direto | São Paulo - Brasil | Holding |
| Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Geração hidrelétrica | | | | | | | |
| CESP - Companhia Energética de São Paulo | 100% | 100% | 40% | 94% | Direto | São Paulo - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Comercialização | | | | | | | |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | 100% | 100% | 0% | 0% | Direto | São Paulo - Brasil | Comercialização de energia elétrica |
| CESP Comercializadora de Energia S.A. | 100% | 100% | 40% | 94% | Indireto | São Paulo - Brasil | Comercialização de energia elétrica |
| Geração solar | | | | | | | |
| Complexo Solar Ventos do Piauí I ("UFV Piauí I"): | | | | | | | |
| Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. | 100% | 100% | 100% | 100% | Direto | Ceará - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Complexo Solar Sol de Jaíba: | | | | | | | |
| Jaíba V Holding S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | São Paulo - Brasil | Holding |
| Jaíba C Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Jaíba CE Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Jaíba CN Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Jaíba CO Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Jaíba CS Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Jaíba L1 Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Jaíba L2 Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Jaíba S Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Jaíba SO Energias Renováveis S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Minas Gerais - Brasil | Geração de energia elétrica |
| SF401 Participações Societárias S.A. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | São Paulo - Brasil | Holding |
| Outros | | | | | | | |
| MRTV Energia S.A. | 72,5% | 100% | 100% | 100% | Direto | São Paulo - Brasil | Comercialização de energia elétrica |
| Hélios I Geração de Energia Ltda. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Hélios II Geração de Energia Ltda. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Hélios III Geração de Energia Ltda. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Hélios V Geração de Energia Ltda. | 100% | 100% | 100% | 100% | Direto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Sol do Piauí II Geração de Energia Ltda. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Sol do Piauí III Geração de Energia Ltda. | 100% | 100% | 100% | 100% | Direto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |
| Sol do Piauí IV Geração de Energia Ltda. | 100% | 100% | 100% | 100% | Indireto | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |

(i) Nos exercícios findos em 2023, 2022 e 2021, a Companhia realizou operações de alienação de participação societária das investidas São Adeodato, Santa Albertina, Santo Anselmo, Santo Angelo, Santo Isidoro e MRTV, para as quais há cláusulas contratuais que garantem à Companhia o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidadas em 100%.

2.4 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações no CPC 32 / IAS 12 “Tributos sobre o lucro”

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2023, a alteração ao CPC 32 / IAS 12 a qual requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou um passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis não adotadas pela Companhia e suas controladas em 2023

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

- (i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;
- (ii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis – Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis;
- (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover *guidance* sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis;
- (iv) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

(c) **Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas**

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia e suas controladas:

| Pronunciamentos alterados | Natureza da alteração |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CPC 06 - Arrendamento | Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. |
| CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis | Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses. |
| CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação | Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. |

Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Internacional Sustainability Standards Board (“ISSB”) - IFRS S1 e IFRS S2

Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão internacional ISSB - IFRS S1 e S2:

- (i) IFRS S1 (*General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*) estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade;
- (ii) IFRS S2 (*Climate-related Disclosures*) tem foco nos riscos e oportunidades relacionados ao clima incorpora as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (“TCFD”) e métricas derivadas dos padrões *Sustainability Accounting Standards Board* (“SASB”) referem-se as aberturas nas demonstrações financeiras sobre informações materiais relacionadas a riscos e oportunidades em temas climáticos e de sustentabilidade.

| Pronunciamentos | Principais aspectos |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IFRS S1 | Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos |
| IFRS S2 | Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, que atendam à necessidade de informação dos investidores i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição |

As organizações poderão adotar a divulgação em caráter voluntário a partir de janeiro de 2024. A Administração da Companhia e suas controladas realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre os seus impactos, bem como as adequações necessárias em seus processos visando a adoção e divulgação dos novos pronunciamentos. A obrigatoriedade da divulgação nos relatórios de sustentabilidade, está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026, conforme estabelecido na Resolução 193.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

| Nota explicativa | Conta contábil |
|------------------|----------------------------------------------------------|
| 11 | Investimentos |
| 12 | Imobilizado |
| 13 | Intangível |
| 16 (b) | Imposto de renda e contribuição social diferidos |
| 17 | Contratos futuros de energia |
| 18 | UBP - Uso do bem público |
| 19 | Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos |
| 20 | Provisão de ressarcimento |
| 21 | Provisão para litígios |
| 22 | Benefícios pós-emprego |

4 Apresentação de informações por segmento de negócio

A Companhia divulga informações financeiras por segmentos operacionais, utilizados para tomada de decisão, os quais são segregados pelas seguintes linhas de áreas de atuação:

1. Geração eólica (complexos eólicos de Ventos do Piauí I, II e III e Ventos de Araripe III);
2. Geração hidrelétrica (CESP Geradora e outros ativos hidroelétricos nos quais a Companhia possui participação societária);
3. Comercialização (Auren Comercializadora e CESP Comercializadora); e
4. *Holding e Pipeline* (Auren e demais projetos em fase de estruturação e de construção).

(a) Demonstração do resultado e EBITDA Ajustado – Por segmento de negócio

| | 2023 | | | | | |
|---------------------------------------------------|----------------|----------------------|-----------------|-------------------------|----------------|------------------|
| | Geração eólica | Geração hidrelétrica | Comercialização | Holding + Pipeline (ii) | Eliminações | Consolidado |
| Receita líquida | 871.479 | 1.271.219 | 4.540.225 | 360 | (501.393) | 6.181.890 |
| Custo com energia elétrica | (80.509) | (276.792) | (4.164.175) | (420) | 501.393 | (4.020.503) |
| Custo com operação | (154.701) | (51.954) | - | (275) | - | (206.930) |
| Depreciação e amortização | (233.876) | (387.637) | - | - | - | (621.513) |
| Lucro bruto | 402.393 | 554.836 | 376.050 | (335) | - | 1.332.944 |
| Despesas gerais e administrativas | (17.078) | (76.921) | (150.864) | (154.638) | - | (399.501) |
| Depreciação e amortização | (6.376) | (2.696) | (2.940) | (43.750) | - | (55.762) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | (680) | 137.491 | (148.448) | 1.875 | 132.683 | 122.921 |
| Lucro (prejuízo) operacional | 378.259 | 612.710 | 73.798 | (196.848) | 132.683 | 1.000.602 |
| Depreciação e amortização | 240.252 | 390.333 | 2.940 | 43.750 | - | 677.275 |
| Constituição (reversão) de provisão para litígios | 17 | (140.084) | 344 | 42 | - | (139.681) |
| Contratos futuros de energia (i) | - | - | 146.085 | - | (132.683) | 13.402 |
| Dividendos recebidos | - | 229.617 | - | - | - | 229.617 |
| Baixa de ativos por ajuste de inventário | 1.596 | 10.696 | - | - | - | 12.292 |
| EBITDA Ajustado | 620.124 | 1.103.272 | 223.167 | (153.056) | - | 1.793.507 |
| Depreciação e amortização | | | | | | (677.275) |
| Outras adições (exclusões) e itens excepcionais | | | | | | (115.630) |
| Equivalência patrimonial | | | | | | 73.312 |
| Resultado financeiro líquido | | | | | | (238.007) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | (1.153.596) |
| Prejuízo do exercício | | | | | | (317.689) |

| | 2022 | | | | | |
|----------------------------------------------------------|----------------|----------------------|-----------------|--------------------|------------------|------------------|
| | Geração eólica | Geração hidrelétrica | Comercialização | Holding + Pipeline | Eliminações | Consolidado |
| Receita líquida | 550.751 | 1.705.142 | 4.072.836 | - | (813.023) | 5.515.706 |
| Custo com energia elétrica | (47.199) | (508.022) | (3.898.409) | - | 813.023 | (3.640.607) |
| Custo com operação | (112.002) | (58.522) | - | - | - | (170.524) |
| Depreciação e amortização | (162.040) | (399.452) | - | - | - | (561.492) |
| Lucro bruto | 229.510 | 739.146 | 174.427 | - | - | 1.143.083 |
| Despesas gerais e administrativas | (8.115) | (102.626) | (117.881) | (123.174) | - | (351.796) |
| Depreciação e amortização | (3.530) | (4.459) | (2.151) | (43.926) | - | (54.066) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 91.739 | 324.175 | 554.143 | (8.295) | (438.577) | 523.185 |
| Lucro (prejuízo) operacional | 309.604 | 956.236 | 608.538 | (175.395) | (438.577) | 1.260.406 |
| Depreciação e amortização | 165.570 | 403.911 | 2.151 | 43.926 | - | 615.558 |
| Contratos futuros de energia (i) | - | - | (605.683) | - | 438.577 | (167.106) |
| Constituição de provisão para litígios | - | (59.519) | - | - | - | (59.519) |
| Despesas com depósitos judiciais | - | 2.486 | - | - | - | 2.486 |
| Dividendos recebidos | - | 235.042 | - | - | - | 235.042 |
| Ganho pela migração benefícios pós-emprego | - | (20.148) | - | - | - | (20.148) |
| Reversão de impairment de ativo imobilizado e intangível | - | (230.924) | - | - | - | (230.924) |
| EBITDA Ajustado | 475.174 | 1.287.084 | 5.006 | (131.469) | - | 1.635.795 |
| Depreciação e amortização | | | | | | (615.558) |
| Outras adições (exclusões) e itens excepcionais | | | | | | 240.169 |
| Equivalência patrimonial | | | | | | 130.659 |
| Resultado financeiro líquido | | | | | | 1.662.275 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | (374.726) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | 2.678.614 |

- (i) A partir de 31 de março de 2023, a Companhia passou a apresentar o EBITDA Ajustado excluindo a marcação a mercado (“MtM”) dos contratos de compra e venda de energia, a qual está reconhecida na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, no segmento “Comercialização”. A marcação a mercado tem por objetivo incluir no EBITDA Contábil os efeitos positivos e negativos das negociações já firmadas com entrega futura de energia bem como os efeitos da exposição direcional. A nova forma de apresentação do EBITDA Ajustado, sem os efeitos da marcação a mercado, tem por objetivo representar de maneira mais fidedigna a performance e o desempenho corrente da Companhia pelo qual será possível identificar o resultado do período em curso sem deixar de identificar os efeitos futuros das negociações já realizadas bem como o efeito das variações de preços de mercado sobre a posição direcional *long* ou *short*. Cabe destacar que as informações referentes ao mesmo período do ano anterior foram igualmente ajustadas para fins de comparabilidade.
- (ii) A receita no segmento *Holding+Pipeline* deve-se a entrada em operação teste da empresa Sol do Piauí Geração de Energia Ltda., conforme nota 1.2.1 (g).

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas, no consolidado, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Contratos *wholesale*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física das Controladas da Companhia.

Operações de *trading*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da compra de energia a mercado.

Contratos regulados: representados por contratos de venda de energia firmados nos leilões do ambiente regulado.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as diferenças entre recurso e requisito de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

| | 2023 | | Consolidado | |
|---------------------------------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | MWh (*) | R\$ Mil | MWh (*) | R\$ Mil |
| Receita bruta | | | | |
| Venda de energia | | | | |
| Contratos <i>Wholesale</i> | 5.671.896 | 1.121.962 | 6.170.217 | 1.558.758 |
| Operações de <i>trading</i> | 18.846.996 | 2.925.682 | 10.491.948 | 2.262.571 |
| Partes relacionadas (Nota 23) | 5.780.684 | 1.713.590 | 3.908.186 | 1.324.601 |
| Contratos regulados | 4.319.554 | 1.169.583 | 4.342.907 | 1.104.336 |
| Provisão de ressarcimento | - | (40.828) | - | (59.266) |
| Energia de curto prazo – CCEE | - | 63.666 | - | 43.467 |
| | 34.619.130 | 6.953.655 | 24.913.258 | 6.234.467 |
| Outras receitas (despesas) | | | | |
| Suprimento em regime de cotas - UHE Paraibuna | - | 32.584 | - | 18.850 |
| Venda de crédito de carbono | - | 21.759 | - | 4.385 |
| Serviços - Partes relacionadas (Nota 23) | - | 3.505 | - | 3.059 |
| Outras receitas | - | 6.189 | - | 6.882 |
| | - | 64.037 | - | 33.176 |
| | 34.619.130 | 7.017.692 | 24.913.258 | 6.267.643 |
| Deduções sobre a receita bruta | | | | |
| PIS e COFINS sobre receitas operacionais | - | (595.302) | - | (540.367) |
| ICMS sobre receitas operacionais | - | (165.222) | - | (145.345) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos | | | | |
| Hídricos – CFURH | - | (52.174) | - | (40.043) |
| Pesquisa e Desenvolvimento – P&D | - | (12.675) | - | (17.110) |
| Quota para a Reserva Global de Reversão – RGR | - | - | - | (1.321) |
| Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – | | | | |
| TFSEE | - | (10.032) | - | (7.368) |
| Imposto sobre serviços – ISS | - | (397) | - | (383) |
| | - | (835.802) | - | (751.937) |
| Receita líquida | 34.619.130 | 6.181.890 | 24.913.258 | 5.515.706 |

(*) MWh Megawatt-hora, não auditado.

6 Custos e despesas

| | 2023 | | | | | Consolidado |
|---------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|--------------------|-----------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| | Custo com energia elétrica (Nota 6.1) | Custo com operação | Despesas gerais e administrativas | Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | Total | 2022 |
| | | | | | Total | Total |
| Energia comprada | (3.743.468) | - | - | - | (3.743.468) | (3.394.115) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (277.035) | - | - | - | (277.035) | (246.492) |
| Depreciação e amortização | - | (621.513) | (20.296) | - | (641.809) | (580.092) |
| Amortização de mais valia | - | - | - | (35.466) | (35.466) | (35.466) |
| Pessoal | - | (23.005) | (215.335) | - | (238.340) | (202.597) |
| Pessoal | - | (23.005) | (215.335) | - | (238.340) | (202.597) |
| Materiais | - | (3.799) | (2.901) | - | (6.700) | (5.184) |
| Materiais | - | (3.799) | (2.901) | - | (6.700) | (5.184) |
| Serviços | - | (147.955) | (144.271) | - | (292.226) | (251.080) |
| Serviços de terceiros | - | (28.566) | (138.601) | - | (167.167) | (162.409) |
| Serviços de manutenção e conservação | - | (11.035) | (5.670) | - | (16.705) | (13.358) |
| Serviços de operação e manutenção - Parques eólicos | - | (108.354) | - | - | (108.354) | (75.313) |
| Outros | - | (32.171) | (36.994) | (4.226) | (73.391) | (63.259) |
| Aluguéis e arrendamentos | - | (14.850) | (3.022) | - | (17.872) | (15.447) |
| Seguros | - | (9.412) | (11.035) | - | (20.447) | (17.948) |
| Impostos, taxas e contribuições | - | (2.382) | (3.659) | - | (6.041) | (5.964) |
| Outras despesas líquidas | - | (5.527) | (19.278) | (4.226) | (29.031) | (23.900) |
| Demais (despesas) receitas | - | - | - | 127.147 | 127.147 | 522.985 |
| Baixa de ativos disponíveis para venda | - | - | - | (50) | (50) | - |
| Baixa de imobilizado e direito de uso dos contratos de arrendamento | - | - | - | (11.174) | (11.174) | - |
| Baixa de ativos não indenizáveis pela União | - | - | - | - | - | (634.614) |
| Contratos futuros de energia | - | - | - | (13.402) | (13.402) | 167.106 |
| Reversão (provisão) para litígios (i) | - | - | - | 137.255 | 137.255 | 59.519 |
| Indenização de seguros | - | - | - | - | - | 93.405 |
| Reversão (provisão) de impairment de ativo imobilizado e intangível | - | - | - | - | - | 230.924 |
| Valor de liquidação antecipada de contrato | - | - | - | - | - | (54.000) |
| Ganho na venda de ativo imobilizado | - | - | - | 7.280 | 7.280 | - |
| Ganho na migração benefícios pós emprego | - | - | - | - | - | 20.148 |
| Recuperação de tributos | - | - | - | 2.201 | 2.201 | 9.962 |
| Baixa de depósitos judiciais | - | - | - | 2.426 | 2.426 | (2.486) |
| Reversão (provisão) para obrigações socioambientais | - | - | - | 2.611 | 2.611 | (1.593) |
| Reversão de impairment de ativos indenizáveis pela União | - | - | - | - | - | 634.614 |
| | (4.020.503) | (828.443) | (419.797) | 87.455 | (5.181.288) | (4.255.300) |

| | 2023 | | | Controladora |
|---------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------------------|------------------|------------------|
| | Despesas gerais e administrativas | Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | Total | 2022 |
| | | | Total | Total |
| Depreciação e amortização | (8.282) | - | (8.282) | (8.460) |
| Pessoal | (134.703) | - | (134.703) | (57.341) |
| Pessoal | (134.703) | - | (134.703) | (57.341) |
| Materiais | (867) | - | (867) | (1.106) |
| Materiais | (867) | - | (867) | (1.106) |
| Serviços | (38.223) | - | (38.223) | (48.942) |
| Serviços de terceiros | (36.577) | - | (36.577) | (44.349) |
| Serviços de manutenção e conservação | (1.646) | - | (1.646) | (4.593) |
| Outros | (19.500) | 2.741 | (16.759) | (17.758) |
| Aluguéis e arrendamentos | (1.709) | - | (1.709) | (2.554) |
| Impostos, taxas e contribuições | (1.579) | - | (1.579) | (1.092) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | (16.212) | 2.741 | (13.471) | (14.112) |
| | (201.575) | 2.741 | (198.834) | (133.607) |

(i) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisão, conforme acordos homologados detalhados na Nota 1.2.1 (c).

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Energia comprada e encargos de uso da rede elétrica

| | Consolidado | |
|------------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| | 2023 | 2022 |
| Energia comprada | | |
| Energia comprada para revenda | (6.362) | (534.324) |
| Operações de <i>trading</i> | (3.278.169) | (2.512.280) |
| Partes relacionadas – <i>trading</i> (Nota 23) | (374.891) | (278.292) |
| Serviços de operação – <i>trading</i> | (17.785) | (28.598) |
| Prêmio repactuação do risco hidrológico | (30.524) | (28.852) |
| Energia de curto prazo – CCEE | (27.882) | (8.716) |
| Outros custos | (7.855) | (3.053) |
| | <u>(3.743.468)</u> | <u>(3.394.115)</u> |
| Uso da rede elétrica | | |
| Encargos de uso da rede elétrica | (277.035) | (246.492) |
| | <u>(4.020.503)</u> | <u>(3.640.607)</u> |

7 Resultado financeiro líquido

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--------------------|--------------------|-----------------|-----------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receitas financeiras | | | | | |
| Atualização monetária de ativos indenizáveis pela União | 10 | 262.264 | 2.421.617 | - | - |
| Rendimento sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva | | 532.479 | 367.828 | 93.001 | 168.659 |
| Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas | | 25.002 | 32.913 | 24.867 | 35.369 |
| Juros sobre capital próprio | 23 | 11.652 | - | 11.652 | - |
| Atualização monetária sobre depósitos judiciais | | 12.770 | 13.907 | 13 | - |
| Reversão do ajuste a valor presente pela securitização | 10 | 218.444 | - | - | - |
| Reversão sobre atualização monetária sobre provisão para litígios | 21 (a) | 4.279 | 5.241 | - | - |
| Realização de ajuste a valor presente dos ativos indenizáveis | 10 | 11.518 | 1.860 | - | - |
| Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento | 20 (c) | 1.996 | 1.094 | - | - |
| Instrumento financeiro - <i>Hedge</i> financeiro importação | | 4.516 | - | 4.510 | - |
| Outras receitas financeiras | | 8.039 | 9.286 | 16.291 | 432 |
| (-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro - Indenização de Três Irmãos | 1.2.1 (b) | (124.800) | - | - | - |
| (-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro - demais itens | | (22.670) | (13.740) | (6.946) | (7.989) |
| | | <u>945.489</u> | <u>2.840.006</u> | <u>143.388</u> | <u>196.471</u> |
| Despesas financeiras | | | | | |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (i) | | (392.416) | (314.991) | (62.896) | (42.294) |
| Atualização monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 14 (c) | (212.843) | (177.932) | - | - |
| Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União | 10 | - | (231.822) | - | - |
| Resilição contratual bancária | | - | (27.999) | - | (27.999) |
| Atualização monetária sobre provisão para litígios | 21 (a) | (46.119) | (102.310) | - | - |
| Atualização do saldo de benefícios pós-emprego | 22 | (175.163) | (159.869) | - | - |
| Custo financeiro da securitização | 10 | (236.595) | - | - | - |
| Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas | | (12.428) | (23.470) | (11.836) | (19.501) |
| Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento | 20 (c) | (15.221) | (13.293) | - | - |
| Instrumento financeiro - <i>Hedge</i> financeiro importação | | (8.715) | - | (8.664) | - |
| Encargo sobre operações de desconto | | - | (45.976) | - | - |
| Apropriação de custos de captações | 14 (c) | (16.934) | (13.108) | (1.728) | (619) |
| Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais | | (2.928) | (2.497) | - | - |
| Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos | 19 (b) | (21.643) | (17.615) | - | - |
| Atualização monetária sobre acordos judiciais | | (501) | (3.705) | - | - |
| Ajuste a valor presente sobre UBP | | (3.754) | (5.400) | - | - |
| Atualização monetária sobre fornecedores | | (11.834) | (5.383) | (6.452) | (5.383) |
| Outras despesas financeiras | | (26.402) | (32.361) | (4.741) | (1.491) |
| | | <u>(1.183.496)</u> | <u>(1.177.731)</u> | <u>(96.317)</u> | <u>(97.287)</u> |
| | | <u>(238.007)</u> | <u>1.662.275</u> | <u>47.071</u> | <u>99.184</u> |

(i) O montante total de juros sobre empréstimos e financiamentos, relativo ao exercício findo 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 393.635 (R\$ 360.073 em 31 de dezembro de 2022). Desse total, o montante de R\$ 1.962 (R\$ 45.082 em 31 de dezembro de 2022) foi capitalizado ao imobilizado em construção.

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva

(a) Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações compreendem títulos públicos, indexados à taxa de depósito interbancário.

| | Consolidado | | Controladora | |
|----------------------------------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Caixa | | | | |
| Caixa e bancos | 29.510 | 26.524 | 180 | 170 |
| | 29.510 | 26.524 | 180 | 170 |
| Equivalentes de caixa | | | | |
| Certificados de Depósitos Bancários – CDBs | 1.590.190 | 1.789.167 | 224.562 | 828.529 |
| Quotas de fundos de investimento (a) | 1.618.694 | 1.310.268 | 352.973 | 222.267 |
| | 3.208.884 | 3.099.435 | 577.535 | 1.050.796 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.238.394 | 3.125.959 | 577.715 | 1.050.966 |
| Aplicações financeiras | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFTs | - | 105.347 | - | - |
| | - | 105.347 | - | - |
| Fundo de liquidez - Conta reserva (i) | | | | |
| Circulante | 7.827 | 6.840 | - | - |
| Não circulante | 182.616 | 147.293 | - | - |
| | 190.443 | 154.133 | - | - |
| | 3.428.837 | 3.385.439 | 577.715 | 1.050.966 |

Em 31 de dezembro de 2023, os CDBs possuem taxa de remuneração entre 90,00% e 103,58% do CDI (99% e 104% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

- (i) Os contratos de financiamento dos parques eólicos Ventos do Piauí I, II e III e Araripe III, que possuem como obrigação a conta reserva como garantia, exigem a manutenção do fundo de liquidez correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço de operação e manutenção. Para o projeto solar Sol de Jaíba, o fundo de liquidez é composto previamente a cada parcela de desembolso e deverá ser mantido durante todo o prazo de vigência dos contratos de financiamentos.

(a) Quotas de fundo de investimento

| | Consolidado | | Controladora | |
|-----------------------------------------|-------------|-----------|--------------|---------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Quotas de fundos de investimento | | | | |
| Operações compromissadas | 830.859 | 772.897 | 239.592 | 124.210 |
| Títulos públicos | 787.835 | 537.371 | 113.381 | 98.057 |
| | 1.618.694 | 1.310.268 | 352.973 | 222.267 |

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim, Fundo Aquilae e outros fundos exclusivos da Companhia e suas subsidiárias e, por esse motivo, seus saldos estão sendo consolidados nessas demonstrações financeiras. As operações são compostas substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 99,91% CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (100,31% CDI em 31 de dezembro de 2022).

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

| | Consolidado | | Controladora | |
|------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Rating local | | Rating local | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| AAA | 3.428.753 | 3.282.901 | 577.715 | 948.780 |
| AA | 84 | 102.524 | - | 102.186 |
| Sem rating | - | 14 | - | - |
| | 3.428.837 | 3.385.439 | 577.715 | 1.050.966 |

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação, foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Pós Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

a) Composição

| | Consolidado | |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 |
| Operações de trading | 330.700 | 217.145 |
| Contratos bilaterais | 176 | 140.463 |
| Partes relacionadas (Nota 23) | 152.956 | 114.689 |
| Leilões de Energia Hídrica | 116.786 | 71.962 |
| Leilões de Energia Eólica | 57.488 | 58.245 |
| Energia de curto prazo – CCEE | 21.370 | 15.356 |
| | 679.476 | 617.860 |

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Vencimentos de contas a receber

| | Consolidado | |
|---------------------------|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 |
| A vencer | 673.453 | 612.692 |
| Vencidos até 3 meses | 3.196 | 2.540 |
| Vencidos de 3 a 6 meses | 379 | - |
| Vencidos acima de 6 meses | 2.448 | 2.628 |
| | 679.476 | 617.860 |

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Ativos indenizáveis pela União

| | Consolidado | |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 |
| Saldo no início do exercício | 3.909.017 | - |
| Reclassificação de ativos sujeito à indenização | - | 1.717.362 |
| Atualização de acordo de ativos indenizáveis (i) | 262.264 | 2.421.617 |
| Constituição de ajuste a valor presente sobre valores a receber | - | (231.822) |
| Realização de ajuste a valor presente (Nota 7) | 11.518 | 1.860 |
| Acordo homologado a receber atualizado | 4.182.799 | 3.909.017 |
| Reversão do ajuste a valor presente pela securitização (Nota 1.2.1 (a)) (Nota 7) | 218.444 | - |
| Recebimento de acordo pela securitização (Nota 1.2.1 (a)) | (4.164.648) | - |
| Custo financeiro da securitização (Nota 1.2.1 (a)) (Nota 7) | (236.595) | - |
| Saldo no final do exercício | - | 3.909.017 |
| Circulante | - | 161.856 |
| Não circulante | - | 3.747.161 |
| Acordo homologado a receber atualizado | - | 3.909.017 |

(i) A atualização realizada pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

11 Investimentos**Política contábil**

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

Impairment de investimentos (ágio)

Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") para fins de teste de *impairment*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi concluída a revisão da mensuração do valor recuperável dos ativos, com base nas premissas detalhadas abaixo, e não foram identificados indicativos de *impairment*.

Premissas utilizadas no teste de *impairment* – Ágio Ventos de Santo Estevão Holding

O ágio registrado refere-se à Autorização Aneel e ao PPA - *Power Purchase Agreement* (Nota 13). O cálculo do valor justo da controlada Estevão Holding foi baseado no método do fluxo de caixa descontado ("DCF"), na data-base de 30 de setembro de 2023. Considerou-se taxa de desconto em termos reais, com efeitos inflacionários de 7,81 % a.a. *pre-tax*.

| Item | Premissas |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Premissa geral | Foram considerados o Forecast 2023-2049 da Companhia; Negócios: as projeções foram efetuadas para cada SPE até o final do período de autorização emitida pela ANEEL, sem renovação ao final do período. |
| Receitas brutas | Para cada SPE: Receita bruta = volume de energia x preço médio; Volumes: considerou-se a produção anual certificada com probabilidade de ocorrência maior ou igual a 50% |
| Impostos e deduções | Foram projetados com base nas alíquotas do regime de lucro presumido. |
| Depreciação | Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média de 4% a.a. |
| Opex | Foram considerados 100% fixos com a receita, variando somente com inflação projetada. |
| Capex | Projeção capex imobilizado e intangível: considerou-se somente o orçamento da Administração. |

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas utilizadas no teste de *impairment* – Ágio CESP

O ágio registrado refere-se aos ativos imobilizados da controlada CESP das classes Terras e Terrenos, Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias e Reservatórios, Barragens e Aduadoras (Nota 12). O cálculo do valor justo da controlada CESP foi baseado no método do fluxo de caixa descontado (“DCF”), na data-base de 30 de setembro de 2023. Considerou-se taxa de desconto em termos reais, com efeitos inflacionários de 7,81 % a.a. *pre-tax*.

| Item | Premissas |
|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Premissa geral | Projeções preparadas com base no plano de negócios da Companhia, considera cenário mais provável na visão da Administração; Negócios: foram considerados os negócios existentes (crescimento orgânico, sem aquisições), somente relacionados ao contrato de concessão atualmente vigente e firmado pela CESP (33,3 anos), sem prorrogação ou perpetuidade. |
| Receitas brutas | Receita bruta = volume de energia x preço de energia. Volumes: considerou-se somente a garantia física, líquida do efeito do GSF. IR/CS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais; |
| Impostos e deduções | Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): – PIS / COFINS: 9,25% – P&D: 1,0% – Compensação Financeira (CFURH): 7,0% sobre a produção bruta de energia elétrica em MWh multiplicado pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), conforme Decreto nº 3.739. – Uso do Bem Público (UBP) 2,5% – Taxa de Fiscalização (TFSEE): 0,4% |
| Depreciação | Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil, (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear. |
| Opex | Foram segregadas em despesas fixas e variáveis na data-base conforme análise do histórico e natureza de cada conta; Compra de energia: projetada conforme contratos existentes e a exposição de energia adicional necessária, conforme premissas da controlada CESP. |
| Capex | O montante total projetado foi alocado entre imobilizado e intangível com base na média histórica dos saldos das contas de imobilizado e intangível. |

Premissas utilizadas no teste de *impairment* – Ágio Auren Comercializadora

O ágio registrado refere-se à incorporação reversa da VGE, na qual houve a avaliação a valor justo dos ativos os quais contemplavam a controlada Auren Comercializadora Ltda. (Nota 13). O cálculo do valor justo da controlada Auren Comercializadora foi baseado no método do fluxo de caixa descontado (“DCF”), na data-base de 30 de setembro de 2023. Considerou-se taxa de desconto em termos reais, com efeitos inflacionários de 7,81 % a.a. *pre-tax*.

| Item | Premissas |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Premissa geral | Projeções preparadas com base no plano de negócios fornecido pela Companhia, considera cenário mais provável na visão da Administração; Negócios: foram considerados os negócios existentes. Receita bruta = volume de energia x preço de energia. |
| Receitas brutas | Receita bruta = volume de energia x preço de energia. IR/CS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais; |
| Impostos e deduções | Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): – PIS / COFINS: 9,25%. |
| Depreciação | Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil, (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear. |
| Opex | Foram segregadas em despesas fixas e variáveis na data-base conforme análise do histórico e natureza de cada conta; Compra de energia: projetada conforme contratos existentes e a exposição de energia adicional necessária, conforme premissas fornecidas pela administração da Auren Comercializadora. |
| Capex | O montante total projetado foi alocado entre imobilizado e intangível com base na média histórica dos saldos das contas de imobilizado e intangível. |

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas utilizadas no teste de *impairment* – Ágio CBA Energia e Pollarix

O ágio testado das coligadas CBA Energia e Pollarix refere-se aos valores contabilizados na VGE, os quais com a incorporação reversa passaram a compor o saldo de investimentos da Companhia. O cálculo do valor justo das investidas foi baseado no método do fluxo de caixa descontado (“DCF”), na data-base de 30 de setembro de 2023. Considerou-se taxa de desconto em termos reais, com efeitos inflacionários de 7,81 % a.a. *pre-tax*.

| Item | Premissas |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Premissa geral | Projeções preparadas com base no plano de negócios fornecido pela Administração da CBA Energia e Pollarix, considera cenário mais provável na visão da Administração; Negócios: foram considerados os negócios existentes (crescimento orgânico, sem aquisições), somente relacionados aos contratos de concessão atualmente vigentes e firmados pelas investidas: – CBA Energia (18,3 anos em média), sem prorrogação ou perpetuidade. UGCs testadas: Baesa – Energética Barra Grande S.A. e Enercan – Campos Novos Energia S.A. – Pollarix (19,9 anos em média), sem prorrogação ou perpetuidade. UGCs testadas: L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.; L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.; e L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (Pollarix S.A.) |
| Receitas brutas | Receita bruta = volume de energia x preço de energia. Volumes: considerou-se somente a garantia física, líquida do efeito do GSF. |
| Impostos e deduções | IR/CS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais; Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): – PIS / COFINS: 9,25% |
| Depreciação | Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil, (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear. Foram segregadas em despesas fixas e variáveis na data-base conforme análise do histórico e natureza de cada conta; |
| Opex | Compra de energia: projetada conforme contratos existentes e a exposição de energia adicional necessária, conforme premissas fornecidas pela administração da CBA Energia e Pollarix. |
| Capex | O montante total projetado foi alocado entre imobilizado e intangível com base na média histórica dos saldos das contas de imobilizado e intangível. |

Premissas utilizadas no teste de *impairment* – Ágio Way2, Aquarela e Flora

O ágio registrado refere-se à aquisição dos investimentos realizados pela controlada Auren Comercializadora. O cálculo do valor justo das investidas foi baseado no método do fluxo de caixa descontado (“DCF”), na data-base de 30 de setembro de 2023. Considerou-se taxa de desconto em termos reais, com efeitos inflacionários de 7,81 % a.a. *pre-tax*.

| Item | Premissas |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Premissa geral | Projeções preparadas com base no plano de negócios fornecido pela Administração Way2, Aquarela e Flora, considera cenário mais provável na visão da Administração; |
| Receitas brutas | Receita bruta de serviços. IR/CS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais; |
| Impostos e deduções | Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): – PIS / COFINS: 9,25% |
| Depreciação | Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil, (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear. Foram segregadas em despesas fixas e variáveis na data-base conforme análise do histórico e natureza de cada conta; |
| Opex | |
| Capex | O montante total projetado foi alocado entre imobilizado e intangível com base na média histórica dos saldos das contas de imobilizado e intangível. |

a) Composição

| | Consolidado | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------------|---------------------------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Informações em 31 de dezembro de 2023 | | | | Resultado de equivalência patrimonial | | Saldo | |
| | Patrimônio líquido | Lucro líquido (prejuízo) do exercício | Percentual de participação total (%) | Percentual de participação votante (%) | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Investimentos avaliados por equivalência patrimonial | | | | | | | | |
| Coligadas | | | | | | | | |
| CBA Energia Participações S.A. (i) | 367.781 | 125.759 | 66,67 | - | 86.660 | 76.116 | 249.803 | 227.723 |
| Pollarix S.A. (i) | 311.973 | 68.627 | 66,67 | - | 47.658 | 114.612 | 219.944 | 262.264 |
| Pinheiro Machado Participações S.A. (i) | 41.019 | 35.274 | 50,00 | - | 21.164 | 18.118 | 21.516 | 23.590 |
| WAY2 Serviços de Tecnologia S.A. | 11.788 | 3.664 | 50,00 | 50,00 | 1.832 | (1.389) | 5.894 | 4.065 |
| Aquarela Inovação Tecnológica do Brasil S.A. | 1.906 | (2.001) | 28,27 | 28,27 | (566) | (599) | 539 | 1.104 |
| Flora Energia Renovável Inteligente S.A. | 3.847 | (3.295) | 10,50 | 10,50 | (346) | (33) | 404 | 707 |
| Mais valia | | | | | | | | |
| CBA Energia Participações S.A. (ii) | | | | | (19.057) | (17.469) | 222.588 | 241.645 |
| Pollarix S.A. (ii) | | | | | (51.201) | (46.935) | 640.090 | 691.291 |
| WAY2 Serviços de Tecnologia S.A. | | | | | (1.192) | (1.091) | 11.917 | 13.109 |
| Pinheiro Machado Participações S.A. (ii) | | | | | (11.640) | (10.671) | 99.922 | 111.562 |
| Ágio | | | | | | | | |
| CBA Energia Participações S.A. | | | | | - | - | 316.249 | 316.249 |
| Pollarix S.A. | | | | | - | - | 231.134 | 231.135 |
| WAY2 Serviços de Tecnologia S.A. | | | | | - | - | 22.892 | 22.892 |
| Aquarela Inovação Tecnológica do Brasil S.A. | | | | | - | - | 8.155 | 8.155 |
| Flora Energia Renovável Inteligente S.A. | | | | | - | - | 6.260 | 6.260 |
| | | | | | 73.312 | 130.659 | 2.057.307 | 2.161.751 |

- (i) A participação refere-se à 100% das ações preferenciais detidas pela Companhia, motivo pelo qual esses investimentos não são consolidados.
- (ii) Refere-se ao ajuste a valor justo dos ativos incorporados pela Auren referente ao direito de concessão de investimentos hidrelétricos, com relação à mais valia das investidas CBA Energia, Pollarix e Pinheiro Machado, e está sendo amortizado pelos prazos de concessão de cada usina detida pelas empresas.

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Controladora | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | Informações em 31 de dezembro de 2023 | | | | Resultado de equivalência patrimonial | | | |
| | Patrimônio líquido | Lucro líquido (prejuízo) do exercício | Percentual de participação total (%) | Percentual de participação votante (%) | | | Saldo | |
| | | | | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Investimentos avaliados por equivalência patrimonial | | | | | | | | |
| Controladas | | | | | | | | |
| CESP - Companhia Energética de São Paulo | 7.961.184 | (449.371) | 100,00 | 100,00 | (449.371) | 2.440.370 | 7.961.184 | 10.141.328 |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. (i) | 680.472 | 83.333 | 100,00 | 100,00 | 170.904 | 109.864 | 478.582 | 256.046 |
| Jaíba V Holding S.A. (ii) | - | - | 100,00 | 100,00 | - | (1.299) | - | - |
| Hélio IV Geração de Energia Ltda. | - | (6.705) | 100,00 | 100,00 | (6.705) | (13.663) | - | 4.357 |
| Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. | 61.175 | (10.424) | 100,00 | 100,00 | (10.424) | 291 | 61.175 | 26.598 |
| MRTV Energia S.A. (iii) | 30.546 | 1.033 | 72,50 | 72,50 | 1.033 | 45 | 30.546 | 1.030 |
| Ventos do Araripe III | | | | | | | | |
| Ventos de Santo Estevão Holding S.A. | 549.528 | 39.880 | 100,00 | 100,00 | 39.880 | 48.259 | 549.528 | 509.648 |
| Ventos do Piauí I | | | | | | | | |
| Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. | 356.506 | 36.527 | 100,00 | 100,00 | 36.527 | 33.243 | 356.506 | 328.656 |
| Ventos do Piauí II | | | | | | | | |
| Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (iii) | 100.114 | (3.483) | 51,00 | 51,00 | (3.485) | (4.040) | 100.113 | 103.597 |
| Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A. | 56.956 | (2.624) | 50,00 | 50,00 | (1.312) | (1.809) | 28.478 | 29.791 |
| Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. (iii) | 90.418 | (3.310) | 51,00 | 51,00 | (3.310) | (5.153) | 90.418 | 93.728 |
| Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A. | 53.569 | (1.907) | 50,00 | 50,00 | (953) | (1.825) | 26.784 | 27.738 |
| Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A. | 47.376 | (2.474) | 50,00 | 50,00 | (1.237) | (1.388) | 23.688 | 24.925 |
| Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A. | 48.010 | (3.836) | 50,00 | 50,00 | (1.918) | (1.293) | 24.005 | 25.923 |
| Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (iii) | 26.204 | (358) | 51,00 | 51,00 | (358) | (2.063) | 26.204 | 26.562 |
| Ventos do Piauí III | | | | | | | | |
| Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. | 44.707 | (3.452) | 50,00 | 50,00 | (1.725) | (4.264) | 22.353 | 21.581 |
| Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. | 54.911 | (4.902) | 50,00 | 50,00 | (2.451) | (3.130) | 27.456 | 27.407 |
| Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A. (Nota 1.2.2 (c)) | 60.935 | (791) | 50,00 | 50,00 | 1.592 | - | 30.468 | - |
| Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. | 41.497 | (1.383) | 50,00 | 50,00 | (692) | (2.411) | 20.749 | 21.441 |
| Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. | 113.490 | (5.700) | 100,00 | 100,00 | (5.700) | (8.072) | 113.490 | 172.624 |
| Coligadas | | | | | | | | |
| Pollarix S.A. (iv) | 311.973 | 68.627 | 66,67 | 66,67 | 47.658 | 114.612 | 219.944 | 262.264 |
| CBA Energia Participações S.A. (iv) | 364.833 | 125.759 | 66,67 | 66,67 | 86.660 | 76.116 | 249.803 | 227.723 |
| Pinheiro Machado Participações S.A. (iv) | 41.019 | 35.274 | 50,00 | 50,00 | 21.164 | 18.118 | 21.516 | 23.590 |
| Mais valia | | | | | | | | |
| Ventos de Santo Estevão Holding S.A. | - | - | - | - | (5.760) | (5.759) | 81.521 | 87.281 |
| CESP - Companhia Energética de São Paulo | - | - | - | - | (29.704) | (26.702) | 40.056 | 69.760 |
| Pollarix S.A. | - | - | - | - | (51.201) | (46.935) | 640.090 | 691.291 |
| CBA Energia Participações S.A. | - | - | - | - | (19.057) | (17.469) | 222.588 | 241.645 |
| Pinheiro Machado Participações S.A. | - | - | - | - | (11.640) | (10.671) | 99.922 | 111.562 |
| Ágio | | | | | | | | |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | - | - | - | - | - | - | 420.969 | 420.969 |
| CBA Energia Participações S.A. | - | - | - | - | - | - | 316.249 | 316.249 |
| Pollarix S.A. | - | - | - | - | - | - | 231.134 | 231.135 |
| | | | | | (201.585) | 2.682.972 | 12.515.519 | 14.526.449 |

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O resultado de equivalência patrimonial na Auren Comercializadora não reflete o percentual de participação, pois há o expurgo dos lucros não realizados referente a marcação a mercado dos contratos futuros de energia no montante de R\$ 87.571, líquido dos impostos diferidos de R\$ 45.112, totalizando R\$ 132.683 (R\$ 438.577, líquido dos impostos diferidos de R\$ 149.116, totalizando R\$ 289.461 em 31 de dezembro de 2022).
- (ii) Em decorrência da reorganização societária ocorrida em 12 de dezembro de 2022, a Jaíba V Holding S.A. deixou de ser controlada direta da Auren e passou a ser controlada direta da CESP.
- (iii) Houve a alienação parcial de participação dessas investidas. Porém cláusulas contratuais garantem à Companhia o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidados em 100%.
- (iv) Os resultados de equivalência patrimonial registrado na Companhia não conciliam com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2023 e 2022, devido ao cálculo de equivalência patrimonial considerar a desproporcionalidade dos dividendos: (a) CBA Energia, que determina o pagamento de dividendos 10% superior para as ações preferenciais; (b) Pollarix que determina o pagamento de dividendos 25% superior para as ações preferenciais até outubro de 2023 e de 93% a partir de novembro de 2023 decorrente do novo acordo de acionistas; e (c) Pinheiro Machado que determina o pagamento de dividendos 50% superior para as ações preferenciais. A Companhia possui apenas ações preferenciais dessas coligadas, portanto, não há percentual de participação votante.

Auren Energia S.A.**Notas explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação

| | Consolidado | | Controladora | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Saldo no início do exercício | 2.161.751 | - | 14.526.449 | 4.405.443 |
| Equivalência patrimonial | 73.312 | 130.659 | (201.585) | 2.682.972 |
| Ajuste de avaliação patrimonial de remensuração de benefícios pós emprego da CESP | - | - | (201.226) | 196.147 |
| Ganho na participação de investida | 43 | - | 43 | - |
| Outros resultados abrangentes | (2.250) | 3.348 | (2.250) | 3.348 |
| Incorporação reversa VGE - saldos patrimoniais de investimentos | | | | |
| CBA Energia Participações S.A. | - | 221.726 | - | 221.726 |
| Pollarix S.A. | - | 248.073 | - | 248.073 |
| Pinheiro Machado Participações S.A. | - | 13.051 | - | 13.051 |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | - | - | - | 122.230 |
| Incorporação reversa VGE - saldos de ágio e investimentos | | | | |
| CBA Energia Participações S.A. | - | 316.248 | - | 316.248 |
| Pollarix S.A. | - | 231.135 | - | 231.135 |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | - | - | - | 420.969 |
| Incorporação de ações CESP - ao valor econômico | | | | |
| Aporte a valor econômico CESP | - | - | - | 4.555.943 |
| Mais valia de imobilizado | - | - | - | 56.641 |
| Mais valia sobre direito de concessão de investimentos hídricos | | | | |
| Pollarix S.A. | - | 738.226 | - | 738.226 |
| CBA Energia Participações S.A. | - | 259.114 | - | 259.114 |
| Pinheiro Machado Participações S.A. | - | 122.233 | - | 122.233 |
| Empresa incorporada incluída/excluída na consolidação | - | 42.544 | - | - |
| Aquisição de investimento - Aquarela Inovação Tecnológica do Brasil S.A. | - | 9.858 | - | - |
| Aquisição de investimento - Flora Energia Renovável Inteligente | - | 7.000 | - | - |
| Aumento de capital em coligadas e controladas - via transferência bancária | - | 34.522 | 49.751 | 809.387 |
| Aumento de capital em controladas - via transferência de ativos | - | - | 4.868 | 11.920 |
| Deliberação de dividendos adicionais | | | | |
| CBA Energia Participações S.A. (Nota 1.2.2 (b) (ii)) | (45.352) | (67.535) | (45.352) | (67.535) |
| Pollarix S.A. Nota 1.2.2 (b) (iv)) | (69.141) | (73.515) | (69.141) | (73.515) |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | - | - | (4.388) | - |
| Deliberação de dividendos intermediários | | | | |
| CESP Companhia Energética de São Paulo (Nota 1.2.2 (b) (i)) | - | - | (1.529.548) | - |
| Pinheiro Machado Participações S.A. (Nota 1.2.2 (b) (iii)) | (5.460) | (13.432) | (5.460) | (13.432) |
| Pollarix S.A. | - | (16.622) | - | (16.622) |
| Deliberação de dividendos intercalares | | | | |
| CBA Energia Participações S.A. (Nota 1.2.2 (b) (ii)) | (17.188) | - | (17.188) | - |
| Pollarix S.A. Nota 1.2.2 (b) (iv)) | (29.490) | - | (29.490) | - |
| Pinheiro Machado Participações S.A. (Nota 1.2.2 (b) (iii)) | (15.540) | - | (15.540) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios propostos das investidas | | | | |
| CESP Companhia Energética de São Paulo (Nota 1.2.2 (b) (i)) | - | - | - | (581.071) |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | - | - | (20.833) | (83.348) |
| CBA Energia Participações S.A. | (2.027) | (18.999) | (2.027) | (18.999) |
| Pollarix S.A. | - | (25.883) | - | (25.883) |
| Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A. | - | - | (8.675) | (7.895) |
| Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. | - | - | - | (47) |
| MRTV Energia S.A. | - | - | (245) | (10) |
| Reversão de dividendos | | | | |
| Pollarix S.A. | 8.649 | - | 8.649 | - |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. (Nota 1.2.2 (b)) | - | - | 76.808 | - |
| Outros | - | - | 1.899 | - |
| Saldo no final do exercício | 2.057.307 | 2.161.751 | 12.515.519 | 14.526.449 |

c) Informações sobre as empresas investidas

| | 2023 | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------|------------------|----------------------|--------------------|------------------------|--------------------|-----------------|--------------------------------|----------------------------------------|----------------------|---------------------------------------|
| | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio líquido | Receita líquida | Custos e despesas operacionais | Imposto de renda e contribuição social | Resultado financeiro | Lucro líquido (prejuízo) do exercício |
| Controladas | | | | | | | | | | |
| CESP - Companhia Energética de São Paulo | 1.124.397 | 11.918.814 | (410.914) | (4.671.113) | (7.961.184) | 1.271.219 | (627.484) | (1.010.494) | (82.612) | (449.371) |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | 3.024.239 | 3.993.527 | (2.469.351) | (3.867.943) | (680.472) | 4.564.650 | (4.457.106) | (48.996) | 24.785 | 83.333 |
| Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. | 51.305 | 228.600 | (6.976) | (211.754) | (61.175) | 364 | (521) | - | (10.267) | (10.424) |
| MRTV Energia S.A. | 324 | 30.468 | (246) | - | (30.546) | - | 978 | - | 55 | 1.033 |
| Ventos do Araripe III | | | | | | | | | | |
| Ventos de Santo Estevão Holding S.A. | 23.038 | 723.231 | (11.876) | (184.865) | (549.528) | - | 59.336 | - | (19.456) | 39.880 |
| Ventos do Piauí I | | | | | | | | | | |
| Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. | 24.799 | 502.972 | (152.247) | (19.018) | (356.506) | - | 50.078 | 155 | (13.706) | 36.527 |
| Ventos do Piauí II | | | | | | | | | | |
| Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. | 20.590 | 79.718 | (194) | - | (100.114) | - | (5.136) | (760) | 2.413 | (3.483) |
| Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A. | 20.757 | 253.251 | (15.325) | (201.727) | (56.956) | 38.287 | (21.084) | (1.884) | (17.943) | (2.624) |
| Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. | 17.372 | 73.143 | (97) | - | (90.418) | - | (4.730) | (641) | 2.061 | (3.310) |
| Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A. | 16.088 | 254.694 | (15.544) | (201.669) | (53.569) | 39.561 | (21.352) | (1.810) | (18.306) | (1.907) |
| Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A. | 14.479 | 209.701 | (12.304) | (164.500) | (47.376) | 31.070 | (17.165) | (1.522) | (14.857) | (2.474) |
| Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A. | 13.634 | 193.503 | (10.295) | (148.832) | (48.010) | 26.265 | (15.461) | (1.304) | (13.336) | (3.836) |
| Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. | 5.466 | 20.749 | (11) | - | (26.204) | - | (816) | (150) | 608 | (358) |
| Ventos do Piauí III | | | | | | | | | | |
| Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. | 15.782 | 226.864 | (16.057) | (181.882) | (44.707) | 33.831 | (19.348) | (1.607) | (16.328) | (3.452) |
| Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. | 16.559 | 252.852 | (15.584) | (198.916) | (54.911) | 36.193 | (21.390) | (1.696) | (18.009) | (4.902) |
| Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. | 12.999 | 185.074 | (11.721) | (144.855) | (41.497) | 28.367 | (15.411) | (1.353) | (12.986) | (1.383) |
| Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. | 624 | 112.881 | (15) | - | (113.490) | - | (5.787) | - | 87 | (5.700) |
| Coligadas | | | | | | | | | | |
| Pollarix S.A. (ii e iii) | 59.467 | 354.924 | (56.809) | (45.609) | (311.973) | 58.186 | 8.080 | - | 2.361 | 68.627 |
| CBA Energia Participações S.A. | 21.542 | 354.866 | (11.575) | - | (364.833) | 102.822 | 37.263 | (329) | (13.997) | 125.759 |
| Pinheiro Machado Participações S.A. | 34 | 40.985 | - | - | (41.019) | - | 35.274 | - | - | 35.274 |

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | 2022 | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------|---------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------|---------------------------------------------|
| | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio líquido | Receita líquida | Custos e despesas operacionais | Imposto de renda e contribuição social | Resultado financeiro | Lucro líquido (prejuízo) do exercício |
| Controladas | | | | | | | | | | |
| CESP - Companhia Energética de São Paulo | 1.125.016 | 15.024.004 | (1.503.554) | (4.504.138) | (10.141.328) | 1.705.141 | (731.247) | 87.020 | 1.385.702 | 2.446.616 |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | 2.806.926 | 4.131.965 | (2.443.592) | (3.949.792) | (545.507) | 2.960.122 | (2.833.151) | 308.488 | (36.134) | 399.325 |
| Jaíba V Holding S.A. | 1.573 | 497.235 | (354) | (13) | (498.441) | - | 1.336 | (1) | 56 | 1.391 |
| Hélios IV Geração de Energia Ltda. | 1.126 | 78.824 | (31.241) | (44.352) | (4.357) | - | (3.648) | - | (10.015) | (13.663) |
| Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. | 11.064 | 16.477 | (943) | - | (26.598) | - | (205) | (137) | 633 | 291 |
| MRTV Energia S.A. | 1.052 | - | (22) | - | (1.030) | - | - | (13) | 58 | 45 |
| Ventos do Araripe III | | | | | | | | | | |
| Ventos de Santo Estevão Holding S.A. | 28.227 | 672.099 | (9.445) | (181.233) | (509.648) | - | 71.084 | - | (22.825) | 48.259 |
| Ventos do Piauí I | | | | | | | | | | |
| Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. | 23.325 | 468.649 | (11.538) | (151.780) | (328.656) | - | 47.520 | 232 | (14.509) | 33.243 |
| Ventos do Piauí II | | | | | | | | | | |
| Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. | 21.852 | 82.220 | (475) | - | (103.597) | - | (6.404) | (1.147) | 3.511 | (4.040) |
| Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A. | 27.834 | 256.769 | (12.956) | (212.066) | (59.581) | 5.662 | (4.760) | (1.938) | (2.582) | (3.618) |
| Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. | 18.645 | 75.240 | (157) | - | (93.728) | - | (7.455) | (1.118) | 3.420 | (5.153) |
| Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A. | 29.155 | 257.455 | (13.463) | (217.671) | (55.476) | 5.476 | (4.727) | (1.742) | (2.656) | (3.649) |
| Ventos de Santo Aldérico Energias Renováveis S.A. | 35.305 | 212.556 | (11.334) | (186.677) | (49.850) | 6.515 | (5.030) | (1.471) | (2.791) | (2.777) |
| Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A. | 6.068 | 195.671 | (9.322) | (140.571) | (51.846) | 1.735 | (1.497) | (1.470) | (1.354) | (2.586) |
| Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. | 5.127 | 21.440 | (5) | - | (26.562) | - | (2.478) | (148) | 563 | (2.063) |
| Ventos do Piauí III | | | | | | | | | | |
| Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. | 15.521 | 230.280 | (18.515) | (184.127) | (43.159) | 12.045 | (9.182) | (1.443) | (9.951) | (8.531) |
| Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. | 14.720 | 258.417 | (14.500) | (203.824) | (54.813) | 10.276 | (8.907) | (1.518) | (6.112) | (6.261) |
| Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. | 9.607 | 188.129 | (13.893) | (140.962) | (42.881) | 8.953 | (6.582) | (1.443) | (5.750) | (4.822) |
| Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. | 1.067 | 171.566 | (9) | - | (172.624) | - | (8.131) | - | 59 | (8.072) |
| Coligadas | | | | | | | | | | |
| Pollarix S.A. | 41.929 | 369.238 | (46.020) | - | (365.147) | 35.936 | 114.029 | - | 2.607 | 152.572 |
| CBA Energia Participações S.A. | 30.572 | 348.285 | (45.128) | - | (333.729) | 81.838 | 39.776 | (7.816) | 2.570 | 116.368 |
| Pinheiro Machado Participações S.A. | 37 | 40.708 | - | - | (40.745) | - | 32.174 | - | - | 32.174 |

12 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

A controlada CESP adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (1º de janeiro de 2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida deste ágio foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido da controlada CESP.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Para os ativos de geração, a depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão ou autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL e no caso das usinas hidrelétricas, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

a) Composição e movimentação

| | | | | | | | | | | | Consolidado | |
|---------------------------------------------------------------------------|-------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|------------------|--------------------------|--------------|---------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | Terras e terrenos | Edifícios, construções e benfeitorias | Máquinas, equipamentos e instalações | Reservatórios, barragens e adutoras | Aerogeradores | Desmobilização de ativos | Veículos | Móveis e utensílios | Custos de servidão | Obras em andamento | 2023 | 2022 |
| | | | | | | | | | | Total | Total | |
| Saldo no início do exercício | | | | | | | | | | | | |
| Custo | 271.448 | 2.095.454 | 2.842.290 | 8.065.385 | 4.687.830 | 276.996 | 6.984 | 7.814 | 6.645 | 166.133 | 18.426.979 | 16.719.269 |
| Depreciação acumulada | (33.247) | (1.536.933) | (1.718.708) | (4.024.869) | (700.524) | (76.232) | (5.604) | (2.440) | (1.146) | - | (8.099.703) | (7.838.453) |
| Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP | 858.924 | - | 312.619 | (982.722) | - | - | - | - | - | - | 188.821 | 188.821 |
| Amortização de ajuste a valor justo acumulado | (112.046) | - | (120.564) | 113.548 | - | - | - | - | - | - | (119.062) | (89.355) |
| Saldo líquido no início do exercício | 985.079 | 558.521 | 1.315.637 | 3.171.342 | 3.987.306 | 200.764 | 1.380 | 5.374 | 5.499 | 166.133 | 10.397.035 | 8.980.282 |
| Adições (i) e (ii) | 168 | - | - | - | 175 | - | - | - | - | 2.094.046 | 2.094.389 | 1.605.707 |
| Remensuração desmobilização de ativos | - | - | - | - | - | (24.133) | - | - | - | - | (24.133) | 21.128 |
| Baixa | - | (908) | (11.410) | (94) | - | - | (21) | (26) | - | - | (12.459) | (809) |
| Depreciação | (7.792) | (47.171) | (94.319) | (166.560) | (215.442) | (31.237) | (196) | (489) | (282) | - | (563.488) | (484.505) |
| Amortização de ajuste a valor justo | (28.316) | - | (31.427) | 30.037 | - | - | - | - | - | - | (29.706) | (29.707) |
| Efeito de incorporação reversa | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 625 |
| Empresa incorporada incluída (excluída) na consolidação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (3.597) | (3.597) | 32.554 |
| Reversão (provisão) de impairment (Nota 12 (c)) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 230.924 |
| Transferências (iii) | - | 3.103 | 68.676 | (24) | (49.676) | - | 810 | 150 | 712 | (32.445) | (8.694) | 40.836 |
| Saldo no final do exercício | 949.139 | 513.545 | 1.247.157 | 3.034.701 | 3.722.363 | 145.394 | 1.973 | 5.009 | 5.929 | 2.224.137 | 11.849.347 | 10.397.035 |
| Custo | 271.616 | 2.095.785 | 2.867.417 | 8.065.212 | 4.638.091 | 252.864 | 9.261 | 7.584 | 7.284 | 2.224.137 | 20.472.485 | 18.426.979 |
| Depreciação acumulada | (41.039) | (1.582.240) | (1.780.888) | (4.191.374) | (915.728) | (107.470) | (7.288) | (2.575) | (1.355) | - | (8.663.191) | (8.099.703) |
| Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP | 858.924 | - | 312.619 | (982.722) | - | - | - | - | - | - | 188.821 | 188.821 |
| Amortização de ajuste a valor justo acumulado | (140.362) | - | (151.991) | 143.585 | - | - | - | - | - | - | (148.768) | (119.062) |
| Saldo líquido no final do exercício | 949.139 | 513.545 | 1.247.157 | 3.034.701 | 3.722.363 | 145.394 | 1.973 | 5.009 | 5.929 | 2.224.137 | 11.849.347 | 10.397.035 |
| Taxas médias anuais de depreciação - % | 3,3% | 3,3% | 5,0% | 2,0% | 5,0% | 1,0% | 15,0% | 6,3% | 3,6% | | | |

- (i) As adições que ainda não resultaram em saída de caixa (compõem o saldo em aberto de fornecedores) perfazem o valor de R\$ 36.641. O saldo de adições deve-se substancialmente à construção dos projetos Sol do Piauí e Sol de Jaíba.
- (ii) O saldo de adição na classe de Aerogeradores refere-se à substituição de itens em garantia.
- (iii) Em 2023 o saldo refere-se as transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para a classe de “Softwares” do intangível, o saldo de 2022, refere-se a transferências do intangível para o imobilizado.

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | | | | | Controladora | |
|---------------------------------------------|--------------------------------------|---------------------|--------------|--------------------|---------------|--------------------|------|
| | | | | | | 2023 | 2022 |
| | Máquinas, equipamentos e instalações | Móveis e utensílios | Benfeitorias | Obras em andamento | Total | Obras em andamento | |
| Saldo no início do exercício | | | | | | | |
| Custo | 336 | 1.152 | - | 18.478 | 19.966 | 3.331 | |
| Depreciação acumulada | (9) | (30) | - | - | (39) | - | |
| Saldo líquido no início do exercício | 327 | 1.122 | - | 18.478 | 19.927 | 3.331 | |
| Adições | - | - | - | 40.399 | 40.399 | 16.144 | |
| Baixa | - | - | - | - | - | - | |
| Depreciação | (223) | (115) | (251) | - | (589) | (39) | |
| Efeito de incorporação reversa | - | - | - | - | - | 625 | |
| Transferências (i) | 2.622 | - | 2.469 | (17.295) | (12.204) | (134) | |
| Saldo no final do exercício | 2.726 | 1.007 | 2.218 | 41.582 | 47.533 | 19.927 | |
| Custo | 2.958 | 1.151 | 2.469 | 41.582 | 48.160 | 19.966 | |
| Depreciação acumulada | (232) | (144) | (251) | - | (627) | (39) | |
| Saldo líquido no final do exercício | 2.726 | 1.007 | 2.218 | 41.582 | 47.533 | 19.927 | |
| Taxas médias anuais de depreciação - % | 5,0% | 6,0% | 7,0% | - | - | - | |

(i) A Auren transferiu o montante de R\$ 4.869 de seu ativo imobilizado em andamento, sob a forma de aporte de capital, para a controlada Ventos de São João Paulo II conforme nota 1.2.2 (c). O montante remanescente de R\$ 7.335 são transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para o intangível.

b) Obras em andamento

| | Consolidado | |
|------------------------------------|------------------|----------------|
| | 2023 | 2022 |
| Projetos | | |
| Construção dos parques solares (i) | 2.118.288 | 83.396 |
| Modernização | 50.219 | 42.908 |
| Projeto Corumbá (ii) | 30.776 | 30.540 |
| Pipelines e outros | 24.854 | 9.289 |
| | 2.224.137 | 166.133 |

(i) Refere-se ao desenvolvimento dos projetos de geração de energia solar denominados Sol do Piauí e Sol de Jaíba. A alocação dos ativos do Parque Sol do Piauí nas respectivas classes está em andamento e será concluída até o término do segundo mês subsequente à data de entrada em operação comercial, citada na Nota 1.2.1 (e), conforme política contábil da Companhia e alinhado ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ii) O Projeto Corumbá tem como objetivo viabilizar o aproveitamento de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) no Rio Corumbá, no estado de Goiás. Em 2017 e 2018, após etapa concorrencial realizada pela ANEEL, do total de 17 PCHs do projeto, a controlada Auren Comercializadora venceu a disputa de 11 PCHs, que totalizam aproximadamente 265 MW de capacidade instalada e 160 MW médios de energia assegurada. Atualmente, a Companhia está em processo de obtenção das licenças prévias.

c) Impairment Usinas Hidrelétricas e Eólicas

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Auren realizaram os devidos testes de *impairment* para cada Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) e não identificaram indícios de *impairment*. Devido as particularidades dos ativos da controlada CESP e seu histórico de *impairment*, a seguir as premissas consideradas nos testes quantitativos:

Premissas utilizadas no teste de *impairment*

O valor recuperável dos ativos imobilizados da controlada CESP foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões. Este fluxo de caixa foi realizado no nível da usina de Porto Primavera (UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

A metodologia de cálculo do *impairment* considera:

- (i) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para a usina (UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão detida pela controlada CESP, incluindo o período de prorrogação.
- (ii) Na UHE Porto Primavera, o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2056, e consequentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização.
- (iii) Como a concessão da UHE Paraibuna encerrou em 05 de maio de 2022 e atualmente a CESP está operando a mesma em caráter temporário, essa usina não foi incluída no escopo dos testes de *impairment* do exercício de 2023.

A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 7,81 % a.a. *pre-tax* (7,27 % a.a. *pre-tax* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), considerada pela Administração da controlada como compatível com o mercado. As principais premissas utilizadas no teste de *impairment* são, principalmente, o GSF (*Generation Scaling Factor*) e o preço de energia, as demais premissas estão detalhadas na Nota 11.

Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a controlada CESP comparou-o com o valor contábil da respectiva usina. Como resultado foi constatado que não há *impairment* ou reversão de provisão de *impairment* a ser reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022, houve reversão de provisão de *impairment* no montante de R\$ 230.924 no ativo imobilizado, com reconhecimento no resultado do exercício na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, referente à UHE Porto Primavera).

13 Intangível

Política contábil

Direitos de exploração de recursos naturais

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico e solar são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis.

Após o início da operação dos parques eólicos e solares, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Repactuação risco hidrológico

Refere-se a extensão do prazo de concessão da UHE Porto Primavera, após a homologação do prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, pela ANEEL, em 14 de setembro de 2021, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), referente às novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica estabelecidas pela Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015.

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável (*impairment*). Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Os valores registrados como ágio no momento da combinação de negócio, foram alocados nos itens Autorização Aneel e *Purchase Price Allocation*.

Conforme o CPC 01 determina, os ágios devem ser testados por recuperabilidade ao menos uma vez por ano, desta forma a Companhia adota como premissa efetuar seus testes no decorrer do quarto trimestre de cada exercício, pois este período coincide com a aprovação do planejamento estratégico dos próximos anos, o qual possui as premissas bases para a realização dos testes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos intangíveis.

Uso do Bem Público ("UBP")

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hídrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público ("UBP").

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente.

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

Direito de outorga

O Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, regulamentou a outorga de contrato de concessão no Setor Elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica e, em seu artigo 3º, estabeleceu que a minuta de contrato de concessão deve ser aprovada pela ANEEL e integrar o Edital do Leilão de privatização da pessoa jurídica (UHE Porto Primavera).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão.

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição e movimentação

| | | | | | | | | | | Consolidado | |
|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------------------|------------------------------|---------------------|-----------------------------|----------------|-------------------------|------------------|------------------|
| | | | | | | | | | | 2023 | 2022 |
| | Direitos de exploração e de recursos naturais | Autorização ANEEL | Power Purchase Agreement | Repactuação risco hidrológico | Softwares, marcas e patentes | Direitos de outorga | Ágio Auren Comercializadora | UBP | Intangível em andamento | Total | Total |
| Saldo no início do exercício | | | | | | | | | | | |
| Custo | 267.172 | 17.633 | 97.003 | 496.897 | 40.372 | 1.398.703 | 420.969 | 177.053 | 5.862 | 2.921.664 | 2.597.701 |
| Amortização acumulada | (18.998) | (2.744) | (24.611) | (70.058) | (33.305) | (162.962) | - | (21.178) | - | (333.856) | (231.269) |
| Saldo líquido no início do exercício | 248.174 | 14.889 | 72.392 | 426.839 | 7.067 | 1.235.741 | 420.969 | 155.875 | 5.862 | 2.587.808 | 2.366.432 |
| Adições | 2.526 | - | - | - | - | - | - | 2.842 | 11.243 | 16.611 | 433.323 |
| Amortizações | - | - | - | (21.411) | (4.095) | (43.593) | - | (4.817) | - | (73.916) | (91.854) |
| Amortizações de ajuste a valor justo | - | (565) | (5.195) | - | - | - | - | - | - | (5.760) | (5.759) |
| Efeito de incorporação reversa | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 207 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (75.447) |
| Empresa incorporada (excluída) incluída na consolidação | (74.984) | - | - | - | - | - | - | - | - | (74.984) | 1.742 |
| Transferências | - | - | - | - | 9.694 | - | - | - | (1.000) | 8.694 | (40.836) |
| Saldo no final do exercício | 175.716 | 14.324 | 67.197 | 405.428 | 12.666 | 1.192.148 | 420.969 | 153.900 | 16.105 | 2.458.453 | 2.587.808 |
| Custo | 194.714 | 17.633 | 97.003 | 496.897 | 50.066 | 1.398.703 | 420.969 | 179.895 | 16.105 | 2.871.985 | 2.921.664 |
| Amortização acumulada | (18.998) | (3.309) | (29.806) | (91.469) | (37.400) | (206.555) | - | (25.995) | - | (413.532) | (333.856) |
| Saldo líquido no final do exercício | 175.716 | 14.324 | 67.197 | 405.428 | 12.666 | 1.192.148 | 420.969 | 153.900 | 16.105 | 2.458.453 | 2.587.808 |
| Taxas médias anuais de amortização - % | 3,0% | 0,5% | 4,5% | 2,9% | 20,0% | 3,0% | | 3,0% | | | |

Auren Energia S.A.**Notas explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | | | 2023 | Controladora 2022 |
|---------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------|-------------------------|----------------|----------------------|
| | Direitos de exploração e de recursos naturais | Softwares | Intangível em andamento | Total | Total |
| Saldo no início do exercício | | | | | |
| Custo | 147.426 | 423 | - | 147.849 | 285.563 |
| Amortização acumulada | (10.259) | (155) | - | (10.414) | (3.815) |
| Saldo líquido no início do exercício | 137.167 | 268 | - | 137.435 | 281.748 |
| Adições | - | - | 7.032 | 7.032 | 5.204 |
| Baixa | - | - | - | - | (143.341) |
| Amortizações | (4.254) | (824) | - | (5.078) | (6.517) |
| Efeito de incorporação reversa | - | - | - | - | 207 |
| Transferências | - | 4.031 | 3.304 | 7.335 | 134 |
| Saldo no final do exercício | 132.913 | 3.475 | 10.336 | 146.724 | 137.435 |
| Custo | 147.426 | 4.454 | 10.336 | 162.216 | 147.849 |
| Amortização acumulada | (14.513) | (979) | - | (15.492) | (10.414) |
| Saldo líquido no final do exercício | 132.913 | 3.475 | 10.336 | 146.724 | 137.435 |
| Taxas médias anuais de amortização - % | 3,0% | 20,0% | | | |

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

a) Composição

| Consolidado | | | | | | | | | | | | |
|-------------|-------------------------|----------------|-------------------|----------------|----------------|------------------|-------------------|---------------|------------------|------------------|------------------|----------------|
| | | | | | | | | | | | Consolidado | |
| | | | | | | | | | | | 2023 | |
| | | | | | | | | | | | Circulante | Não circulante |
| Modalidade | Encargos anuais médios | Principal | Custo de captação | Encargos | Total | Principal | Custo de captação | Encargos | Total | Total | Valor justo | |
| BNDES | TJLP+2,53% | 117.187 | (7.217) | 5.201 | 115.171 | 1.318.298 | (51.899) | - | 1.266.399 | 1.381.570 | 1.301.793 | |
| BNDES | TLP+4,56% / IPCA+ 3,65% | 86.897 | (1.807) | 2.811 | 87.901 | 1.788.874 | (36.550) | - | 1.752.324 | 1.840.225 | 1.317.638 | |
| Debêntures | IPCA+4,61% / CDI+1,52% | 520.168 | (6.727) | 134.535 | 647.976 | 2.155.304 | (32.365) | - | 2.122.939 | 2.770.915 | 2.670.381 | |
| BNB | IPCA + 5,45% (i) | 669 | (90) | 159 | 738 | 347.539 | (3.016) | 13.863 | 358.386 | 359.124 | 474.688 | |
| | | 724.921 | (15.841) | 142.706 | 851.786 | 5.610.015 | (123.830) | 13.863 | 5.500.048 | 6.351.834 | 5.764.500 | |

| Consolidado | | | | | | | | | | | | |
|-------------|------------------------|----------------|-------------------|---------------|----------------|------------------|-------------------|---------------|------------------|------------------|------------------|----------------|
| | | | | | | | | | | | 2022 | |
| | | | | | | | | | | | Circulante | Não circulante |
| Modalidade | Encargos anuais médios | Principal | Custo de captação | Encargos | Total | Principal | Custo de captação | Encargos | Total | Total | Valor justo | |
| BNDES | TJLP+2,53% | 111.551 | (7.217) | 5.557 | 109.891 | 1.421.286 | (59.115) | - | 1.362.171 | 1.472.062 | 1.249.965 | |
| BNDES | TLP+4,56% | 56.810 | (1.615) | 268 | 55.463 | 1.645.106 | (35.472) | - | 1.609.634 | 1.665.097 | 960.185 | |
| Debêntures | IPCA+4,61% / CDI+1,55% | 78.175 | (6.878) | 39.964 | 111.261 | 2.577.131 | (39.092) | 43.758 | 2.581.797 | 2.693.058 | 2.491.510 | |
| | | 246.536 | (15.710) | 45.789 | 276.615 | 5.643.523 | (133.679) | 43.758 | 5.553.602 | 5.830.217 | 4.701.660 | |

- (i) No contrato de financiamento do BNB há a previsão de um bônus de adimplência de 0,85%, que será aplicado quando a parcela da dívida for liquidada até a data de seu respectivo vencimento.

| | | Controladora | | | | |
|------------|------------------------|----------------|-------------------|---------------|----------------|----------------|
| | | 2023 | | | | |
| | | Circulante | | | | |
| Modalidade | Encargos anuais médios | Principal | Custo de captação | Encargos | Total | Valor justo |
| Debêntures | CDI+1,48% | 300.000 | (621) | 94.291 | 393.670 | 399.293 |
| | | 300.000 | (621) | 94.291 | 393.670 | 399.293 |

| | | Controladora | | | | |
|------------|------------------------|----------------|-------------------|---------------|----------------|----------------|
| | | 2022 | | | | |
| | | Não circulante | | | | |
| Modalidade | Encargos anuais médios | Principal | Custo de captação | Encargos | Total | Valor justo |
| Debêntures | CDI+1,48% | 300.000 | (1.243) | 43.758 | 342.515 | 352.456 |
| | | 300.000 | (1.243) | 43.758 | 342.515 | 352.456 |

BNB – Banco do Nordeste

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

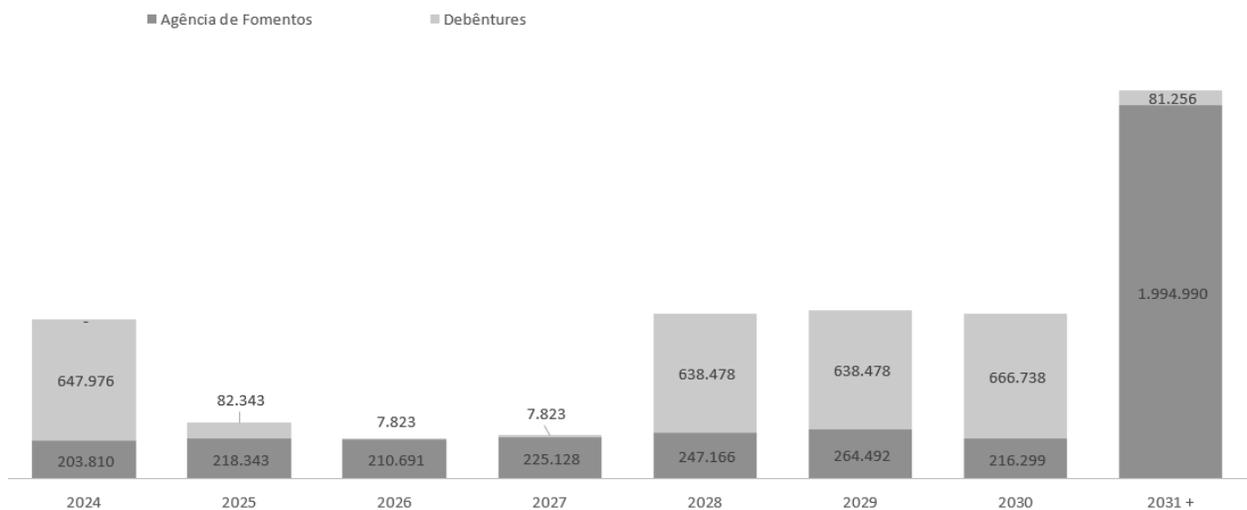
CDI – Certificado de Depósito Interbancário

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

TLP – Taxa de Longo Prazo

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

c) Movimentação

| | Consolidado | | Controladora | |
|------------------------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Saldo no início do exercício | 5.830.217 | 4.710.874 | 342.515 | 299.674 |
| Captações | 990.795 | 1.032.175 | 500.000 | - |
| Provisão de juros | 394.377 | 360.073 | 62.896 | 42.294 |
| Atualização monetária | 212.843 | 177.932 | - | - |
| Apropriação de custos de captações | 16.934 | 13.108 | 1.728 | 619 |
| Adição do custo de captação | (7.216) | (17.264) | (1.107) | (72) |
| Juros pagos | (330.422) | (266.424) | (12.362) | - |
| Liquidações | (755.694) | (180.257) | (500.000) | - |
| Saldo no final do exercício | 6.351.834 | 5.830.217 | 393.670 | 342.515 |

d) Principais captações

Projeto Sol de Jaíba

Em setembro de 2022, quatro controladas pertencentes ao projeto Sol de Jaíba, celebraram contratos de financiamento com o Banco do Nordeste (“BNB”), no montante total de R\$ 300.000, para financiamento do projeto de titularidade das referidas controladas, ao custo de IPCA + 5,27% a.a., com vencimento em setembro de 2046 e amortizações mensais a partir outubro de 2024. A primeira liberação de recursos desses contratos, no montante de R\$ 180.000, ocorreu em março de 2023.

Em 30 de junho de 2023, outras duas controladas pertencentes ao projeto Sol de Jaíba celebraram, contratos de financiamentos com o BNB, no montante total de R\$ 200.000, ao custo de IPCA + 5,73% a.a., com vencimento em julho de 2047 e amortizações mensais, a partir de agosto de 2025. A primeira liberação de recursos desses contratos, no montante de R\$ 168.000, ocorreu em dezembro de 2023.

Em 27 de dezembro de 2023, outras quatro controladas pertencentes ao projeto Sol de Jaíba celebraram, contratos de financiamentos com o BNB, no montante total de R\$ 330.000, ao custo ponderado de IPCA + 6,25% a.a., com vencimento em janeiro de 2047 e amortizações mensais, a partir de fevereiro de 2025. Até o momento, não ocorreram liberações decorrentes desses financiamentos.

Conforme previsto nos contratos, para garantir o pagamento de quaisquer obrigações financeiras decorrentes desses financiamentos foram contratadas fianças bancárias, em adição às contas reservas do serviço da dívida.

Não há *covenants* financeiros previstos nesses contratos, porém outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado são constantemente monitoradas.

Projeto Sol do Piauí

Em dezembro de 2020, a controlada Sol do Piauí firmou contrato de empréstimo junto ao BNDES, no montante de R\$ 189.982, ao custo de IPCA + 3,65% a.a., com vencimento em novembro de 2044 e amortizações mensais, a partir de maio de 2024. A primeira liberação de recursos desse contrato, no montante de R\$ 94.000, ocorreu em outubro de 2023.

Auren Energia S.A

Em maio de 2023, a Companhia firmou contrato de empréstimo sob a Lei nº 4.131 (empréstimo concedido por instituição financeira no exterior à Auren, destinado às aplicações de suas atividades econômicas) no montante total

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de R\$ 500.000, ao custo de CDI + 1,53% a.a. com vencimento previsto para maio de 2025. O contrato previa pagamento de juros anual e amortização *bullet* (em uma única parcela) no vencimento.

Em 11 de julho de 2023, a Companhia realizou a liquidação antecipada desse empréstimo, no montante total de R\$ 512.362.

e) Garantias

| Ativo ou Projeto | Modalidade | Garantia |
|--------------------------|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ventos do Piauí I | BNDES | Garantia prestada pela Votorantim S.A. e Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações. |
| Ventos do Piauí I | Debêntures | Garantia prestada pela Votorantim S.A. |
| Ventos do Araripe III | BNDES | Garantia prestada pela Votorantim S.A, Auren Energia S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações. |
| Ventos do Araripe III | Repasse | Garantia prestada pela Auren Energia S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações. |
| Ventos do Araripe III | Debêntures | Garantia prestada pela Auren Energia S.A.; Garantia prestada pelas SPEs do Complexo Eólico de Araripe III; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações. |
| Ventos do Piauí II e III | BNDES | Garantia prestada pela Auren Energia S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações. |
| Sol de Jaíba | BNB | Fiança bancária; Contas reservas. |

f) Condições restritivas

Os empréstimos e os financiamentos das Controladas contêm cláusulas restritivas financeiras (*covenants* financeiros).

Atualmente, o único *covenant* financeiro existente é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Para Ventos do Piauí I e Ventos do Araripe III há necessidade de o índice ser menor ou igual a 1,2x, e para Ventos do Piauí II e III ser menor ou igual a 1,3x, apurados a cada encerramento do exercício.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

15 Fornecedores

| | Consolidado | | Controladora | |
|----------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Circulante | | | | |
| Energia comprada para revenda | 318.673 | 308.443 | - | - |
| Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 23) | 22.741 | 26.229 | - | - |
| Fornecedores de materiais e serviços | 199.934 | 139.964 | 9.713 | 3.919 |
| Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas (Nota 23) | 8.096 | 1.703 | 3.212 | 202 |
| Aquisição de projetos e investimentos | - | 50.196 | - | 50.196 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 22.877 | 22.484 | - | - |
| | 572.321 | 549.019 | 12.925 | 54.317 |

16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

As controladas indiretas do parque Ventos do Piauí I e seu consórcio, de Araripe III, e de Piauí II e III e seus consórcios, optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

16.1 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer interpretações divergentes entre as autoridades fiscais e as companhias. Portanto, o IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22) visa tratar especificamente da contabilização e divulgação das incertezas relacionadas aos tributos sobre o lucro, imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, buscando mais transparência, consistência e comparabilidade das demonstrações financeiras.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Administração da companhia, principalmente relacionados a diferentes interpretações sobre aplicabilidade e montantes de deduções e adições à base de cálculo de IRPJ e CSLL. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado.

Com base em avaliações técnicas, se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro corrente ou diferido. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não identificaram efeitos contábeis com probabilidade provável de o tratamento fiscal não ser aceito.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores de imposto de renda e de contribuição social demonstrados no resultado do exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

| | Consolidado | | Controladora | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 835.907 | 3.053.340 | (353.348) | 2.648.549 |
| Alíquotas nominais | 34% | 34% | 34% | 34% |
| IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais | (284.208) | (1.038.136) | 120.138 | (900.507) |
| Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos | | | | |
| Equivalência patrimonial | 24.926 | 44.424 | (68.539) | 946.814 |
| Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido | (47.674) | (20.362) | (30.935) | (3.252) |
| Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido | (16.388) | (7.168) | (16.293) | (7.269) |
| Efeitos de empresas tributadas pelo lucro presumido | (14.549) | (29.073) | - | - |
| Incentivo fiscal | 4.686 | 489 | - | - |
| Impairment | - | 30.423 | - | - |
| Indenização da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (Nota 1.2.1 (b)) | (823.325) | 823.350 | - | - |
| Baixa de ativos indenizáveis pela União | - | (215.769) | - | - |
| Baixa de imposto diferido referente incorporação reversa | - | (4.820) | - | (4.820) |
| Diferido constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de períodos anteriores - | | | | |
| Auren Comercializadora | - | 42.024 | - | - |
| Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas | 2.936 | (108) | 31.288 | (5.115) |
| IRPJ e CSLL apurados | (1.153.596) | (374.726) | 35.659 | 25.851 |
| Correntes | (753.427) | (89.684) | - | - |
| Diferidos | (400.169) | (285.042) | 35.659 | 25.851 |
| IRPJ e CSLL no resultado | (1.153.596) | (374.726) | 35.659 | 25.851 |
| Taxa efetiva % | (138,01%) | (12,27%) | (10,09%) | 0,98% |

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2023 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias das controladas CESP e Auren Comercializadora estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia, no caso da CESP, para o período da concessão, as quais são revisadas anualmente, e demonstram, de forma consistente, a realização dos respectivos saldos.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa utilizada para as análises tem como base o Planejamento estratégico que demonstra que as controladas terão lucros tributáveis superiores ao montante total de créditos fiscais, sendo possível recuperar os créditos diferidos em sua totalidade até 2046 na CESP e até 2024 na Auren Comercializadora.

| | Consolidado | | Controladora | |
|-----------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Créditos tributários sobre diferenças temporárias | | | | |
| Prejuízos fiscais e base negativa | 788.560 | 1.096.946 | - | - |
| Provisão de <i>impairment</i> | 510.046 | 510.046 | - | - |
| Provisão ativo regulatório | 275.685 | 275.685 | - | - |
| Provisão para litígios | 334.814 | 402.776 | - | - |
| Arrendamentos | 813 | - | - | - |
| Obrigações socioambientais | 74.621 | - | - | - |
| Outras provisões | 64.604 | 161.047 | - | - |
| Débitos tributários sobre diferenças temporárias | | | | |
| Reconhecimento e realização de ágio | (344.954) | (383.305) | (340.903) | (378.848) |
| Ganho por compra vantajosa da CESP (i) | (312.805) | (312.805) | (312.805) | (312.805) |
| Repactuação de risco hidrológico | (234.772) | (242.052) | - | - |
| Atualização de saldo de depósitos judiciais | (13.555) | (16.257) | - | - |
| Ajuste a valor presente sobre alienação de investidas | (20.546) | (9.070) | (10.872) | (8.586) |
| Contratos futuros de energia | (62.432) | (66.215) | - | - |
| Atualização de benefícios pós-emprego | - | (2.203) | - | - |
| Arrendamentos | (2.199) | - | - | - |
| Obrigações socioambientais | (45.368) | - | - | - |
| Efeito em outros resultados abrangentes | | | | |
| Benefícios pós-emprego (i) | 555.249 | 431.940 | - | - |
| Custo atribuído de imobilizado | 423.840 | 441.576 | - | - |
| <i>Hedge accounting</i> | - | (264) | - | (264) |
| Líquido | 1.991.601 | 2.287.845 | (664.580) | (700.503) |
| Impostos diferidos ativos/líquidos de mesma entidade jurídica | 2.698.782 | 3.000.824 | - | - |
| Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica | (707.181) | (712.979) | (664.580) | (700.503) |

(i) Saldos de impostos diferidos, que de acordo com avaliação da Administração, se realizarão ao curso normal do negócio e dentro do período de vigência das concessões detidas pelas controladas da Companhia, quando aplicável.

(c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

| | Consolidado | | Controladora | |
|--------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Saldo no início do exercício | 2.287.845 | 3.056.869 | (700.503) | (330.998) |
| Efeitos de IRPJ e CSLL diferidos no resultado | (400.169) | (285.042) | 35.659 | 25.851 |
| Incorporação reversa VGE - saldos patrimoniais | - | 4.820 | - | 4.820 |
| Incorporação reversa VGE - mais valia de concessão | - | (380.654) | - | (380.654) |
| Incorporação de ações CESP - mais valia de imobilizado | - | - | - | (19.258) |
| Empresa incorporada incluída na consolidação | - | (6.839) | - | - |
| <i>Hedge accounting</i> | 264 | (264) | 264 | (264) |
| Entidade de previdência à empregados | 103.661 | (101.045) | - | - |
| Saldo no final do exercício | 1.991.601 | 2.287.845 | (664.580) | (700.503) |

(d) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros esperados, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros esperados, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado sobre o prejuízo fiscal, base negativa e demais ajustes temporários em 31 de dezembro de 2023, com efeito em resultado:

| | Consolidado | | | | | Total |
|-------------------------------------------------------|--------------|----------------|----------------|----------------|------------------------------|------------------|
| | 2024 | 2025 a 2026 | 2027 a 2029 | 2030 a 2032 | A partir de 2033 até 2046 | |
| Realização de diferido com efeito em resultado | | | | | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa | (53.780) | 69.422 | 83.100 | 112.708 | 577.111 | 788.560 |
| Demais ajustes temporários | 56.024 | 95.762 | 32.189 | 21.778 | 754.849 | 960.602 |
| | 2.244 | 165.184 | 115.289 | 134.486 | 1.331.960 | 1.749.162 |

17 Contratos futuros de energia**Política contábil**

A controlada Auren Comercializadora realiza operações de comercialização, os contratos de compra e venda de energia futura (*trading*) são classificados dentro do alcance do CPC 48, portanto são classificados como instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, marcados a mercado ao seu valor justo, com contrapartida em outras receitas e despesas operacionais.

O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado, em parte, nas cotações de preços futuros de energia publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

(a) Composição

| | 2023 | | | 2022 | | |
|----------------|------------------|--------------------|----------------|------------------|--------------------|----------------|
| | Ativo | Passivo | Total | Ativo | Passivo | Total |
| Circulante | 1.811.433 | (1.639.680) | 171.753 | 1.979.160 | (1.808.351) | 170.809 |
| Não circulante | 3.433.262 | (3.423.668) | 9.594 | 3.630.278 | (3.606.338) | 23.940 |
| | 5.244.695 | (5.063.348) | 181.347 | 5.609.438 | (5.414.689) | 194.749 |

(b) Movimentação

| | Consolidado | |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 |
| Saldo líquido no início do exercício | 194.749 | (8.209) |
| Marcação a mercado dos contratos de energia | 168.889 | 109.946 |
| Realização | (182.291) | 57.160 |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 6) | (13.402) | 167.106 |
| Empresa incorporada incluída na consolidação | - | 35.852 |
| Saldo líquido no final do exercício | 181.347 | 194.749 |

18 UBP – Uso do Bem Público**Política contábil**

De acordo com o contrato de concessão de UBP que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a controlada CESP tem a obrigação de pagamento de UBP de 2,50% sobre a receita bruta durante 5 anos, findando em 15 de maio de 2025.

O montante de UBP é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A concessão teve início em 15 de abril de 2019 e tem vigência pelo período de 37 anos. O pagamento do UBP é mensal a partir do 13º mês após o início do contrato.

Composição e movimentação

| | Consolidado | | | |
|------------------------------------------------|---------------|-----------------------------|-----------------|-----------------|
| | 2023 | | 2022 | |
| | UBP | (-) Ajuste a valor presente | Passivo Líquido | Passivo Líquido |
| Saldo no início do exercício | 92.144 | (5.590) | 86.554 | 129.993 |
| Realização do ajuste a valor presente (Nota 7) | - | 3.754 | 3.754 | 5.400 |
| Reavaliação do fluxo de desembolso (Nota 13) | 2.623 | 219 | 2.842 | (6.066) |
| Pagamentos | (44.423) | - | (44.423) | (42.773) |
| Saldo no final do exercício | 50.344 | (1.617) | 48.727 | 86.554 |
| Circulante | 38.549 | - | 38.549 | 43.465 |
| Não circulante | 11.795 | (1.617) | 10.178 | 43.089 |
| | 50.344 | (1.617) | 48.727 | 86.554 |

19 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

(a) Política contábil

Obrigações de desmobilização de ativos

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

Licença ambiental

Na controlada CESP, os custos socioambientais relativos à Licença de Operação nº 121/2000 da UHE Porto Primavera renovada em 2018 são relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

Termo de Ajuste de Conduta

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente que surgiu de eventos passados. Essas obrigações são relativas aos Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”) firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.

(b) Composição e movimentação

| | | | | | | Consolidado | |
|------------------------------------------------|--------------------------|-------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|----------------|----------------|
| | | | | | | 2023 | 2022 |
| | Desmobilização de ativos | Licença ambiental | Termo de Ajuste de Conduta | Obrigações socioambientais | (-) Ajuste a valor presente | Total | Total |
| Saldo no início do exercício | 1.543.057 | 226.447 | 50.648 | 3.738 | (1.507.592) | 316.298 | 314.341 |
| Adições com efeito em ativo | - | - | - | - | - | - | 24.450 |
| Remensurações | - | (29.921) | (2.611) | - | 6.862 | (25.670) | (3.323) |
| Adições (i) | 47.504 | - | - | - | (44.058) | 3.446 | 2.113 |
| Reversões | - | - | - | - | - | - | (2.314) |
| Pagamentos | - | (15.277) | (7.532) | - | - | (22.809) | (36.584) |
| Realização do ajuste a valor presente (Nota 7) | - | - | - | - | 21.643 | 21.643 | 17.615 |
| Saldo no final do exercício | 1.590.561 | 181.249 | 40.505 | 3.738 | (1.523.145) | 292.908 | 316.298 |
| Circulante | - | 34.245 | 7.616 | 3.738 | - | 45.599 | 44.298 |
| Não circulante | 1.590.561 | 147.004 | 32.889 | - | (1.523.145) | 247.309 | 272.000 |
| | 1.590.561 | 181.249 | 40.505 | 3.738 | (1.523.145) | 292.908 | 316.298 |

- (i) Em 2023, houve o reconhecimento da provisão para desmobilização dos ativos da controlada Sol do Piauí em contrapartida ao ativo imobilizado. Por se tratar de uma obrigação para um período longo no futuro (mais de 30 anos), a controlada da Companhia entende que os custos atuais estimados devem ser reajustados por um componente de inflação, no caso o IPCA (que representa a melhor estimativa desse mesmo custo no futuro) e descontados a valor presente pela NTN-B com vencimento similar ao do término das autorizações.

20 Provisão de ressarcimento**Política contábil**

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia eólica fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia". A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos de Leilão de energia reserva: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

Contratos Leilão de energia nova: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação

do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos de Leilão de energia reserva: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais e o acerto financeiro para energia gerada acima dos limites ocorre em 24 parcelas mensais, ambos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

Contratos Leilão de energia nova: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

| | Consolidado | | | |
|-------------------------------------|---------------------|--------------------------|----------------|----------------|
| | | | 2023 | 2022 |
| | Ressarcimento anual | Ressarcimento quadrienal | Total | Total |
| Saldo no início do exercício | 240.882 | 164.110 | 404.992 | 333.527 |
| Adições (Nota 5) | 19.360 | 38.624 | 57.984 | 59.266 |
| Constrained-off (i) (Nota 5) | (6.019) | (11.137) | (17.156) | - |
| Pagamentos (i) | (28.760) | - | (28.760) | - |
| Atualização monetária (Nota 7) | 8.656 | 4.569 | 13.225 | 12.199 |
| | (6.763) | 32.056 | 25.293 | 71.465 |
| Saldo no final do exercício | 234.119 | 196.166 | 430.285 | 404.992 |
| Circulante | 223.621 | 117.521 | 341.142 | 362.233 |
| Não circulante | 10.498 | 78.645 | 89.143 | 42.759 |
| | 234.119 | 196.166 | 430.285 | 404.992 |

- (i) A ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à CCEE que proceda à suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019, até a decisão final sobre o resultado da instauração da Audiência Pública nº 034/2019 que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

A ANEEL, em 23 de março de 2021, publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a retomada da cobrança dos ressarcimentos. Porém, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, em que informa que está realizando adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e que, concluída essa etapa, apresentaria ao mercado, por meio de comunicado, novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, que divulga o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e estão sendo realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, e que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 não foi concluída.

21 Provisão para litígios

Política contábil

As controladas, substancialmente a CESP, possuem processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental, e baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável.

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível e não são provisionados, têm os respectivos montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

A partir de 2022, como parte da evolução do processo ligado ao provisionamento das causas em que as suas controladas são parte, a Companhia passou a efetuar a segregação dos saldos entre o circulante e o não circulante, tendo como base, essencialmente, a fase processual em que as causas estão (fase avançada de execução ou cumprimento de sentença).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Composição e movimentação

| | | | | | | Consolidado | |
|----------------------------------------------|----------------|---------------|---------------|--------------|----------------|------------------|------|
| | | | | | | 2023 | 2022 |
| | Cíveis | Trabalhistas | Ambientais | Tributárias | Total | Total | |
| Saldo no início do exercício | 1.047.086 | 79.725 | 53.884 | 5.310 | 1.186.005 | 1.329.412 | |
| Atualizações (Nota 7) | 30.596 | 5.743 | 5.096 | 405 | 41.840 | 97.069 | |
| Provisão / (reversão) (Nota 6) (i) | (158.829) | 8.017 | 2.273 | 1.540 | (146.999) | (59.519) | |
| (-) Pagamentos | (53.085) | (28.012) | (15.230) | (139) | (96.466) | (182.917) | |
| Empresa incorporada incluída na consolidação | - | - | - | - | - | 1.960 | |
| Saldo no final do exercício | 865.768 | 65.473 | 46.023 | 7.116 | 984.380 | 1.186.005 | |
| Circulante | 65.489 | 39.003 | 2.192 | 1.057 | 107.741 | 170.376 | |
| Não circulante | 800.279 | 26.470 | 43.831 | 6.059 | 876.639 | 1.015.629 | |
| Saldo no final do exercício | 865.768 | 65.473 | 46.023 | 7.116 | 984.380 | 1.186.005 | |

- (i) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisão, conforme acordos homologados mencionados na Nota. 1.2.1 (c)

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais e acordos com as contrapartes. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A composição por natureza dos processos com probabilidade de perda avaliada como possível, para os quais não há provisão contabilizada, é demonstrada a seguir:

| | Principais ações | Consolidado | |
|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------------|
| | | 2023 | Perda possível 2022 |
| Cíveis | Desapropriações, indenizações e obrigação de fazer, sobretudo em razão da implantação dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da controlada CESP. | | |
| | Indenizações e servidão de passagem nas controladas dos parques eólicos VDP I, II e III e VDA. | 792.724 | 786.881 |
| Tributárias | Execução fiscal, processos administrativos e auto de infração nas controladas eólicas e CESP. | 463.286 | 480.057 |
| Ambientais | Medidas reparatórias de supostos danos ambientais cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da controlada CESP. | 309.798 | 345.683 |
| Trabalhistas | Responsabilidades subsidiárias, sobretudo em razão de contratação de terceiros. | 39.710 | 34.680 |
| | | 1.605.518 | 1.647.301 |

Independente do prognóstico em relação à probabilidade de perda nos processos, a Companhia e suas controladas continuam atentas a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira.

A Administração da Companhia e suas controladas, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

22 Benefícios pós-emprego

A controlada CESP patrocina planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de Benefício Definido (BD) e, também, de Contribuição Definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante da controlada CESP é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado), constituído em 1997.

Política contábil

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) e CD são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício pós-emprego é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

Diferenças entre as metodologias PREVIC e CPC 33

O comparativo das metodologias de cálculo segundo o CPC 33 e a metodologia PREVIC - Resolução CNPC nº 30/2018 e Portaria PREVIC nº 300, de 12/04/2019, está demonstrado abaixo:

| Metodologia | Relatório CPC 33 (R1) | PREVIC |
|----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| Metodologia de Cálculo do Passivo Atuarial | Utilizado o método atuarial Crédito Unitário Projetado para apurar o valor presente da obrigação do plano. | Utilizado o método atuarial Agregado para apurar o valor presente da obrigação do plano. |
| Metodologia de Definição da Taxa de Desconto | Taxa definida com base nos títulos de longo prazo (NTN-Bs) posicionados em 31/12/2022 | Taxa definida com base no corredor instituído pela Previc na Portaria Previc nº 337/2020 |

Também é apresentado o comparativo das hipóteses atuariais nas duas metodologias na mensuração do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2023:

| Hipóteses | Relatório CPC 33 (R1) | PREVIC |
|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Taxa de desconto anual | 9,03% a.a (5,34% a.a. real) | 4,88% a.a. |
| Taxa de inflação anual de longo prazo | 3,50% a.a | 3,75% a.a |
| Crescimento Real dos Salários | N/A em função do saldamento do plano | N/A |
| Crescimento Real da Unidade de Referência | 3,50% a.a | N/A |
| Mortalidade Geral | AT-2000 Basic, segregada por sexo | AT-2000 Basic, segregada por sexo |
| Mortalidade de Inválidos | AT - 1949 - Masculina agravada em 10% | AT 49 agravada em 10% |
| Entrada em Invalidez | Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50% | Mercer Disability segregada por sexo suavizada em 50% |
| Rotatividade | N/A em função do saldamento do plano | N/A |
| Entrada em Aposentadoria | Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos Tempo de filiação ao plano – 15 anos | Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos Tempo de filiação ao plano - 15 anos |
| Composição Familiar | ExpCF_2014 | ExpCF_2014 |

Considerando as hipóteses acima, o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2023 da controlada CESP, calculado com base no CPC 33 é de R\$1.633.085, enquanto o passivo atuarial estimado com base na metodologia PREVIC correspondente exclusivamente à parcela da patrocinadora CESP seria de R\$ 1.384.896.

Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com CPC 33 (R1) / IAS 19.

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2023, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1) / IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos – BD é como segue:

Premissas atuariais

| | 2023 | | | 2022 | | |
|--------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------|-------|--------------------------------------------------------|-------|-------|
| | BSPS | BD | CV | BSPS | BD | CV |
| Premissas: | | | | | | |
| Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial | 9,03% | 9,03% | 9,03% | 9,65% | 9,65% | 9,65% |
| Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano | 9,03% | 9,03% | 9,03% | 9,65% | 9,65% | 9,65% |
| Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial | 5,34% | 5,34% | 5,34% | 6,20% | 6,20% | 6,20% |
| Taxa de crescimento salarial | N/A em função do saldamento do plano | | | N/A em função do saldamento do plano | | |
| Taxa de inflação de longo prazo | 3,50% | 3,50% | 3,50% | 3,25% | 3,25% | 3,25% |
| Taxa de rotatividade | N/A em função do saldamento do plano | | | N/A em função do saldamento do plano | | |
| Tábua de mortalidade | AT2000 segregada por sexo | | | AT2000 segregada por sexo | | |
| Tábua de entrada em invalidez | Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50% | | | Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50% | | |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT-1949-Masculina agravada em 10% | | | AT-1949-Masculina agravada em 10% | | |
| Quantidade de participantes: | | | | | | |
| Nº de participantes ativos | 20 | 62 | 62 | 24 | 57 | 55 |
| Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez | 3.494 | 1.644 | 931 | 3.582 | 1.636 | 911 |
| Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez | 103 | 44 | 15 | 107 | 45 | 15 |
| Nº de participantes inativos - pensionistas | 1.040 | 194 | 64 | 982 | 184 | 61 |

Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Plano BSPS – Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tinha como base a cobertura de 100% da média salarial final. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é exclusiva da Patrocinadora CESP.

Plano BD – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial final aos inscritos após 31 de dezembro de 1997 e proporcional tempo de serviço acumulado após 31 de dezembro de 1997 para os inscritos até esta data. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é de acordo com a legislação vigente, que atualmente remete à proporção das contribuições feitas ao plano entre Patrocinador de um lado e participantes (incluindo os assistidos) de outro, o que resulta em menos do que 50% como responsabilidade da Patrocinadora CESP, já que os autos patrocinados estão incluídos entre os participantes.

Plano CV – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são:

1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários;
2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários;
3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10, 15 ou 20 anos;
4. Renda mensal em percentual do saldo de 0,10% a 2,00%

O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência da controlada CESP.

Cálculo e movimentações

| Análise de sensibilidade | Consolidado | | | |
|----------------------------------------------------|-------------|---------|---------|-----------|
| | BSPS | BD | CV | Total |
| Efeito sobre a obrigação de benefício definido se: | | | | |
| Taxa de desconto for reduzida em 0,5% | 5.584.078 | 884.725 | 133.032 | 6.601.835 |
| Taxa de desconto for aumentada em 0,5% | 5.179.967 | 798.242 | 117.353 | 6.095.562 |

| Fluxos de caixa projetados | Consolidado | | | |
|----------------------------------------------------------------------------|-------------|---------|--------|-----------|
| | BSPS | BD | CV | Total |
| Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte | 139.838 | 1.083 | 1.753 | 142.674 |
| Pagamentos esperados de benefícios dos planos: | | | | |
| 2024 | 520.271 | 64.296 | 8.997 | 593.564 |
| 2025 | 528.237 | 72.443 | 13.508 | 614.188 |
| 2026 | 535.209 | 74.514 | 13.830 | 623.553 |
| 2027 | 540.961 | 76.559 | 14.158 | 631.677 |
| 2028 | 545.352 | 78.554 | 14.507 | 638.412 |
| 2029 a 2033 | 2.739.013 | 424.332 | 77.395 | 3.240.740 |

| Valor justo dos ativos do plano de benefícios | Consolidado | | | | | |
|-----------------------------------------------|-------------|-----------|---------|-----------|----------|---------|
| | BSPS | | BD | | CV | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Ativos | | | | | | |
| Recebível | 1.156.647 | 5.384.917 | 12.027 | 837.013 | 16.582 | 133.879 |
| Investimento | 4.062.516 | 4.112.423 | 835.949 | 828.726 | 117.882 | 116.147 |
| | 5.219.163 | 9.497.340 | 847.976 | 1.665.739 | 134.464 | 250.026 |
| Passivos | | | | | | |
| Obrigações | (121.764) | - | (3.996) | - | (144) | - |
| Fundos não previdenciais | (313) | (500) | - | (1.309) | - | - |
| Saldos de conta CD | - | - | (3.628) | (4.255) | (10.779) | (4.320) |
| Valor justo | 5.097.086 | 9.496.840 | 840.352 | 1.660.175 | 123.541 | 245.706 |

(a) Conciliação dos ativos e passivos

| | Consolidado | | | | | |
|-------------------------------------|------------------|---------------|---------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | | | 2022 | | |
| | BSPS | BD | CV | Total | Total | Total |
| Valor da obrigação atuarial líquida | 5.375.080 | 839.681 | 124.869 | 6.339.630 | 6.212.731 | 6.212.731 |
| Valor justo dos ativos dos planos | (3.801.121) | (804.452) | (100.972) | (4.706.545) | (4.948.800) | (4.948.800) |
| Total do passivo líquido | 1.573.959 | 35.229 | 23.897 | 1.633.085 | 1.263.931 | 1.263.931 |

(b) Demonstração do passivo atuarial

| | Consolidado | | | |
|---------------------------------------------------------|--------------------|------------------|------------------|--------------------|
| | 2023 | | | |
| | BSPS | BD | CV | Total |
| Saldo inicial do valor presente das obrigações | 5.241.721 | 841.793 | 129.217 | 6.212.731 |
| Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 22 (d)) | 529.047 | 84.330 | 12.750 | 626.127 |
| Contribuições dos participantes do plano | 301 | 1.348 | - | 1.649 |
| Benefícios pagos pelo plano | (564.002) | (70.748) | (9.595) | (644.345) |
| (Ganhos) /perdas atuariais (Nota 22 (e)) | 168.013 | (17.042) | (7.503) | 143.468 |
| Obrigação total no exercício | 5.375.080 | 839.681 | 124.869 | 6.339.630 |
| Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano | (4.036.148) | (814.419) | (98.234) | (4.948.801) |
| Juros sobre ativos do plano (Nota 22 (d)) | (366.269) | (75.495) | (9.200) | (450.964) |
| Contribuições do patrocinador | (107.604) | (1.766) | (1.525) | (110.895) |
| Contribuições dos participantes do plano | (301) | (1.348) | - | (1.649) |
| Benefícios pagos pelo plano | 564.002 | 70.748 | 9.595 | 644.345 |
| Rendimento dos ativos do plano (Nota 22 (e)) | 145.199 | 17.828 | (1.608) | 161.419 |
| Valor justo dos ativos dos planos | (3.801.121) | (804.452) | (100.972) | (4.706.545) |
| Total do passivo líquido | 1.573.959 | 35.229 | 23.897 | 1.633.085 |

| | Consolidado | | | |
|---------------------------------------------------------|--------------------|------------------|-----------------|--------------------|
| | 2022 | | | |
| | BSPS | BD | CV | Total |
| Saldo inicial do valor presente das obrigações | 6.677.895 | 1.068.343 | 151.027 | 7.897.265 |
| Custo do serviço corrente (Nota 22(d)) | - | - | 87 | 87 |
| Custo do serviço passado (Nota 22(d)) | 539.926 | 87.727 | 12.885 | 640.538 |
| Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 22(d)) | (20.148) | - | - | (20.148) |
| Contribuições de participantes | (1.209.173) | (155.492) | (16.779) | (1.381.444) |
| Benefícios pagos pelo plano | (561.217) | (72.103) | (9.350) | (642.670) |
| (Ganhos) /perdas atuariais (Nota 22(e)) | (185.563) | (86.682) | (8.654) | (280.899) |
| Obrigação total no exercício | 5.241.720 | 841.793 | 129.216 | 6.212.729 |
| Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano | (5.032.732) | (972.822) | (106.212) | (6.111.766) |
| Juros sobre ativos do plano (Nota 22(d)) | (394.171) | (77.768) | (8.730) | (480.669) |
| Contribuições de participantes | (57.470) | - | (699) | (58.169) |
| Contribuições do patrocinador | 922.540 | 141.312 | 11.577 | 1.075.429 |
| Benefícios pagos pelo plano | 561.217 | 72.103 | 9.350 | 642.670 |
| Rendimento dos ativos do plano (Nota 24(e)) | (35.528) | 22.755 | (3.520) | (16.293) |
| Valor justo dos ativos dos planos | (4.036.144) | (814.420) | (98.234) | (4.948.798) |
| Total do passivo líquido | 1.205.576 | 27.373 | 30.982 | 1.263.931 |

(c) Movimentação do passivo atuarial

| | Consolidado | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 |
| Saldo inicial do exercício | 1.263.931 | 1.785.499 |
| Custo do serviço corrente | - | 87 |
| Juros sobre a obrigação atuarial | 175.163 | 159.869 |
| Contribuições pagas | (110.896) | (58.169) |
| Atualização de mensuração atuarial | 304.887 | (297.192) |
| Efeito migração planos CD | | |
| Liquidação | - | (306.015) |
| Efeito da migração ganhos atuariais | - | (20.148) |
| Saldo final do exercício | 1.633.085 | 1.263.931 |

(d) Componentes do resultado do exercício

| | Consolidado | | | | |
|-----------------------------------------------------|----------------|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | 2023 | | | | 2022 |
| | BSPS | BD | CV | Total | Total |
| Custo do serviço corrente | - | - | - | - | 87 |
| Custo de juros sobre a obrigação | 529.047 | 84.330 | 12.750 | 626.127 | 640.538 |
| Rendimento esperado sobre os ativos do plano | (366.269) | (75.495) | (9.200) | (450.964) | (480.669) |
| Efeito da migração ganhos atuariais (Nota 23 (d)) | - | - | - | - | (20.148) |
| (Receita)/ despesa estimada para o exercício | 162.778 | 8.835 | 3.550 | 175.163 | 139.808 |

(e) Movimentação de outros resultados abrangentes (ORA)

| | Consolidado | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------|----------------|------------|----------------|----------------|------------------|
| | BSPS | BD | CV | 2023 | 2022 |
| Ganho atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras | (163.646) | (87.309) | (20.196) | (271.151) | 348.358 |
| Ganho atuarial de alterações de premissas | 331.659 | 70.267 | 12.693 | 414.619 | (629.257) |
| Rendimento de ativos (maior)/menor que os juros líquidos reconhecido | 145.199 | 17.828 | (1.608) | 161.419 | (16.293) |
| Movimento em ORA durante o exercício (Nota 22 (a)) | 313.212 | 786 | (9.111) | 304.887 | (297.192) |
| Efeitos de tributos diferidos | (106.492) | (267) | 3.098 | (103.661) | 101.045 |
| Efeito líquido em outros resultados abrangentes (Nota 25.4) | 206.720 | 519 | (6.013) | 201.226 | (196.147) |

(f) Despesa / (receita) estimada para 2024 (não auditado)

Abaixo é demonstrada a despesa estimada para o exercício seguinte, com base na avaliação atuarial de atuário independente em 31 de dezembro de 2023:

| | Consolidado | | | |
|----------------------------------------------|----------------|--------------|--------------|----------------|
| | BSPS | BD | CV | Total |
| Custo atual do serviço | - | (377) | 51 | (326) |
| Custo de juros sobre a obrigação | 461.880 | 72.920 | 10.869 | 545.669 |
| Rendimento esperado sobre os ativos do plano | (326.065) | (69.804) | (8.791) | (404.660) |
| Despesa estimada para o exercício | 135.815 | 2.739 | 2.129 | 140.683 |

23 Partes relacionadas**Política contábil**

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint ventures* e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Consolidado | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------------------|------------------|----------------------------|------------------|----------------------|---------------|
| | Ativo | | Passivo | | Vendas e serviços (Nota 5) | | Compras, serviços e outros | | Resultado financeiro | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | | | | | |
| Banco Votorantim S.A. | - | 1.153 | - | - | - | - | - | - | - | 1.698 |
| | - | 1.153 | - | - | - | - | - | - | - | 1.698 |
| Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços | | | | | | | | | | |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | (3.939) | - | - |
| Votorantim Cimentos S.A. | 62.399 | 53.302 | - | - | 662.031 | 573.301 | - | - | - | - |
| Votorantim Cimentos N/NE S.A. | - | 4.343 | - | - | 220.425 | 124.957 | - | - | - | - |
| Companhia Brasileira de Alumínio S.A. | 66.858 | 42.808 | - | - | 614.019 | 462.584 | - | - | - | - |
| CBA Itapissuma Ltda. | 2.069 | - | - | - | 28.201 | 3 | - | - | - | - |
| Citrosuco S.A. Agroindústria | 13.603 | 4.486 | - | - | 75.202 | 48.152 | - | - | - | - |
| Citrosuco Serviços Portuários S.A. | - | - | - | - | 7.595 | 4.240 | - | - | - | - |
| Mineração Dardanelos Ltda. | - | - | - | - | 7.407 | 20.342 | - | - | - | - |
| Pollarix S.A. | 3.973 | 5.071 | - | - | 42.938 | 48.692 | - | - | - | - |
| CBA Energia Participações S.A. | 4.028 | 1.882 | - | - | 43.530 | 14.336 | - | - | - | - |
| Baesa-Energética Barra Grande S.A. | - | 1.100 | - | - | 1.536 | 11.856 | - | - | - | - |
| Campos Novos Energia S.A. | - | 1.651 | - | - | - | 17.783 | - | - | - | - |
| Nexa Recursos Minerais S.A. | 4 | 46 | - | - | 14.211 | 862 | - | - | - | - |
| Metalex Ltda. | - | - | - | - | - | 552 | - | - | - | - |
| L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. | 22 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 152.956 | 114.689 | - | - | 1.717.095 | 1.327.660 | - | (3.939) | - | - |
| Dividendos a receber | | | | | | | | | | |
| CBA Energia Participações S.A. | 2.027 | 20.307 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pollarix S.A. | - | 25.883 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2.027 | 46.190 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre capital próprio | | | | | | | | | | |
| CBA Energia Participações S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - | 11.652 | - |
| | - | - | - | - | - | - | - | - | 11.652 | - |
| Alienação de participação de investidas (i) | | | | | | | | | | |
| Companhia Brasileira de Alumínio | 47.991 | 53.250 | 42.423 | 43.212 | - | - | - | - | 4.799 | 4.924 |
| CBA Itapissuma Ltda. | 12.719 | 14.087 | 11.195 | 12.053 | - | - | - | - | 1.882 | 1.301 |
| Votorantim Cimentos S.A. | 42.459 | 49.678 | 36.962 | 36.661 | - | - | - | - | 4.073 | 3.536 |
| Ibema Companhia Brasileira de Papel S.A. | 7.533 | - | 7.557 | - | - | - | - | - | 2.277 | - |
| Citrosuco S.A. Agroindústria | 3.922 | 7.910 | 18.690 | 18.098 | - | - | - | - | (457) | (318) |
| | 114.624 | 124.925 | 116.827 | 110.024 | - | - | - | - | 12.574 | 9.443 |
| Doações | | | | | | | | | | |
| Instituto Votorantim | - | - | - | - | - | - | (2.136) | (2.346) | - | - |
| | - | - | - | - | - | - | (2.136) | (2.346) | - | - |
| Fornecedores - compras de energia (Nota 6.1) | | | | | | | | | | |
| Companhia Brasileira de Alumínio | - | - | 22.027 | 22.689 | - | - | (258.089) | (221.838) | - | - |
| Citrosuco S.A. Agroindústria | - | - | 714 | 675 | - | - | (12.306) | (9.546) | - | - |
| Votorantim Cimentos N/NE S.A. | - | - | - | - | - | - | (15.714) | (13.195) | - | - |
| Baesa-Energética Barra Grande S.A. | - | - | - | 1.117 | - | - | - | (10.912) | - | - |
| Campos Novos Energia S.A. | - | - | - | 1.675 | - | - | - | (16.368) | - | - |
| L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | (2.562) | - | - |
| Interávia Táxi Aéreo Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | (17) | - | - |
| Compart Serviços e Assessorias Ltda.(iv) | - | - | - | 70 | - | - | - | (2.369) | - | - |
| Reservas Votorantim Ltda. | - | - | - | 3 | - | - | - | (185) | - | - |
| Citrovita Agro Industrial Ltda | - | - | - | - | - | - | - | (1.300) | - | - |
| Votorantim Cimentos S.A. | - | - | - | - | - | - | (83.148) | - | - | - |
| CBA Energia Participações S.A. | - | - | - | - | - | - | (2.223) | - | - | - |
| Pollarix S.A. | - | - | - | - | - | - | (3.411) | - | - | - |
| | - | - | 22.741 | 26.229 | - | - | (374.891) | (278.292) | - | - |
| Fornecedores - serviços | | | | | | | | | | |
| Votorantim Geração de Energia S.A. | - | - | - | - | - | - | - | (1.042) | - | - |
| Way2 Serviços de Tecnologia S.A. | - | - | 184 | - | - | - | (1.168) | (90) | - | - |
| Votorantim S.A. (ii) | - | - | 7.912 | 1.703 | - | - | (26.542) | (20.526) | - | - |
| | - | - | 8.096 | 1.703 | - | - | (27.710) | (21.658) | - | - |
| Dividendos a pagar | | | | | | | | | | |
| Votorantim S.A. | - | - | - | 239.735 | - | - | - | - | - | - |
| CPP Investments | - | - | - | 203.179 | - | - | - | - | - | - |
| Acionistas não controladores | - | - | 659 | 192.545 | - | - | - | - | - | - |
| | - | - | 659 | 635.459 | - | - | - | - | - | - |
| | 269.607 | 286.957 | 148.323 | 773.415 | 1.717.095 | 1.327.660 | (404.737) | (306.235) | 24.226 | 11.141 |

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Ativo | | Passivo | | Compras, serviços e outros | | Controladora | |
|--------------------------------------------------------------|----------------|------------------|---------------|----------------|----------------------------|----------------|----------------------|--------------|
| | | | | | | | Resultado financeiro | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Dividendos a receber | | | | | | | | |
| CESP - Companhia Energética de São Paulo | - | 970.450 | - | - | - | - | - | - |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | 31.760 | 83.347 | - | - | - | - | - | - |
| Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. | 8.693 | 7.914 | - | - | - | - | - | - |
| CBA Energia Participações S.A. | 2.027 | 20.308 | - | - | - | - | - | - |
| Pollarix S.A. | - | 25.883 | - | - | - | - | - | - |
| Ventos de Santo Estevão Holding S.A. | 764 | 764 | - | - | - | - | - | - |
| Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. | - | 47 | - | - | - | - | - | - |
| MRTV Energia S.A. | 245 | 10 | - | - | - | - | - | - |
| | 43.489 | 1.108.723 | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre capital próprio | | | | | | | | |
| CBA Energia Participações S.A. | - | - | - | - | - | - | 11.652 | - |
| | - | - | - | - | - | - | 11.652 | - |
| Alienação de investidas (i) | | | | | | | | |
| Companhia Brasileira de Alumínio | 47.991 | 53.250 | 42.423 | 43.212 | - | - | 4.799 | (130) |
| Votorantim Cimentos S.A. | 42.459 | 49.678 | 36.962 | 36.661 | - | - | 4.073 | - |
| CBA Itapissuma Ltda. | 12.719 | 14.087 | 11.195 | 12.053 | - | - | 1.882 | (34) |
| Ibema Companhia Brasileira de Papel S.A. | 7.533 | - | 7.557 | - | - | - | 2.277 | - |
| | 110.702 | 117.015 | 98.137 | 91.926 | - | - | 13.031 | (164) |
| Doações | | | | | | | | |
| Instituto Votorantim | - | - | - | - | - | (600) | - | - |
| | - | - | - | - | - | (600) | - | - |
| Fornecedores de serviços | | | | | | | | |
| Votorantim Geração de Energia S.A. | - | - | - | - | - | (1.042) | - | - |
| Reservas Votorantim Ltda. | - | - | - | - | - | (185) | - | - |
| Votorantim S.A. (ii) | - | - | 3.144 | 133 | (3.690) | (868) | - | - |
| WAY2 Serviços de Tecnologia Ltda. | - | - | 68 | - | (303) | - | - | - |
| Compart Serviços e Assessorias Ltda. | - | - | - | 69 | (366) | (2.298) | - | - |
| Interávia Táxi Aéreo Ltda. | - | - | - | - | - | (17) | - | - |
| L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. | - | - | - | - | - | (2.562) | - | - |
| | - | - | 3.212 | 202 | (4.359) | (6.972) | - | - |
| Dividendos a pagar | | | | | | | | |
| Votorantim S.A. | - | - | - | 239.735 | - | - | - | - |
| CPP Investments | - | - | - | 203.179 | - | - | - | - |
| Acionistas não controladores | - | - | 386 | 192.267 | - | - | - | - |
| | - | - | 386 | 635.181 | - | - | - | - |
| Mútuo com controladas (iv) | | | | | | | | |
| Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. | - | 5.050 | - | - | - | - | 173 | 507 |
| Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. | - | - | - | - | - | - | - | 345 |
| Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A. | - | 17.891 | - | - | - | - | 52 | 666 |
| Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A. | - | 11.748 | - | - | - | - | 34 | 188 |
| Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A. | - | 12.362 | - | - | - | - | 36 | 186 |
| Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A. | - | 4.124 | - | - | - | - | 12 | 124 |
| Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A. | - | 9.057 | - | - | - | - | 345 | 57 |
| Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A. | - | 17.162 | - | - | - | - | 809 | 162 |
| Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. | - | - | - | - | - | - | - | 308 |
| Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A. | - | - | - | - | - | - | - | 168 |
| Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. | 119.021 | - | - | - | - | - | 11.438 | - |
| | 119.021 | 77.394 | - | - | - | - | 12.899 | 2.711 |

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Controladora | | | | | | | |
|-----------------------------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|----------------------------|----------------|----------------------|--------------|
| | Ativo | | Passivo | | Compras, serviços e outros | | Resultado financeiro | |
| | 2023 | 2023 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Outros créditos | | | | | | | | |
| Rateio partes relacionadas (v) | | | | | | | | |
| Jaíba C Energias Renováveis S.A. | 484 | - | - | - | - | - | - | - |
| Jaíba CE Energias Renováveis S.A. | 484 | - | - | - | - | - | - | - |
| Jaíba CN Energias Renováveis S.A. | 484 | - | - | - | - | - | - | - |
| Jaíba CO Energias Renováveis S.A. | 484 | - | - | - | - | - | - | - |
| Jaíba CS Energias Renováveis S.A. | 484 | - | - | - | - | - | - | - |
| Jaíba L1 Energias Renováveis S.A. | 484 | - | - | - | - | - | - | - |
| Jaíba L2 Energias Renováveis S.A. | 242 | - | - | - | - | - | - | - |
| Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A. | 484 | - | - | - | - | - | - | - |
| Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A. | 484 | - | - | - | - | - | - | - |
| Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A. | 484 | - | - | - | - | - | - | - |
| Jaíba S Energias Renováveis S.A. | 484 | - | - | - | - | - | - | - |
| Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A. | 484 | - | - | - | - | - | - | - |
| Jaíba SO Energias Renováveis S.A. | 484 | - | - | - | - | - | - | - |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | 700 | - | - | - | - | - | - | - |
| CESP Companhia Energética de São Paulo | 82 | - | - | - | - | - | - | - |
| | 6.832 | - | - | - | - | - | - | - |
| | 280.044 | 1.303.132 | 101.735 | 727.309 | (4.359) | (7.572) | 37.582 | 2.547 |

- (i) Referem-se aos saldos em aberto da operação de venda de participação de controladas por parte da Auren para a CBA, Citrosuco S.A. Agroindústria (“Citrosuco”), Votorantim Cimentos e Ibema Companhia Brasileira de Papel S.A., líquidos do ajuste a valor presente, com efeito no resultado financeiro.
- (ii) Referem-se a atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência da controladora Votorantim, relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades são reembolsadas à Votorantim com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Companhia.
- (iii) Serviços de gestão de projetos e infraestrutura de Tecnologia da Informação.
- (iv) Mútuo com controladas realizado em 2022, com prazo de liquidação de 180 dias, contados da data de assinatura, acrescido de juros e da correção monetária conforme definido em contrato. Apenas Sol do Piauí que teve contrato realizado em 2023, com prazo de liquidação de 365 dias.
- (v) Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra.

23.1 Remuneração do pessoal chave da Administração

As despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentadas no quadro a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Remuneração fixa e variável (i) | 57.118 | 28.927 | 43.600 | 20.152 |
| Encargos sociais | 7.396 | 7.542 | 4.540 | 5.769 |
| | 64.514 | 36.469 | 48.140 | 25.921 |

- (i) É composta pela remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), variável (bônus e participação nos resultados), e dos benefícios com assistência médica e odontológica, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Conforme política de transações com partes relacionadas, a Companhia considera pessoal-chave da Administração os membros: (i) da Diretoria Estatutária (composta por três membros) e não estatutária e (ii) do Conselho de Administração (composto por sete membros), com o término do mandato previsto para até a data de realização da assembleia geral ordinária que examinar as contas do exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2023.

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 5.940.137, dividido em 1.000.000.000 ações ordinárias, composto pelos seguintes acionistas:

| | Capital social integralizado | Consolidado e controladora | |
|--------------------------|------------------------------|-----------------------------------|-------------|
| | | Quantidade de ações - em unidades | |
| | | Ordinárias | % |
| Acionistas Controladores | | | |
| Votorantim | 2.300.369 | 387.258.446 | 38,73% |
| CPP Investments | 1.904.401 | 320.598.907 | 32,06% |
| | 4.204.770 | 707.857.353 | 70,79% |
| Outros | | | |
| Ações em circulação | 1.735.367 | 292.142.647 | 29,21% |
| | 1.735.367 | 292.142.647 | 29,21% |
| | 5.940.137 | 1.000.000.000 | 100% |

24.2 Reserva de capital

Em 31 de dezembro 2023 a Companhia apresenta saldo no montante de R\$ 5.705.533 de reserva de capital (R\$ 5.703.189 em 31 de dezembro de 2022) composto por (i) efeito da incorporação reversa da antiga controladora em conjunto da Companhia Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") no montante de R\$ 1.260.581, (ii) efeito da incorporação de ações da CESP, no montante de R\$ 4.442.608, e (iii) R\$ 2.344 referente ao plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

(a) Proposta do Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia

Em 28 de abril de 2023, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, o Plano de Outorga de Ações Restritas ("Plano").

O Plano tem por objetivo regular a outorga de Ações Restritas aos Participantes, visando:

- (i) atrair e reter profissionais que agreguem valor à Companhia;
- (ii) estimular o crescimento, êxito, e o atingimento dos objetivos sociais da Companhia e, conseqüentemente, a criação de valor de longo prazo para a Companhia e seus acionistas; e
- (iii) alinhar os interesses dos participantes aos dos acionistas e da Companhia na valorização e gestão das oportunidades e dos riscos a que a Companhia está sujeita.

O número total de ações que poderão ser entregues aos participantes no âmbito do Plano, considerando a somatória de todas as outorgas, não excederá, dentro do período de vigência do Plano, 2% (dois por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia, o qual poderá ser ajustado nos termos do Plano.

O Plano poderá ser administrado por meio de variados Programas, observado o limite geral de ações conforme acima indicado, e para fins do Programa 2023 do Plano, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2023, a outorga de ações restritas é dividida em dois componentes equivalentes cada um a: (a) 50% Ações Restritas Ordinárias, em relação às quais a aquisição dos direitos está relacionada ao transcurso dos prazos de carência (sem prejuízo de outras condições e exigências estabelecidos no Plano, no Programa 2023 e no Contrato de Outorga aplicável) e (b) 50% Ações Restritas Performance, em relação às quais a aquisição dos direitos está relacionada, além do transcurso dos prazos de carência, às métricas de desempenho que venham a ser estabelecidas pela Companhia (sem prejuízo de outras condições e exigências estabelecidos no Plano, no Programa 2023 e no Contrato de Outorga aplicável). O período total de “*vesting*” será de 5 anos, considerando liberações parciais durante o período total do Programa 2023 do Plano

A efetiva liquidação das ações ocorrerá entre o 3º e o 5º aniversários das outorgas, considerando também a data prevista de término do período de restrição e acompanhado do recolhimento dos encargos provisionados na rubrica de “Outros passivos” no montante de R\$862.

Exceto se de outra forma estabelecido pelo Conselho de Administração, ou fixado no Programa ou Contrato de Outorga aplicável, a aquisição dos direitos relativos às Ações Restritas ocorrerá nas seguintes proporções:

| Período de Carência | Percentual das Ações Restritas Outorgadas |
|--------------------------------------|-------------------------------------------|
| No 3º aniversário da Data da Outorga | 33,33% |
| No 4º aniversário da Data da Outorga | 33,33% |
| No 5º aniversário da Data da Outorga | 33,34% |

O período de carência poderá ser antecipado a qualquer tempo, a exclusivo critério do Conselho de Administração, total ou parcialmente.

O registro da provisão das ações a serem liquidadas compõe a Reserva de Capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo provisionado de ações restritas é composto conforme segue:

| Data da Outorga: | 01/05/2023 | |
|------------------|--------------------------|--------------|
| | Quantidade Outorgada (*) | Provisão |
| 3º aniversário | 362.212 | 781 |
| 4º aniversário | 362.212 | 781 |
| 5º aniversário | 362.213 | 782 |
| | 1.086.637 | 2.344 |

(*) Considera o número de Ações Restritas Ordinárias e de Performance

24.3 Reserva de lucros

| | Consolidado e controladora | |
|-------------------------|----------------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 |
| Reserva legal (i) | 197.085 | 197.085 |
| Retenção de lucros (ii) | 935.519 | 3.618.039 |
| | 1.132.604 | 3.815.124 |

- (i) A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.
- (ii) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais e de suas empresas controladas e coligadas, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

24.4 Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de outros componentes do resultado abrangente no montante de R\$ (409.321) em 31 de dezembro de 2023 (R\$ (205.372) em 31 de dezembro de 2022) refere-se principalmente ao reflexo proporcional dos ajustes referente ao passivo atuarial reconhecido com base no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados da controlada CESP.

| | Consolidado e Controladora | |
|------------------------------------------|----------------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 |
| Saldo inicial do exercício | (205.372) | (405.374) |
| Provisão de <i>hedge accounting</i> | (516) | 507 |
| Ganho de benefício pós-emprego - reflexo | (201.226) | 196.147 |
| Outros resultados abrangentes | (2.250) | 3.348 |
| Ganho de participação de investida | 43 | - |
| | (203.949) | 200.002 |
| Saldo final do exercício | (409.321) | (205.372) |

24.5 Distribuição de lucros

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício não haverá distribuição de dividendos.

A Companhia e as controladas realizam a destinação do resultado com 25% de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo e por esse motivo não haverá a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2022, houve a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 635.169, provisionado no passivo e liquidado em 15 de maio de 2023 (Nota 1.2.2(a)).

25 Instrumento financeiro e gestão de risco

25.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nível | Consolidado | | Controladora | |
|---------------------------------------------------------|-------|-------------------|-------------------|----------------|------------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Ativos | | | | | |
| Ao custo amortizado | | | | | |
| Contas a receber de clientes (Nota 9) | | 679.476 | 617.860 | - | - |
| Partes relacionadas (Nota 23) | | 114.624 | 124.925 | 229.022 | 194.409 |
| Ativo sujeito à indenização | | 21.799 | 21.799 | - | - |
| | | <u>815.899</u> | <u>764.584</u> | <u>229.022</u> | <u>194.409</u> |
| Ao valor justo por meio do resultado (i) | | | | | |
| Equivalentes de caixa (Nota 8) | 1 | 3.208.884 | 3.099.435 | 577.535 | 1.050.796 |
| Aplicações financeiras (Nota 8) | 1 | - | 105.347 | - | - |
| Fundo de liquidez - conta reserva (Nota 8) | 1 | 190.443 | 154.133 | - | - |
| Ativos indenizáveis pela União (Nota 10) | 1 | - | 3.909.017 | - | - |
| Contratos futuros de energia (Nota 17) | 1 | 5.244.695 | 5.609.438 | - | - |
| | | <u>8.644.022</u> | <u>12.877.370</u> | <u>577.535</u> | <u>1.050.796</u> |
| | | <u>9.459.921</u> | <u>13.641.954</u> | <u>814.090</u> | <u>1.245.205</u> |
| Passivos | | | | | |
| Ao custo amortizado | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15) (ii) | | 6.351.834 | 5.830.217 | 393.670 | 342.515 |
| Fornecedores | | 572.321 | 549.019 | 12.925 | 54.317 |
| Arrendamentos | | 66.729 | 44.304 | 17.113 | 2.650 |
| Partes relacionadas (Nota 23) | | 116.827 | 110.024 | 98.137 | 91.926 |
| | | <u>7.107.711</u> | <u>6.533.564</u> | <u>521.845</u> | <u>491.408</u> |
| Ao valor justo por meio do resultado (i) | | | | | |
| Contratos futuros de energia (Nota 17) | 2 | 5.063.348 | 5.414.689 | - | - |
| | | <u>5.063.348</u> | <u>5.414.689</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | | <u>12.171.059</u> | <u>11.948.253</u> | <u>521.845</u> | <u>491.408</u> |

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 14.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo considerando a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

25.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco hidrológico e GSF, (d) risco regulatório, (e) risco socioambiental, (f) risco de não performance dos parques eólicos. e (g) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos

adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

| | Consolidado | | | | | Total |
|----------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | Até 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 3 e 5 anos | Entre 6 e 10 anos | Acima de 10 anos | |
| Em 31 de dezembro de 2023 | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (i) | 1.174.880 | 602.390 | 2.196.815 | 3.235.920 | 1.856.728 | 9.066.733 |
| Fornecedores | 572.321 | - | - | - | - | 572.321 |
| Arrendamentos (i) | 13.029 | 24.030 | 25.661 | 22.915 | 88.653 | 174.288 |
| Contratos futuros de energia (i) | 1.842.145 | 2.411.092 | 1.674.905 | 73.340 | 3.307 | 6.004.789 |
| Encargos setoriais | 23.129 | - | - | - | - | 23.129 |
| UBP - Uso do Bem Público (i) | 38.549 | 11.795 | - | - | - | 50.344 |
| | 3.664.053 | 3.049.307 | 3.897.381 | 3.332.175 | 1.948.688 | 15.891.604 |

Auren Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Consolidado | | | | | |
|----------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | Até 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 3 e 5 anos | Entre 6 e 10 anos | Acima de 10 anos | Total |
| Em 31 de dezembro de 2022 | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (i) | 545.211 | 1.155.917 | 1.474.040 | 3.703.685 | 1.419.897 | 8.298.750 |
| Fornecedores | 549.019 | - | - | - | - | 549.019 |
| Arrendamentos (i) | 6.749 | 10.684 | 16.097 | 24.025 | 94.177 | 151.732 |
| Contratos futuros de energia (i) | 2.246.094 | 3.085.121 | 1.299.930 | 297.483 | 1.582 | 6.930.210 |
| Encargos setoriais | 21.835 | - | - | - | - | 21.835 |
| UBP - Uso do Bem Público (i) | 43.465 | 37.279 | 11.400 | - | - | 92.144 |
| | 3.412.373 | 4.289.001 | 2.801.467 | 4.025.193 | 1.515.656 | 16.043.690 |

| | Controladora | | | | | |
|----------------------------------------------|----------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|----------------|
| | Até 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 3 e 5 anos | Entre 6 e 10 anos | Acima de 10 anos | Total |
| Em 31 de dezembro de 2023 | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (i) | 393.670 | - | - | - | - | 393.670 |
| Fornecedores | 12.925 | - | - | - | - | 12.925 |
| Arrendamentos (i) | 4.519 | 8.993 | 7.670 | 1.009 | 195 | 22.386 |
| | 411.114 | 8.993 | 7.670 | 1.009 | 195 | 428.981 |

| | Controladora | | | | | |
|--------------------------------------|---------------|------------------|------------------|-------------------|----------------|------------------|
| | Até 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 3 e 5 anos | Entre 6 e 10 anos | Total | Total |
| Em 31 de dezembro de 2022 | | | | | | |
| Debêntures (i) | 621 | 452.209 | - | - | 452.830 | 905.660 |
| Fornecedores | 54.317 | - | - | - | 54.317 | 108.634 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 157 | - | - | - | 157 | 314 |
| Arrendamentos (i) | 424 | 442 | 803 | 981 | 2.650 | 5.300 |
| | 55.519 | 452.651 | 803 | 981 | 509.954 | 1.019.908 |

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco hidrológico e GSF

A geração de energia elétrica da controlada CESP depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõem o parque gerador hidroelétrico da controlada CESP participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

(d) Risco regulatório

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(e) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(f) Risco de não performance dos parques eólicos

As controladas dos complexos eólicos Ventos de Araripe III e Ventos do Piauí I possuem em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que tais subsidiárias possuem negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras das controladas da Companhia.

(g) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e dos preços de mercado e volume.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, empréstimos, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

(iii) Risco de preço de mercado e volume

A Companhia está exposta a diferentes riscos atrelados diretamente à sua operação de comercializadora de energia, sendo um dos principais o risco caracterizado por variações no preço e quantidade de energia.

Para o controle e gestão dos riscos de mercado inerentes ao negócio, a Companhia estabelece limite de risco a fim de garantir que as perdas potenciais não se tornem prejuízos financeiros.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado para a Companhia tem como objetivo informar as devidas alçadas para tomada de decisão e definição de planos de ação, caso necessário.

25.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo de liquidez – conta reserva, empréstimos, financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos são (i) taxas de juros CDI, TJLP e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2023, estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

| Fatores de risco | Natureza da operação | Saldo | Unidade | Choque nas curvas de 31/12/2023 | Consolidado | | | | |
|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------|--------------|---------------------------------|-----------------------|----------|-------------------|----------|-----------|
| | | | | | Impactos no resultado | | | | |
| | | | | | Cenário I | | Cenários II & III | | |
| Resultados do cenário I | | -25% | -50% | +25% | +50% | | | | |
| Taxas de juros | | | | | | | | | |
| BRL - CDI 11,65% | Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez - conta reserva | 3.428.837 | BRL milhares | -69 bps | (23.299) | (99.005) | (198.011) | 99.005 | 198.011 |
| BRL - CDI 11,65% | Principal de instrumentos financeiros derivativos (i) | (37) | BRL milhares | -81 bps | (6) | (43) | (89) | 40 | 77 |
| BRL - CDI 11,65% | Empréstimos, financiamentos e debêntures (i) | 544.828 | BRL milhares | -69 bps | 3.734 | 15.868 | 31.736 | (15.868) | (31.736) |
| BRL - TJLP 6,53% | Empréstimos, financiamentos e debêntures (i) | 1.440.686 | BRL milhares | -2 bps | 288 | 23.519 | 47.038 | (23.519) | (47.038) |
| BRL - IPCA 4,62% | Empréstimos, financiamentos e debêntures (i) | 4.505.991 | BRL milhares | 38 bps | (17.123) | 52.044 | 104.088 | (52.044) | (104.088) |

| | | | | | | Controladora | | | | | |
|----------------|--|-----------------------------------------------|---------|--------------|---------|---------------------------------|-------------------------|-------------------|----------|----------|------|
| | | | | | | Impactos no resultado | | | | | |
| | | | | | | Cenário I | | Cenários II & III | | | |
| | | | | | | Choque nas curvas de 31/12/2023 | Resultados do cenário I | -25% | -50% | +25% | +50% |
| | | Natureza da operação | Saldo | Unidade | | | | | | | |
| Taxas de juros | | | | | | | | | | | |
| | | Equivalentes de caixa | 577.535 | BRL milhares | -69 bps | (3.958) | (16.821) | (33.641) | 16.821 | 33.641 | |
| | | Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii) | 394.292 | BRL milhares | -69 bps | 2.703 | 11.484 | 22.968 | (11.484) | (22.968) | |

* *bps - basis points*

- (i) Os saldos apresentados não conciliam com a rubrica de Instrumentos financeiros derivativos, pois a análise realizada contemplou somente os cenários de taxas de juros sobre o valor principal das operações financeiras.
- (ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures não contemplam os custos de captação.

Em relação aos contratos futuros de energia, o principal fator de risco que impacta na sua precificação é a exposição resultante da diferença entre os preços dos contratos futuros de compra e venda em relação aos preços de mercado. Tais exposições apresentam volatilidades consideráveis sendo necessária uma métrica de sensibilização a fim de melhor caracterizar as possíveis variações no resultado da Companhia e de sua controlada Auren Comercializadora.

Dessa forma, objetivando avaliar a possível variabilidade do resultado da marcação a mercado dos contratos futuros de energia, foi realizado uma simulação balizada pela volatilidade dos últimos dez anos do comportamento dos preços de mercado. A distribuição contendo os possíveis cenários de resultado foi dividida em quatro partes, os chamados quartis. E foram analisados o primeiro e o terceiro quartil que representam uma significância de 75% da amostra, isso significa que existe uma possibilidade, em quatro ocorrências, que o resultado dos contratos futuros de energia fique abaixo do valor estimado.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade para os contratos futuros de energia em 31 de dezembro de 2023, conforme os seguintes cenários:

- I. Cenário base, conforme curva de preço definido pela Administração para 31 de dezembro de 2023;
- II. Representa a variação entre o cenário base e o percentil 25% da distribuição;
- III. Representa a variação entre o cenário base e o percentil 75% da distribuição.

| Fatores de risco | Natureza da operação | Saldo | Unidade | Consolidado | | |
|-------------------------------------------|------------------------------|---------|--------------|-------------|------------|-------------|
| | | | | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
| Contratos de compra e venda - valor justo | Contratos futuros de energia | 181.347 | BRL milhares | 181.347 | 159.876 | 202.959 |

26 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm em vigor, principalmente, apólices de seguro operacional (Patrimonial), Responsabilidade Civil Geral (RCG) e Responsabilidade Civil dos executivos e diretores (D&O), conforme indicados na tabela abaixo. Tais apólices possuem coberturas e condições, consideradas, pela Administração, adequadas aos riscos inerentes da operação (não auditado).

| Modalidade | Principais coberturas | Vencimento |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Patrimonial | Danos Materiais e Lucros Cessantes | até junho/2024 |
| RCG | Danos Corporais e Danos Materiais causados a terceiros, RC Empregador, entre outras | até fevereiro/2024 |
| D&O | Indenização aos Administradores, Reembolso ao Tomador, entre outras | até abril/2024 |

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 21.739 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 19.915 em 31 de dezembro de 2022).

27 Compromissos de longo prazo

Os principais compromissos da Companhia e suas controladas relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

| | | | | | | | Consolidado | |
|---------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------|--|
| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | A partir de 2029 | Total | |
| Encargos de uso de rede | 348.751 | 347.919 | 347.919 | 347.919 | 347.919 | 9.133.619 | 10.874.046 | |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) | 58.596 | 56.904 | 56.904 | 56.904 | 56.904 | 1.498.483 | 1.784.695 | |
| Serviços de operação e manutenção - O&M (i) | 106.210 | 106.784 | 108.739 | 110.103 | 121.248 | 121.974 | 675.059 | |
| Aluguéis e arrendamentos (ii) | 8.860 | 13.929 | 13.737 | 15.203 | 16.070 | 381.444 | 449.243 | |
| Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) | 11.635 | 11.635 | 11.635 | 11.635 | 11.635 | 300.154 | 358.329 | |
| Repactuação de risco hidrológico | 31.985 | 31.898 | 31.898 | 31.898 | 15.993 | - | 143.672 | |
| Encargos de conexão | 173 | 173 | 173 | 173 | 173 | 4.544 | 5.409 | |
| | 566.210 | 569.242 | 571.005 | 573.835 | 569.942 | 11.440.218 | 14.290.453 | |

- (i) As controladas dos parques eólicos possuem compromissos futuros firmados com fornecedores para o serviço de operação e manutenção dos equipamentos operacionais dos parques, que possuem vigência até 2032, 2037 e 2040, respectivamente.
- (ii) As controladas dos parques eólicos e solares possuem compromissos futuros firmados com os arrendadores dos terrenos onde foram construídos os parques, a principal premissa é um percentual sobre a receita líquida dos parques a ser paga, rateada proporcionalmente a área do terreno pertencente a cada arrendador, tal compromisso de arrendamento está vinculado a estes empreendimentos até o final das autorizações emitidas pela ANEEL, conforme demonstrado na Nota 1.1, Contexto operacional.

28 Eventos subsequentes

28.1 Aprovação de dividendos adicionais

O Conselho de Administração aprovou, em 07 de fevereiro de 2024, a proposta de distribuição de dividendos extraordinários em um montante total de R\$400.000, equivalentes a R\$0,40 por ação, pago mediante a utilização de parte do saldo existente na reserva de lucros (reserva de investimentos).